



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO EM
GEOGRAFIA

SANDRIELE PESSOA DOS SANTOS

TEMPO E ESPAÇO NA AMAZÔNIA COLONIAL: DA VILA DE EGA À
CIDADE DE TEFÉ SÉCULOS XVIII E XIX

MANAUS
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO EM
GEOGRAFIA

SANDRIELE PESSOA DOS SANTOS

TEMPO E ESPAÇO NA AMAZÔNIA COLONIAL: DA VILA DE EGA À
CIDADE DE TEFÉ SÉCULOS XVIII E XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal do Amazonas,
linha de pesquisa: Espaço, Território e Cultura na
Amazônia, como parte dos requisitos para obtenção do
Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

MANAUS
2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237t Santos, Sandriele Pessoa dos
Tempo e espaço na Amazônia Colonial : da Vila de Ega a cidade de Tefé século XVIII e XIX / Sandriele Pessoa dos Santos. 2016
113 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: José Aldemir de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Cidade Colonial na Amazônia. 2. Vila de Ega. 3. Tefé - Amazonas. 4. Geo-História - Amazonas. I. Oliveira, José Aldemir de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

A minha mãe Luíza que é a principal orientadora de todos os meus caminhos, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Jesus Cristo, por permitir esta conquista em minha vida; a FAPEAM, pela bolsa concedida por meio do Programa de Interiorização para formação profissional dos estudantes do interior do Estado do Amazonas, garantindo o financiamento da pesquisa de campo e a minha permanência na capital; Coordenação do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFAM, do período de 2014 e a 2015, na pessoa da Professora Amélia Regina, pelo apoio sempre e a secretária Maria das Graças Luzeiro e estagiários pela compreensão e ajuda no encaminhamento dos documentos e sempre prontos a me atender; ao NEPECAB, onde tive a oportunidade de fazer bons relacionamentos com os colegas, professores, servidores e receber as orientações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, mas agradeço especialmente a Gercicley dos Santos, sempre amiga e cuidadosa, preocupada com meu bem estar, a Professora Paola Verri, sempre aconselhadora e por quem tenho profundo carinho, a Professora Tatiana Schor, que me inspirava com sua determinação e ousadia nas pesquisas, ao Professor Geraldo Alves, com quem aprendi muito sobre trânsito das cidades e ao Professor José Aldemir de Oliveira, por ter sido um orientador “paciente” e sempre preocupado comigo me ajudando a crescer em cada etapa de construção da pesquisa e com quem muito aprendi nas aulas e na orientação. Aos colegas todos pelo companheirismo e fecundo debate nas questões urbanas que muito me ajudaram na compreensão teórica-metodológica da espacialidade das vilas e cidades do Amazonas. À professora Márcia Mello e Alba Barbosa, que me repassaram gentilmente parte das fontes primárias sem as quais não seria possível reconstruir uma história autêntica à memória da cidade. Ao Padre Antônio Gruyters, que me permitiu ter acesso ao seu manuscrito sobre a história da cidade de Tefé e o Protázio Lopes Pessoa por ter me dado algumas informações. A minha Mãe por ter sempre apoiado os meus estudos desde cedo, e a todos os meus irmãos, professores, colegas que me socorreram nos momentos mais difíceis da minha caminhada, sendo participantes dessa etapa da minha formação.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1-Vila de Ega em 1788..... | 63 |
| Figura 2- Feitoria da época onde se executava a salga de peixes..... | 64 |
| Figura 3-Vila de Ega, mostrando no centro a Igreja Matriz de Santa Tereza de Jesus, às margens o trapiche e um barco a vela..... | 70 |
| Figura 4-Vila de Ega em 1852, obra de ficção..... | 75 |
| Figura 5-O porto de Tefé em 1865 e as casas com quintais cercados..... | 77 |
| Figura 6-Ruínas do sobrado no Centro da cidade de Tefé em 1960, e ao lado esquerdo o tipo de habitação térrea, construída em 1942..... | 77 |
| Figura 7-Elaboração do croqui imaginário da Vila de Ega,1850-1855..... | 79 |
| Figura 8-Fachada de casa antiga no Centro de Tefé, à direita os alicerces da casa azul com resíduos da parede de barro coberta com argamassa de alvenaria, em contraste com a parede de tijolos da casa branca, à esquerda..... | 80 |
| Figura 9- Residência com varanda e sala de jantar na cidade de Tefé em 1865..... | 82 |
| Figura 10-Procissão em frente da Capela Bom Jesus em 1926, com o padre Tastevin..... | 83 |
| Figura 11-Residência particular em 1900, do prefeito Cleto Marques Praia, filho do coronel Isidoro Praia, o qual Bates se refere em 1850..... | 84 |
| Figura 12-Padrões de moradias-choças de índios de 1850 a 1860..... | 85 |
| Figura 13-Paróquia de Santa Tereza de Tefé - Livro de Tombo 1894-1933..... | 87 |
| Figura 14-Planta da cidade de Tefé de 1900, compreendia a rua Campina atual Marechal Deodoro, Centro..... | 89 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 1-Localização dos Fortes e Vilas Fundadas a Oeste no século XVIII | 29 |
| Mapa 2-Ilha redesenhada pelas Cartas de Praticagem da Flotilha do Amazonas/ Baseado nas Cartas Náuticas da Marinha do Brasil. | 45 |
| Mapa 3- Área de localização das ilhas na região central do Médio Solimões - Tefé..... | 50 |
| Mapa 4- Dimensão territorial do Município de Ega em 1852..... | 94 |

LISTA DE TABELA

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Habitação e número de habitantes de Ega, 1771-1859 | 86 |
|---|----|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| NEPECAB | Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira |
| IGHA | Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas |
| FAPEAM | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas |

RESUMO

Descrever a periodização colonial e imperial da área que corresponde ao atual estado do Amazonas e reconstruir a geohistória de Tefé e sua espacialização de Vila à Cidade foi o objetivo principal desta dissertação. Para tanto, após revisão da literatura, buscou-se compreender a produção das vilas portuguesas no vale amazônico que surgem especialmente a partir da política pombalina levada a efeito em meados do século XVIII. Descreve-se como o poder da Igreja e do Estado se constituíram nos principais agentes transformadores do território e como se deu a “ocupação” da fronteira setentrional. Evidencia o papel que a Vila de Ega teve na configuração da Colônia portuguesa do Norte. Partiu-se da hipótese, que a dimensão territorial que articula a rede embrionária de vila e lugares que vão surgindo de modo linear ao longo do rio Solimões não foi "obra do acaso". Esta seria decorrente da posição e situação geográfica de cada vila. Ega em particular, teve o local de implantação escolhido por ser central e representar a equidistância em relação ao Vale do Rio Negro, onde se localizava a vila da Barra mais tarde Manaus, e a fronteira Oeste em Tabatinga. Portanto, se constituía um ponto estratégico na consolidação dos limites da Colônia portuguesa no Norte. Em decorrência de sua posição, as relações econômicas e sociais se intensificaram entre portugueses e espanhóis permitindo a Ega, depois Tefé, o título de entreposto comercial. Isso passou a lhe conferir amplo domínio e influência no território. Apesar disso, a pesquisa documental e a análise do relato dos viajantes identificou que a construção do espaço da vila se estruturou carente de um plano urbano normatizado. Baseou na criação de ruas desordenadas com habitações e edificações toscas semelhantes a outras vilas criadas no mesmo período. Em meados do século XIX os acontecimentos relacionados à elevação do Amazonas a Província em 1850, a criação da Comarca do Solimões em 1853 e com sede em Ega e a introdução da navegação a vapor na Amazônia criaram as condições de melhoria da estrutura da vila e eram condicionantes para a elevação à condição de cidade em 1855. Com isso, surgem novas construções para abrigar o aparelho administrativo transplantado da capital. Foi impulsionada à ida de servidores públicos e a reorganização espacial do núcleo, pela implantação de infraestruturas e transformação da morfologia da cidade decorrente dos aterros de enseadas e igarapés, abertura de novos quarteirões, construção do novo cemitério, da Igreja Matriz de Santa Tereza D’Ávila, da Capela do Bom Jesus de Tefé, de escolas públicas, novas ruas e praças. Estas transformações são relatadas pelos viajantes e descritas no Relatório dos Presidentes da Província de 1852 a 1857. Conclui-se que a criação de Ega mesmo não sendo precedida de um plano não se constituiu em obra do acaso, mas como parte da estratégia de consolidação da fronteira norte da colônia portuguesa na América. .

Palavras-chave: Cidade colonial na Amazônia; Vila de Ega; Cidade de Tefé.

ABSTRACT

Describe the colonial and imperial periodization of the area that corresponds to the current state of Amazonas and rebuild geohistória Tefé and its spatial distribution of Villa for City was the main objective of this dissertation. Therefore, after reviewing the literature, we sought to understand the production of Portuguese villages in the Amazon basin that arise especially from the Pombalina policy pursued in the mid-eighteenth century. Describes how the power of church and state constituted the main transforming agents of the territory and how was the "occupation" of the northern border. It highlights the role that Ega town had in the configuration of the Portuguese North Colony. He started from the hypothesis that the territorial dimension that articulates the embryonic network of village and places that emerge linearly along the Solimões river was not "by chance". This would be due to the position and geographical location of each village. Ega in particular, had the implantation site chosen for its central and represent the equidistance in relation to Vale do Rio Negro, where was located the village later Barra Manaus, and the west border at Tabatinga. So it was a strategic point in the consolidation of the limits of the Portuguese colony in the North. Due to its position, economic and social relations have intensified between Portuguese and Spanish allowing Ega after Tefé, the title of trading post. It went on to give it broad domain and influence in the territory. Nevertheless, the documentary research and the analysis of the report of the travelers found that the construction of the village space was structured in need of an urban plan regulated. Based on the creation of streets cluttered with houses and buildings crudely similar to other villages created in the same period. In the mid-nineteenth century the events related to the rise of the Amazon the Province in 1850, the creation of the Solimões District in 1853 and headquartered in Ega and the introduction of steam navigation in the Amazon created the improvement of conditions of village structure and were conditions for the elevation to city status in 1855. With this, there are new buildings to house the administrative apparatus of the transplanted capital. Was driven to the way public servants and the spatial reorganization of the core, the implementation of infrastructure and transformation of the morphology of the city resulting from landfill coves and creeks, opening new blocks, construction of the new cemetery, the Mother Church of Santa Tereza D ' Avila, the Chapel of Bom Jesus de Tefé, public school, new streets and squares. These changes are reported by travelers and described in the Report of the Provincial Presidents from 1852 to 1857. It was concluded that the creation of Ega even if not preceded by a plan was not an accident of work, but as part of the consolidation strategy northern border of the Portuguese colony in America.

Keywords: colonial city in the Amazon; Egatown; Tefé.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| CAPÍTULO 1 –VILAS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XVIII: uma abordagem a partir da Geo-História | 15 |
| 1.1 – Geo-História e Geografia Histórica..... | 15 |
| 1.2 - A cidade no Brasil Colonial | 20 |
| 1.3 - As Vilas da Amazônia Colonial nos séculos XVIII e XIX..... | 25 |
| 1.4 - A ação Pombalina na Amazônia | 34 |
| CAPÍTULO 2- A IGREJA, O ESTADO E AS FRONTEIRAS NO MÉDIO SOLIMÕES..... | 43 |
| 2.1- A Aldeia Missionária de Santa Teresa de Jesus..... | 43 |
| 2.2- A Igreja: da construção da Aldeia Missionária à produção da Vila de Ega..... | 50 |
| 2.3 - O Estado: da demarcação das fronteiras à Vila de Ega..... | 59 |
| CAPÍTULO 3 - DA VILA DE EGA À CIDADE DE TEFÉ | 67 |
| 3.1- Ega na visão dos viajantes..... | 68 |
| 3.2 - Da vila à cidade nas Cartas dos Governadores da Província 1852-1857..... | 90 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| REFERÊNCIAS | 103 |
| ANEXOS | 109 |
| 1-Manuscritos do Arquivo Historico Ultramarino de Lisboa..... | 109 |
| 2- Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas..... | 112 |
| 3- Coleções das Leis da Província do Amazonas..... | 113 |

INTRODUÇÃO

A investigação sobre os primórdios de Tefé fundamenta-se na discussão sobre a formação das cidades pretéritas brasileiras considerando a perspectiva de dois autores que debatem do ponto de vista metodológico a formação das cidades coloniais. O primeiro, Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Raízes do Brasil*, em especial o capítulo IV, o “Semeador e o Ladrilhador” (2008). Nesta obra, o autor sustenta que as cidades da América portuguesa comparadas às da América espanhola foram obras do acaso, carentes de qualquer planejamento, destituídas de regras normativas que regulassem a sua forma sendo, portanto, obra do “desleixo”. Desde logo, é importante assinalar que Sérgio Buarque de Holanda não se refere à Amazônia que se constituiu no período colonial como uma colônia ligada diretamente à Metrópole portuguesa.

De outro lado, o geógrafo Maurício Almeida de Abreu traz um ponto de vista diferente, a partir de minuciosa pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro, que deu origem à obra *Geografia Histórica do Rio de Janeiro – 1502-1700* (2010). Neste livro, baseado nas ideias desenvolvidas em texto publicado anteriormente (1996) e retomando linhas de investigação de Nestor Reis Filho e outras pesquisas recentes, se põem em relevo posições contrárias às de Sérgio Buarque de Holanda. Abreu sustenta que as cidades da América portuguesa adotaram planejamento urbanístico desde o princípio da colonização e reproduziram espacialidades e estruturas já conhecidas na Metrópole portuguesa e que foram transplantadas quando da construção da primeira cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos em 1549 (AZEVEDO, 1956).

Em se tratando do estudo da origem de uma cidade da Amazônia, a leitura dos dois autores foi cotejada com a leitura do texto de Renata Malcher de Araújo (1998) que trata da construção das vilas e cidades criadas na Amazônia durante o século XVIII. O texto versa sobre o tema a partir das políticas expansionistas levadas a cabo por Sebastião de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, articulado às determinações mais amplas do quadro urbano e da reorganização do território colonial que reestruturou a área norte da Colônia portuguesa na América.

Como consequência da política pombalina (1750-1777) adotada para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1772-1823), se marca a inserção da região como área estratégica na relação Colônia-Metrópole. Isso deixou marcas importantes na caracterização da sociedade

colonial e na conformação do território. Nesse período se consolidaram os limites ao Norte da Colônia portuguesa na América pelo Tratado de Madrid (1750), pelo Tratado de El Prado (1761) e pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) como fator decisivo para a posse das terras, que tiveram de ser mapeadas, defendidas e povoadas, ao passo em que foi criada a Capitania de São José do Rio Negro (1755). Além disso, foram implantadas as primeiras vilas no que corresponde ao atual território do Estado do Amazonas.

As vilas foram agentes fundamentais na transformação do território. Tal processo se deu por meio de vários agentes da coroa portuguesa. Trata-se de missionários, oficiais da justiça, juízes, diretores, ministros da fazenda e os militares designados para realização do serviço público, sendo denominados por Renata Malcher de Araújo (1998, p. 28) como “funcionários do urbanismo”, portadores de diferentes práticas sociais e culturais. Para os colonos, instala-se no Estado do Grão-Pará e Maranhão a política pombalina da Coroa portuguesa. Implicava uma relação conflituosa entre colonos e índios, tal política tencionava modificar as espacialidades preexistentes, estabelecendo novas organizações do poder colonial, proporcionando elevação de lugares onde até então existiam aldeamentos indígenas e missões religiosas.

A análise de como se organizou o projeto civilizatório¹ de ocupação e desenvolvimento para a região que, atualmente, corresponde à Amazônia brasileira, se verifica pelas diretrizes que as medidas pombalinas trouxeram no seu bojo. A implantação de um novo modelo administrativo constituído das dimensões territorial e a urbanística que se articulam numa só, o que contribui para delimitar fronteiras, fortalecem a economia por meio da criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751. Criação do embrião de rede urbana por meio das vilas que se espalharam no eixo dos principais rios. No período pombalino, 44 aldeias foram convertidas em vilas e 23 em lugares (ARAÚJO, 1998, p. 135), configurando-se naquilo que Roberto Lobato Corrêa (1997) denominou de rede urbana dendrítica, com implicações até hoje na configuração uma rede urbana fluvial. A política pombalina também preocupou-se com o desenho urbano e com os projetos arquitetônicos, além de interferir na formação da sociedade em cada uma das vilas criadas. Nesse contexto, destaca-se a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1616) e que em 1751 torna-se a sede do Estado do Grão-Pará e Maranhão, depois amplia-se e espacializa-se para as vilas criadas na Capitania do Rio Negro com sede em Barcelos.

¹ O projeto civilizatório não foi apenas o território como espaço de ação da soberania nacional, que o simples trabalho delimitador das fronteiras deixaria definido, mas o território enquanto base física da instalação da sociedade que o reformador se propunha ali fazer (ARAÚJO, 1998, p. 110).

O que confirma a hipótese de que as vilas coloniais não foram obra do acaso, dentre outros, é o papel relevante exercido pelos técnicos, era desenhar as edificações e planejar as vilas semelhantes às existentes na Metrópole. Identificar isso como premissa, significar reconhecer que o processo de construção das primeiras vilas na Amazônia mais do que a criação de um espaço estruturado, idealizado e transplantado para a região estranha, objetivava a conquista de território e por isso esses espaços eram produzidos nos moldes da Metrópole. Portanto, o que se pretendeu com a pesquisa que deu origem a dissertação foi compreender se a criação da Vila de Ega² correspondeu a idealização integrante no plano urbano português, visto, ficou demonstrado que a criação da Vila estava inscrita no rol da geopolítica e visava a conquista ampliada do território, a expansão do sistema capitalista colonial e foi sendo construída sobre um único modelo, o de povoamento, marcado pela exploração econômica das drogas do sertão e pela expansão do cristianismo. A vila foi *locus* desse processo.

A interpretação da geohistória de Tefé contempla a compreensão das estratégias espaciais adotadas pelo projeto colonial que marcam a introdução do poder da Metrópole no lugar. Com objetivo de descrever a construção da espacialidade urbana da Vila de Ega, depois Tefé, apresentada em dois períodos de longas transformações, foram analisados três aspectos particulares: O primeiro consistiu na valorização do território pela disputa territorial da Amazônia entre Espanha e Portugal. Esse processo se inicia com estabelecimentos de aldeias missionárias jesuíticas espanholas entre os anos de 1689 e 1691 fundadas pelo padre Samuel Fritz, localizadas na região do Alto e Médio Solimões; O segundo aspecto, refere-se às estratégias utilizadas tanto por missionários e colonos, quanto por índios para superar obstáculos de comunicação e realização dos descimentos visando produzir novos espaços, como o sítio que resultou mais tarde a cidade de Tefé; e o terceiro aspecto, foi o estabelecimento de um sistema de fortalezas em pontos estratégicos na região do Médio e Alto Solimões até a foz do rio Amazonas.

A Vila de Ega foi à base militar portuguesa garantindo sua defesa, permanência e controle de ocupação do território e promovendo o preamento de índios. Para tanto, busca-se

² Ega é o nome de uma vila portuguesa, situada no distrito de Coimbra em Portugal. Na época da colonização portuguesa na Amazônia, o governo Pombalino por meio da Carta Régia, mandava substituir o nome das povoações locais para nomes de vilas portuguesas. Assim o nome Aldeia de Tefé foi substituído para Vila de Ega. Segundo Otaviano de Mello (1967), o significado da topomínia Ega tem origem no hebraico *adh-Ega* admitida do latim, cujo prefixo *adh* indica direção (orientação) para um determinado lugar ou objeto (para a parte de). E o seu radical *Ega*, significa lugar, a terra fresca onde se depositam o vinho, a fim de adquirirem todas as suas virtudes, é a terra por excelência boa. Porquanto, a palavra Ega significa terra da promessa (Mello, 1967).

a literatura produzida na Amazônia como os textos de Arthur César Ferreira Reis, Anísio Jobim, Ouvidor Sampaio, Padre Antônio Gruyters, Protásio Lopes Pessoa e as dissertações de Eúbia Andréa Rodrigues e Kristian Oliveira de Queiroz. Tal levantamento visou estabelecer um olhar mais específico do espaço urbano em que foi sendo produzido na cidade de Tefé.

A metodologia da pesquisa parte da análise investigativa de fontes primárias, consultados em arquivos digitais, bibliotecas de Manaus e Tefé, buscando resgatar a geohistória de Tefé, numa dialética que integra Geografia e História como parte do método geográfico (ABREU, 1998, p. 92). O acesso à documentação primária fez desconstruir as contradições encontradas em fontes secundárias.

A pesquisa se desenvolveu em três eixos específicos preestabelecidos que resultaram na elaboração de 3 capítulos: No primeiro, descreve-se os fatos políticos que se desdobraram no contexto da existência de um projeto colonialista de caráter urbano pensado para as vilas do Amazonas, particularizando a Vila de Ega no contexto regional. A compreensão histórica se deu pela revisão da literatura e a partir do suporte obtido nas aulas dos programas de pós-graduação em Geografia e História, especificamente nas disciplinas História da Amazônia e Territorialidades das Cidades e Assentamentos Humanos na Amazônia.

No segundo capítulo descreve-se a dimensão espacial da vila de Ega a partir da construção da estrutura da igreja e seus objetos geográficos sendo de suma importância para isso os manuscrito do padre Antônio Gruyters. Neste é relatado com especificidade o papel da Igreja no Lugar e sua colaboração na construção do espaço materializado na paisagem e na memória dos habitantes. Isso permite entender com profundidade a relação Igreja e Estado como as únicas formas de poder instituídas neste momento do processo histórico. Destaque-se ainda, a análise dos manuscritos das cartas dos governadores da antiga Capitania do Rio Negro, Joaquim de Mello e Povoas e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O terceiro capítulo pauta-se na análise das cartas dos Presidentes da Província do Amazonas no período de 1852 -1857 consultadas e fotografadas no museu Amazônico. O mesmo método se aplicou com outros documentos encontrados na Biblioteca do IGHA e Biblioteca Mário Ipiranga, em Manaus e na Prelazia de Tefé. A interpretação documental possibilitou compreender como se deu o processo de formação e organização territorial da Amazônia e a construção do urbano em vilas coloniais, dentre as quais muitas desapareceram ou se espacializaram ganhando forma de cidade no período imperial. Além disso, neste capítulo, buscou-se a partir dos relatos dos viajantes que estiveram na vila de Ega no século XIX reconstruir a representação em desenho do que poderia ter sido o plano de vila articulado ao padrão de moradia português.

CAPÍTULO 1 –VILAS NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XVIII: uma abordagem a partir da Geo-História

1.1 – Geo-História e Geografia Histórica

Para se interpretar os espaços do passado é fundamental definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu estudar. Como o objeto de estudo é a formação da cidade de Tefé, no atual Estado do Amazonas, o ponto de partida é a recuperação do quadro referencial maior da cidade naquele tempo. Ou seja, o seu enquadramento espaço-temporal. Em outras palavras, foram analisadas as formas pretéritas da vila e a relação que elas tiveram com as normas que lhe deram origem. No entendimento de Milton Santos, a “forma é o aspecto do visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao conjunto ordenado de objetos, a um padrão” (SANTOS, 1985, p. 50). É por essa razão, que se propõe investigar a forma projetada como uma das variáveis de análise deste estudo.

Como se trata de compreender formas espaciais pretéritas foi adotado a abordagem teórico-metodológica a partir da Geografia Histórica, na medida em que se considera ser a análise fundamental para o entendimento da cidade, espaço e tempo. Na Amazônia, a criação de vilas e cidades foi visto como projeto geopolítico da colonização portuguesa cujo sentido era assegurar um sistema de ocupação econômica mais eficiente (PINTO,1987, p. 108). A sociedade pretérita comportava múltiplas formas de espacialidades não havendo uma que fosse vencedora. Com a colonização, especialmente a partir da segunda metade do século dezoito, passou a predominar a forma de espacialidade dominante de uma sociedade que tinha como objetivo a extração dos recursos naturais visando à acumulação (OLIVEIRA, 2000).

Partindo dessa perspectiva, retoma-se o passado da região para entender o surgimento da cidade de Tefé na região do Médio Solimões tendo como ponto de partida o aglomerado da Vila de Ega para explicar o processo de criação. Visa-se reconstituir a espacialidade e temporalidade no período do surgimento da vila em 1759 à elevação a categoria de cidade em 1855. Porém, cabe aqui explicitar o que seria essa espacialidade e temporalidade da cidade do ponto de vista da Geografia.

Para Maurício Almeida de Abreu (2003), temporalidade e espacialidade são categorias geográficas de investigação utilizadas para explicar o passado das cidades a partir de sua localização com interseção de processos sociais que tem origem em diversas escalas espaciais. Seguindo o mesmo autor, pode-se sustentar que ele buscou correlacionar ambos os

conceitos ao processo de produção do espaço urbano gerado pelas formas, conteúdo e representações, e acabou por constituir uma tríade espacial: totalidade - singularidade - particularidade. Essa tríade é analisada em três níveis escalares: 1) os processos de produção podem ser analisados no nível mundial e só podem ser compreendidos a partir de sua inserção na escala global de interpretação; 2) outros processos são de caráter particular analisados no nível regional e podem ser explicados pelas dinâmicas sociais dos estados-nações; 3) outros podem ser explicados pela sua singularidade, isto é, sua forma única específica, precisa ser contextualizada a partir das realidades locais. De modo geral, todos esses processos se inter cruzam num determinado lugar e acabam imprimindo marcas na paisagem e nas suas representações (ABREU, 2003).

Na perspectiva em que se está abordando a espacialidade e temporalidade, Teresa Salgueiro (2003) conceitua o termo espacialidade articulando-o ao produto social. Ou seja, o espaço percebido como produto da sociedade e apropriado pelas práticas sociais conforme as satisfações das necessidades humanas são, portanto, materializado e socialmente produzido. Do mesmo modo, define temporalidade à diversidade de tempos sociais, isto é, a velocidade da passagem do tempo em diferentes ritmos seja longo ou curto, marcado pelas vivências experimentadas no espaço vivido (SALGUEIRO, 2003). Portanto, a temporalidade nada mais é que ritmo de tempos desiguais. Liga-se às desigualdades econômicas ocasionadas pela mudança das coisas no espaço. Ampliando a predominância da espacialidade assume-se que esta faz parte da mundialidade, isto é, a construção social do espaço pelas coisas espacialmente distribuídas (SAQUET, 2015).

No contexto urbano da Amazônia Colonial, a espacialidade sinaliza a produção de vilas no território como resultado das estratégias geopolíticas adotadas para materialização do espaço. A Vila de Ega é o exemplo do meio geográfico da ação. Todavia, essas ações vinculam-se às estruturas de poder associadas ao Estado e à Igreja. Essa representação fora extremamente poderosa e atuante no território no período colonial, fazendo emanar do núcleo efeitos e influências que deram ordem e coerência à cidade.

Tal espacialização envolve uma série de questões que leva em conta a análise tempo-espaço como categoria fundamental para compreensão das formas espaciais pretéritas que são as dimensões simbólicas dos processos socioespaciais. Isto significa que o processo de apropriação e construção do território que mais tarde se constituiu como a cidade de Tefé, ocorreu pelas práticas sociais que deram forma e conteúdo ao lugar. Nesse sentido, o que se busca compreender é o surgimento da Vila de Ega situada na Capitania do Rio Negro no Estado do Grão Pará e Rio Negro durante o período de 1759 até elevação à categoria de

cidade com o nome de Tefé no período Imperial em 1855, relacionado às estratégias de poder adotadas para estruturação da Vila que serviu como base militar para a introdução do projeto civilizatório.

O trabalho tem como aporte teórico-metodológico três pilares fundamentais para o surgimento da cidade que Milton Santos (1985) chama de processo, estrutura e função. Estes são elementos essenciais para compreender a construção do urbano na espacialidade amazônica. A abordagem utiliza um método próprio da Geografia Histórica que é narrativo, descritivo ou empírico que constituem as bases fundamentais da investigação Geo-histórica (ABREU, 2010, p. 20). Busca compreender os fatos antigos que possibilitem resgatar não apenas a memória da cidade de Tefé, mas também a cultura histórica das cidades amazônicas. Para isso é necessário à utilização da Geo-história.

Inicialmente, o conceito de Geo-história foi muito utilizado por geólogos que o usavam ao se referirem à história da terra. Não era incorporada às análises as dimensões antrópicas e suas relações com o meio. Tinha um cunho puramente natural. Em consequência da exclusão das relações humanas não definidas no conceito geológico da geo-história, Fernand Braudel (1995) reivindicou um novo conceito de cunho mais geográfico (RODRIGUES, 2011).

A geo-história regional braudeliana na obra *Mediterrâneo* surge para explicar a história e o espaço, retomando em suas análises os problemas sociais, políticos, econômicos, demográficos e culturais daquela região. Foi um desafio à Geografia que, até então, não estava preocupada em estudar as relações humanas. Braudel pertence a um momento em que a escola lablachiana era extremamente poderosa nas determinações dos estudos geográficos. Por ter sido aluno e discípulos de La Blache, sua obra tendeu para as concepções espaciais e para as ideias do possibilismo geográfico e, por isso, relacionou o homem como agente modificador do meio geográfico, dando forma a uma nova modalidade historiográfica, a geo-história (BRAUDEL, 1995).

De modo a aprimorar o método histórico, Fernand Braudel propôs a distinção entre tempo longo e tempo curto. Este último seria característico das situações conjunturais, enquanto o primeiro marcaria o estrutural, os movimentos de fundo, incompletamente apreendidos por meio do tempo curto. Esse ponto de vista ultrapassou o domínio da História, invadiu as demais ciências sociais, seduziu as ciências naturais e exatas e colonizou a Geografia (SANTOS, 2006, p. 179).

A teoria de tempos históricos em Braudel associa os tempos curtos e longos à duração de três ritmos diferentes: curta, média e longa duração (MELO, 2003, p. 36). Os tempos

curtos e médios estão relacionados aos movimentos acelerados, mais perceptíveis das concretizações na paisagem. O tempo longo caracteriza-se pelo ritmo lento da história imóvel, quase parada (estática), onde tudo se transforma lentamente. É a partir desses tempos que o historiador estabelece a análise historiográfica para compreender o espaço geográfico (LIRA, 2007).

Na Amazônia são poucos os trabalhos que integravam a dialética entre o espaço e tempo, ou seja, em uma análise histórico-geográfica. A monumental obra de Braudel e a Geografia Clássica de La Blache são os exemplos que buscavam integrar Geografia e História como parte do método geográfico, conforme sustenta Maurício de Abreu (1998, p. 92).

Particularmente, essa junção se abateu numa exposição mais ampla pela qual os geógrafos de meados do século XX buscavam estabelecer os limites entre Geografia e História. Desse modo, estavam prestes a escolher separadamente o que seria a abordagem mais adequada e holística para avaliar a investigação histórico-geográfica apresentada por Vidal de La Blache. Todavia, o resultado dessa escolha foi a fragmentação do conhecimento para forçar o surgimento da “subdisciplina delapidadamente história da geografia – isto é, a geografia histórica – [que] acabou curiosamente divorciada das preocupações, teorias e métodos da história” (PHILO, 1996, p. 272) (grifo do autor).

Essa separação entre Geografia e História foi defendida por Hartshorne, seguidor de Kant, que admitia a Geografia como descrição da natureza e a História voltada para descrever a evolução do homem ao longo do tempo. Ou seja, “enquanto a Geografia tem dimensão espacial, a História tem dimensão temporal” (RODRIGUES, 1966, p. 61). Assim, materializaram-se os limites disciplinares rígidos em fins do século XIX e a separação entre as disciplinas (ABREU, 1998).

A Geografia, na virada do século XIX para o XX, vivia a turbulência quanto às suas categorias e o impasse de redefinições das ciências humanas. A História passava por um novo estágio se constituindo como disciplina mais científica e questionadora (GOMES, 2008). Porém as mudanças epistemológicas ocorridas na Geografia e na História no século XX abriam novas possibilidades para outras disciplinas. Surge, a partir de Marx, um novo modelo disciplinar voltado para o materialismo histórico e dialético que pregava a produção e reprodução da vida material (GOMES, 2008), revalorizava a dimensão temporal, antes maltratada pelos estudos clássicos ou renegada pelo neopositivismo. Todavia, a Geografia não conseguiu revogar uma das suas “leis férreas”: só tratar do passado se for para buscar nele o entendimento do presente ou a previsão para o futuro (ABREU, 1998, p. 92).

As sucessivas mudanças e debates em torno do objeto e método da Geografia como ciência levou à criação de uma nova disciplina, a Geografia Histórica, em meados do século XX. Nesse contexto, em que vários investigadores mostraram tenacidade, constância, imaginação e audácia para superar as dificuldades que apresentava o trabalho dos geógrafos. Também apresentaram materiais e recursos novos para o estudo geográfico como as fontes históricas, os documentos de arquivos, os testemunhos, o resgate de mapas e a toponímia para reconstruir as paisagens do passado (CORTEZ, 1991, p.16).

Entretanto, no desenvolvimento da Geografia Histórica, surgiram várias definições para explicar seu objeto de estudo como o estudo das geografias passadas ou a sensibilidade histórica para os estudos de Geografia Humana. Outras definições ainda surgiram pelo caminho dos geógrafos que se aliaram a essa corrente (CORTEZ, 1991).

Entretanto, esse é um termo que vem sendo discutido em sua definição por vários autores. É por esta razão que Cris Philo (1996) faz ampla discussão, em primeiro lugar, definindo a Geografia Histórica e História Geográfica. A primeira foi definida como “um termo empregado para descrever certas variedades de escritos topográficos” (PHILO, 1996, p. 269). A sua “importância é fazer com que a sensibilidade geográfica seja introduzida nos estudos de todos os fenômenos do passado, econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro, que são a própria substância da história” (PHILO, 1996, p. 270). A segunda, que o autor define como História Geográfica, trata da distribuição dos fenômenos espaciais (populações) e das combinações de fenômenos geográficos (paisagem) de determinados locais, (ações que geram acontecimentos históricos, resultando na separação sócio-espacial) de determinado espaço e lugar (PHILO, 1996, p. 280).

Trata-se, sem dúvida, de conceitos complexos e por isso Philo salienta que,

(...) desde que os pesquisadores ancorassem seus estudos nos objetos materiais de paisagens do passado (e com isso investigassem onde estavam localizados esses objetos, e como eram combinados), o resultado era geografia histórica propriamente dita: mas, se desviassem sua atenção para acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, o resultado, então, seria a história geográfica, que pertencia à história e não à geografia (PHILO, 1996, p. 276).

Nesse sentido, o objeto de estudo da Geografia Histórica compreende a paisagem e suas relações sociais de produção material e imaterial. No caso específico da cidade, visa sempre um olhar interpretativo a partir de determinado ponto de vista: a paisagem urbana. Entretanto, essa paisagem construída não se resume somente ao aparente, mas vai além das

estruturas porque contém histórias que perpassam as relações dos homens entre si e destes com o meio urbano (OLIVEIRA, 2000).

Para a análise interpretativa do passado da cidade de Tefé toma-se a Geografia Histórica definida por Cris Philo como a mais importante porque seu raciocínio aplica-se a temporalidade e espacialidade dos fenômenos e eventos geográficos numa perspectiva que articula dois séculos relevantes nesse estudo, a saber, o XVIII e XIX.

No caso específico, estudar a Vila de Ega da criação a elevação à categoria de cidade com o nome Tefé, implica localizá-la e situá-la para além das coordenadas geográficas, pois consiste em definir o sítio e a posição. E é nesse sentido, de localizar e situar, que se encaminhou a pesquisa compreendendo em qual posição a cidade se situa no espaço amazônico e onde os seus objetos se localizavam na antiga paisagem. Nesta pretensão de reconstruir a imagem do lugar recuperou-se a evolução do plano da cidade. Para tanto, é necessário que a análise compreenda as várias concepções da cidade do Brasil Colonial, conforme a seguir.

1.2 - A cidade no Brasil Colonial

Por que é importante investigar o passado da cidade do Brasil Colônia? Pela necessidade de se compreender as estruturas e as dimensões do seu espaço concebido, cujo passado guarda resíduos das relações pretéritas que produzem espacialidades diversas para compreensão do presente.

No Brasil Colônia, a história da cidade é produto das relações pretéritas. Envolvem mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social urbano nas várias dimensões do território por meio do qual este se espacializa na cidade. Para compreender melhor estas questões, parte-se da abordagem teórico-metodológica de dois importantes autores que discutem a formação de cidades e vilas do Brasil Colônia. O primeiro é Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil*. Com a primeira edição publicada em 1936, em especial o capítulo quatro com o tema “O semeador e o ladrilhador”, a obra traz importante contribuição para o conhecimento das distintas formas de organização das cidades da América espanhola e portuguesa. O segundo é o geógrafo Maurício Almeida de Abreu, com ênfase no texto “Pensando a cidade no Brasil do passado”, inserido no livro *Brasil: questões atuais do território*, publicado em 1996. Este escrito aventa diferentes interpretações do papel das cidades brasileiras quando da criação de núcleos urbanos em que adotaram o planejamento urbanístico do estado português.

Sérgio Buarque de Holanda apresenta como hipótese, que as cidades fundadas pelos portugueses no Brasil Colônia foram obras do “acaso” (HOLANDA, 2008, p. 111). Essa é uma problemática já há muito questionada por vários autores, mas que pode mostrar algumas pistas importantes para interpretar o planejamento urbano das cidades amazônicas. Todavia, é necessário ter claro que a análise de Holanda trata de uma realidade diferente da ocorrida na região. De outro modo, reforça a atualidade de sua obra. Numa análise apressada, poderia ser tratada como ultrapassada mas, ao contrário, possibilita reflexões das relações pretéritas que caracterizam as cidades brasileiras. A partir desse mesmo texto, pode-se compreender a estrutura do plano da cidade construída na Colônia.

Para melhor formular a hipótese, Holanda aponta os objetivos fundamentais que nortearam a fundação de cidades na América. Para o autor, a estratégia de Portugal era fazer nas suas colônias o comércio exploratório buscando especiarias para abastecer a Metrópole. Por outro lado, os espanhóis tinham objetivos diferentes. Visavam, fazer de suas colônias o prolongamento orgânico de sua pátria (HOLANDA, 2008).

O autor parte da ideia do homem cordial como articulador das primeiras cidades no Brasil e sustenta que a cidade não foi um produto mental, isto é, não se baseava no traçado geométrico. O terreno e a rotina foram princípios que nortearam os portugueses pela ausência de vontade construtora e rigor normativo. Como resultado, as cidades se tornaram carentes de qualquer planejamento, destituídas de regras que as regulasse na sua forma, sendo, portanto, obra do “desleixo” (HOLANDA, 2008). Por vezes o desenvolvimento posterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema, razão pela qual a primazia do rural se deu por conta de certo desleixo do português que abriu mão de construir.

Em seguida, o autor contrapõe a cidade portuguesa à espanhola. Nesta, houve a mão forte do estado desde o século XVI com as *Ordenanzas de Descubrimiento Nuevo y Población* (1563) e mostra que os traçados das ruas não acompanhavam a natureza e tinham clara aspiração de dominar e ordenar (HOLANDA, 2008).

Em contrapartida, Maurício Almeida de Abreu argumenta que os núcleos coloniais portugueses no Brasil foram decididamente planejados e tiveram três aspectos relevantes para construção do território. O primeiro seguindo Aroldo de Azevedo (1956) que aponta para a criação de 219 núcleos urbanos até 1822, a maioria sem grandes significados. Isso formava uma “base urbana modesta”. No segundo aspecto, Abreu ressalta que a cidade colonial brasileira se constitui como materialidade social, não podendo ser explicada somente pelo seu “sistema econômico exploratório”. Finalmente, o terceiro aspecto aponta que a interpretação usual dada sobre a cidade colonial é de que ela não passou de um “ponto de controle do

território”. Para o autor, na verdade, desde que os conquistadores portugueses chegaram à América, ambicionavam encontrar ouro e prata. Como, de início, isso não foi possível, fizeram aquilo que era mais adequado: estabeleceram feitorias em locais estratégicos para escoamento de produtos para a Metrópole, além de facilitar a distribuição de sesmarias e o comércio exploratório do pau-brasil (ABREU, 1996, p. 147-148).

O autor sustenta que, em vista de outras ameaças estrangeiras, essa estratégia foi mudada, e implantada a política de colonização efetiva a partir de 1532 visando criar um sistema de capitanias. Como resultado, surgiram novos núcleos ao longo da costa atlântica, no sentido de se estabelecer uma barreira defensiva (ABREU, 1996). Entretanto, essa política não deixou de ser uma estratégia no sentido de se criar uma rede urbana embrionária como alternativa que pudesse articular o espaço a ser ocupado pelo colonizador à Metrópole para fins de maior controle e circulação de mercadorias.

No contexto brasileiro, o papel da cidade tem sido interpretado apenas como ponto de partida para a expansão da atividade econômica enquanto deveria ser também interpretado como base de recurso para outros fatores sociais. É possível perceber, ainda, a lógica colonialista que o Estado Português impôs, sempre baseado em estratégias de conquista para o território. Porém, essas estratégias foram intrinsecamente associada a um urbanismo ideológico ligado ao poder central e nem sempre implantado concretamente.

Quanto à formação dos núcleos urbanos em área de fronteira, os portugueses adotaram especificidade própria do plano militar em cada região. Esse plano se caracterizava pelo sistema defensivo de fortificações, baseado num estilo de vida que se aproximava da Metrópole:

A fundação de núcleos urbanos nas áreas de fronteira com a América espanhola durante o século XVIII, por exemplo, sempre foi explicada pela historiografia brasileira como evidência da adoção de critérios nitidamente geopolíticos na orientação do processo de ocupação do território (...). Nela estiveram envolvidos diversos engenheiros militares, que pensaram a cidade não só em termos militares, mas como elementos de um sistema urbano muito maior, confirmando, assim, o que Nestor Reis já havia indicado há algum tempo, de que tanto a criação de vilas e cidades no Brasil colonial como a elevação de vilas à categoria de cidade, obedeceram a um projeto de política territorial muito mais abrangente do que aquele que é geralmente admitido (ABREU, 1996, p. 150).

Aqui aparece a atuação dos engenheiros militares que não se restringiu apenas ao combate e defesa. Estes também foram incorporados ao planejamento e embelezamento de vilas que fundaram com forma de cidade para estabelecer a base da logística militar “o que

nos permite caracterizá-los como grandes pensadores do urbanismo do Brasil Colonial” (ABREU, 1996, p. 151).

Diante dessa discussão, Maurício Almeida de Abreu, contrapõe a afirmação de que a cidade portuguesa da América “não é produto mental” e sim obra do acaso e desleixo (HOLANDA, 2008, p. 110). Abreu sustenta que tal afirmação não pode ser considerada verdadeira porque a teoria não se aplica a todos os núcleos urbanos. Para sustentar o seu argumento, dá, como exemplo, os mapas antigos de Salvador, do Rio de Janeiro, de Filepéia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa) de São Cristóvão e de Cabo Frio. Nestes se indica o plano geométrico sendo decididamente um “produto mental” dos portugueses (ABREU, 1996, p. 152-154).

A formação urbana nos primeiros tempos contou, inclusive, com o trabalho do próprio governador da Capitania, Martim Afonso, na construção e ordenação da Vila de São Vicente (1532). Além disso, sustenta que “os controles exercidos pelo estado português não se limitaram ao plano da cidade, eles se fizeram sentir em outras dimensões da vida urbana, ainda que isso não seja aparente à primeira vista” (ABREU, 1996, p. 155).

Nesse sentido, cabe assinalar que Sérgio Buarque de Holanda, ao fazer suas análises, procura interpretar o Brasil Colônia a partir das suas cidades por meio das dimensões econômicas e, especialmente, encontrar as razões pelas quais a Colônia portuguesa não havia dado, ainda, os primeiros passos para a modernidade. Cita como exemplo que os espanhóis, nos primeiros séculos de colonização, já haviam criado duas universidades, a de São Domingos e a de São Marcos, em Lima no ano 1538, enquanto que no Brasil nada se tinha projetado nesse sentido (HOLANDA, 2008).

A afirmação de que os portugueses foram desleixados com suas cidades porque não tiveram rigor na prática sistemática de traçados xadrez, como fizeram os espanhóis, parece um exagero. Tal prática não significa que os portugueses não tivessem consciência do que estavam fazendo. Em outras palavras, tinham um planejamento urbanístico em vista. Corroborando com o que sustenta Maurício Almeida de Abreu, Nestor Goulart Reis Filho³ comprova a existência de projetos urbanísticos durante os três primeiros séculos de colonização. O autor considera que, dois séculos depois, as políticas pombalinas implementaram normativas e diretrizes que mudaram completamente o século XVIII. Reis Filho defende que houve rigor pombalino para construção das principais vilas e cidades

³ Professor arquiteto e urbanista, discurso apresentado no Seminário do Instituto de Estudos Brasileiros da IEB-USP – Universidade de São Paulo, em homenagem ao texto de Sérgio Buarque de Holanda, “O Semeador e o Ladrilhador” (2011). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x9-IZ9qzCGI>

brasileiras. Para estas, a Coroa portuguesa utilizou diversos instrumentos urbanísticos para estabelecer medidas e diretrizes visando regular a forma e os traçados das ruas, alinhamentos de casas, controle das dimensões de balcões e dos avanços das fachadas.

Os autores aqui citados contribuíram para a discussão do plano de cidade que foi construída no Brasil Colônia. As interpretações sobre essa prática sistemática de traçados remete-nos às reflexões sobre o plano urbano, embora a cidade colonial possa ter sido fruto do acaso, em um dado momento. Reconhece-se a eventual formação de seu sistema de colonização como seguindo uma lógica econômica, posto que a criação dos primeiros núcleos urbanos teve caráter economicamente exploratório. Do mesmo modo, é preciso reconhecer outras dimensões da vida urbana colonial ainda que isso não seja aparente a primeira vista.

Do ponto de vista mais geral, considera-se o conjunto espacial das colônias portuguesas no Brasil. No período que se estende mais ou menos entre 1500 e 1700, as vilas e cidades se desenvolveram num verdadeiro processo de inércia pelo encadeamento de continuidade e ruptura. O sistema de ações, em alguns momentos, é extremamente dramático, marcado pela queda da economia mercantil que vem na sequência ao domínio espanhol entre os anos 1580 e 1640 marcando a unificação de Portugal e Espanha, sob o domínio dos reis Felipinos II, III e IV.

O que se segue até meados do século XVIII é a ordem associada ao semeador e não ao ladrilhador. Nessa analogia, o processo pretérito de criação da cidade é dependente da vida rural e o processo evolutivo das vilas é quase estático, onde tudo parece se passar lentamente. Recorrendo-se a classificação de tempos em Fernand Braudel (1995), tratada pela história dos acontecimentos, história das estruturas e história imóvel, é ao segundo tipo, sem dúvida, que se pode associar a quase três séculos de colonização portuguesa no Brasil.

Dessa forma, o segundo tipo é também associado às vilas amazônicas interpretadas à luz da efetiva duração da passagem dos tempos aos ritmos médios e curtos. Nesse contexto, insere-se a Vila de Ega ao ritmo médio dos movimentos acelerados mais perceptíveis das concretizações estruturais na paisagem. No decorrer da análise o tempo curto é aplicado para medir a passagem dos viajantes, da vida cotidiana onde se enquadra as percepções dos cronistas.

Aqui, o entendimento do Brasil Colônia discutido por Sérgio Buraque de Holanda e Maurício Almeida de Abreu não consideram em suas análises, as vilas e cidades criadas no Estado do do Maranhão e Grão Pará e depois Grão Pará e Rio Negro. Neste período, o que hoje corresponde a Amazônia, fazia parte de outra Colônia Portuguesa com relações administrativas, financeiras e de poder diretamente ligada Metrópole. Nesse sentido, é

importante considerar os escritos de Renata Malcher de Araújo (1998), neles a autora específica o traçado a plantas de vilas projetadas e construídas na região a partir de meados do século XVIII, desenhadas por engenheiros militares portugueses e acrescentadas como referências da historiografia regional.

Este será o ponto de apoio de onde se fará a interpretação da Geografia Histórica do surgimento da Vila de Ega. Tal abordagem proporciona um cenário particularizado e oportuno para observar, em primeira mão, a gênese e a evolução das vilas e cidades e a rápida transformação da paisagem no decorrer do tempo. Para tal, leva-se em consideração o quadro natural, embutido na ideia de domínio do homem sobre a natureza. A eventual espacialização dos objetos e as temporalidades das vivências humanas concretizadas no espaço, deram significado ao lugar, onde as relações societárias produzem e reproduzem a sua própria materialidade, construindo espaços de vilas, tema a ser tratado no item a seguir.

1.3 - As Vilas da Amazônia Colonial nos séculos XVIII e XIX.

As primeiras aglomerações coloniais da Amazônia surgiram principalmente de fortificações militares e missões religiosas no século XVII. Estavam situadas às margens dos grandes rios e no interior da floresta em locais estratégicos. Muitos tiveram os seus núcleos transformados em vilas e lugares durante o século XVIII e, posteriormente, foram elevadas a categoria de cidades no século XIX.

O passado da região Amazônica é marcado por vários conflitos, disputas e tratados territoriais entre espanhóis e portugueses, evidenciados ao longo do período Colonial. Tudo se inicia com o Tratado de Tordesilhas⁴ estabelecido entre Portugal e Espanha e assinado em 7 de junho de 1494. Tratava-se de um acordo geopolítico que definia as fronteiras de terras recém-descobertas e aquela por descobrir. As terras do ocidente seriam da Espanha e as do oriente de Portugal. Nessa partilha territorial, ficaram de fora os franceses, holandeses,

⁴ Foi um acordo diplomático feito pelo Papa Espanhol, Alexandre VI, que ocupava o trono pontifício da Europa. Este fez a partilha do mundo entre as Coroas de Portugal e Espanha pela cúria pontifícia da publicação de uma série de bulas (maio de 1493). A última, a bula *Inter coetera*, fixou de maneira precisa o domínio espanhol e o domínio português. Entre eles se traçava uma linha ideal que unia os dois polos e passava por umas 100 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde. A oeste dessa linha, todas as terras descobertas pertenciam a Castela. A solução espanhola triunfava; de modo excessivo, sem dúvida. O português sentia-se frustrado (...) Para acalmar o furor de D. João II (Rei de Portugal), os Reis Católicos assinavam, em 7 de junho de 1494, o Tratado de Partilha de Tordesilhas que modificava ligeiramente o proveito de Portugal às estipulações das bulas pontifícias. A linha de demarcação era recuada para o ocidente, doravante a 370 léguas de Cabo Verde. Foi em virtude das bulas de 1493, que a companhia espanhola reclamou sempre a posse integral das Índias Castelhanas; foi em virtude dessas bulas modificadoras pelo tratado de Tordesilhas que os portugueses fundaram legalmente os seus estabelecimentos na costa do Brasil (CHAUNU, 1979, p. 16).

ingleses e irlandeses. A parte que corresponde a atual região Amazônica ficou pertencente à Espanha e Portugal sentiu-se prejudicado por ter recebido apenas uma estreita faixa litorânea do Brasil e não se conformou (REIS, 1989).

Os portugueses, determinados a desempenhar uma obra civilizadora e competente em todos os seus domínios para o reino de Portugal, aproveitaram-se da força que possuíam unificados com a Espanha, formaram a União Ibérica entre 1580 e 1640. Para executarem seus planos de dominação em terras espanholas estabeleceram nas capitânicas do norte, fortificações, povoações e vilas.

Neste período, a Amazônia estava sendo explorada por estrangeiros que pretendiam tomar posse das terras que estavam na América do Sul. Os franceses invadiam constantemente o litoral brasileiro, ao mesmo tempo em que ingleses, irlandeses e holandeses, a serviço de empresas comerciais britânicas e dos Países Baixos, invadiam as terras que pertenciam a Espanha e fixavam estabelecimentos mercantis e militares nas Guianas, no Maranhão, e penetravam livremente na foz do Amazonas nublando-se ao longo do rio principal e seus tributários (REIS, 1953, p. 22). Os ingleses e os irlandeses se fixaram principalmente na costa do Amapá e nas cercanias de Marajó. Os holandeses estiveram no vale do Xingu e os franceses subiram o Tocantins, mas tanto uns quanto outros conheceram primeiro todo o trecho que segue da costa da Guiana até o Amazonas (OLIVEIRA, 1983).

Os interesses dos colonizadores eram absolutamente mercantilistas. Coletavam tudo o que achavam proveitoso: sementes oleaginosas, exploraram as madeiras, praticaram a pesca do peixe boi e exportavam outras espécies conservados em sal para a Europa. Também plantaram tabaco, cana-de-açúcar, fabricaram do seu derivado, o rum e os comercializava com os índios Aruás e Tupinambás no Baixo Amazonas. Em troca, recebiam gêneros orgânicos coletados por eles nas florestas. Portanto, os estrangeiros foram os primeiros a modificar as espacialidade nativas pré-existentes a partir das colônias, feitorias comerciais, fortins militares e engenhos de açúcar. Para tanto trouxeram os escravos da Guiné visando o trabalho na lavoura (OLIVEIRA, 1983).

Diante da invasão do “seu” território, Portugal e Espanha, que formavam a Coroa Ibérica sob o comando da última, lutaram unidas para expulsar os “invasores” de suas colônias, cada uma defendendo as suas possessões de direito, a Espanha fez poucos esforços para “ocupar” e explorar o vale Amazônico. Empreendeu apenas duas incursões⁵ em períodos

⁵ A primeira expedição ocorreu em 1541-1542, com o Governador de Quito, Gonzalo Pizarro e o Tenente / Capitão Francisco de Orellana, a segunda foi realizada em 1560–1561 pelo Capitão Pedro Ursúa e o

distintos, visando encontrar o El Dorado e, como não encontrou ouro e prata, priorizou a exploração mineral no Peru e México, deixando a Amazônia totalmente desprotegida e vulnerável à cobiça de seus concorrentes europeus (OLIVEIRA, 1983).

As tropas Portuguesas chegaram ao Pará em 12 de janeiro de 1616 sob o comando de Francisco Caldeira de Castelo Branco para expulsar os invasores e destruir os possíveis fortes. Escolheu um sítio na baía do Guajará com boa posição geográfica para instalar um alojamento provisório, denominou o lugar de Feliz Lusitânia e colocou sob a proteção de Nossa Senhora de Belém. Em seguida, construiu um pequeno forte de madeira, ou taipa⁶ o qual chamou de “Forte do Presépio, ou Santo Cristo” (OLIVEIRA, 1983, p. 170). O núcleo da cidade de Belém surge e outros núcleos de povoação foram sendo formados. Em função disso, fizeram as primeiras ruas de Belém, edificaram as primeiras casas e se lançaram os primeiros fundamentos da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. A finalidade era assegurar, na foz do rio Amazonas, o domínio de Portugal e proteger as terras que pertenciam à Espanha, obtendo uma posição estratégica para o controle de toda a Bacia Amazônica (OLIVEIRA, 1983, p. 168).

Após “expulsar os estrangeiros”, os portugueses implantaram as primeiras fortificações e puseram em prática os planos de expansão dos seus territórios nos domínios da “Espanha”. Possuindo experiência colonialista já mostrada na Ásia, Portugal sabia que só conseguiria frutificar na defesa militar, ou seja, obter poderio mercantil junto com a Espanha, se tivesse a efetiva ocupação da terra por colonos. Diante disso, se lançou a expansão do território. Para tanto, designou Pedro Teixeira, oficial destemido e experiente nas pelejas contra os nativos. Deram-lhe o título de Capitão-Mor e General de Estado com amplos poderes para penetrar o rio Amazonas e verificar as potencialidades de seus recursos, bem como tomar posse das terras por onde parasse. Teixeira organizou a expedição com mais de duas mil pessoas entre soldados, índios, escravos, mulheres e crianças, dois padres e os principais militares: um coronel, um capitão, dois sargentos, um almoxarife e um escrivão (REIS, 1989, p.58). A expedição partiu de Cameté em 26 de outubro de 1637, entrou pela foz do Amazonas com destino a Quito chegando lá em novembro de 1638, e retornou a Belém em dezembro de 1639 (OLIVEIRA, 1983; SAMPAIO, 1985; REIS 1989).

regedor Lopo de Aguirre. Após 37 anos que os espanhóis haviam percorrido o rio Amazonas e revelado sua grandiosa extensão ao Velho Mundo, os portugueses vieram interessar-se por explorá-lo, a partir da viagem de Pedro Teixeira realizada em 1637 (REIS, 1989, p. 40-52).

⁶ O ouvidor Sampaio cita em seu relatório, que a fortificação inicial na Baía de Guajará era feita de pau a pique, segundo o costume dos índios (SAMPALIO 1985, p. 24).

A partir daí, a ocupação da Amazônia na perspectiva do colonizador foi um ato essencialmente político (OLIVEIRA, 1983, p. 169). Segundo o Ouvidor Sampaio (1985), na volta de Pedro Teixeira quando este ainda estava no rio Napo, o mesmo implantou um marco defronte da boca do rio do Ouro ou Aguarico obedecendo às instruções que recebeu na carta régia elaborada pelo Governador do Grão-Pará Jacome Raimundo de Noronha. Em 16 de agosto de 1639 fundou, com toda a solenidade e oficializada em ata, uma povoação que chamou de Franciscana. Com essa atitude tomava posse das terras para a Coroa portuguesa e estabelecia como marco de limite entre as colônias ibéricas, deixando ali um contingente de sua tripulação. Tratava-se, porém, de estratégias espaciais militares para conhecer o espaço e nele combater, posto que se tinha em vista a premente separação do reino de Portugal em relação a Espanha que ocorreu em 1640. Como resultado da expedição de Pedro Teixeira foi possível a Portugal incorporar aos seus domínios as Terras compreendidas entre a Foz do rio Amazonas até o rio Napo (OLIVEIRA, 1983; REIS, 1989).

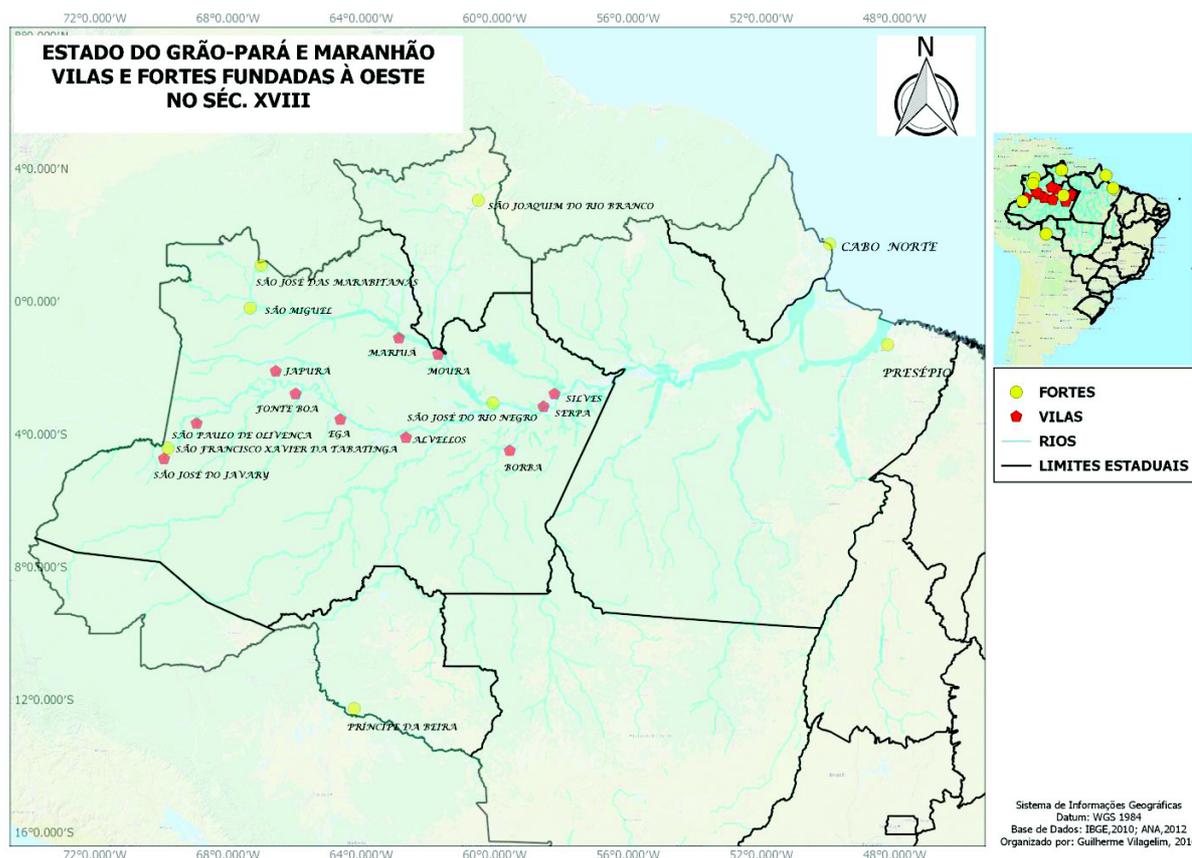
Feito isso, Portugal passou a balizar suas fronteiras a partir dos limites naturais. Os rios foram a porta de acesso à penetração para o conhecimento geográfico e cartográfico da região. Mas o conhecimento concreto de toda a região se deu por meio da aliança que os portugueses realizaram com as populações indígenas do lugar (ARAÚJO, 1998).

Segundo Adélia Engrácia de Oliveira (1983), a ocupação e expansão portuguesa na Amazônia aconteceram em dois períodos. O primeiro que vai de 1616 a 1750, século de colonização, iniciado com a fundação do povoado de Santa Maria de Belém do Grão-Pará e termina com a assinatura do Tratado de Madrid e a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Mello – Marquês de Pombal. O segundo vai de 1750 e 1840 marcados pelo estabelecimento das primeiras colônias permanentes ao redor das missões religiosas e dos fortes. Acrescentado dos acontecimentos ligados à independência e a unificação do território nacional com consequente extinção do Estado do Grão - Pará - Rio Negro.

Diante desta compreensão, Renata Malcher de Araújo (1998, p. 94) sintetiza os núcleos de povoamentos e ocupação que já estavam bem estruturados e estabelecidos no final do século XVII na vastíssima Capitania do Grão-Pará. Consistiam em uma cidade, quatro vilas e oito fortes: a cidade de Belém, as vilas Souza do Caeté (1634) Santa Cruz de Cameté (1637), Gurupá (1637) e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693); as fortificações eram três, localizadas em Belém: Forte do Presépio ou Santo Cristo (1616), Fortim de São Pedro Nolasco (1665), fortaleza de Nossa Senhora das Neves da Barra (1685); e cinco fora da cidade de Belém: o Forte do Gurupá (1623), o Forte do Desterro (1638) o Forte do Aguari (1660), a fortaleza de São José do Rio Negro (1669) e o Forte do Pauxi (1698), mais cerca de

70 estabelecimentos missionários entre aldeamentos de índios descidos e fazendas das missões.

O que ocorreu nesta parte da região também ocorreu em todo o curso do rio Amazonas. O avanço da colonização europeia, nos séculos XVII e XVIII, foi marcado pela implantação de sete fortes militares de leste a oeste na bacia Amazônica. O forte de Macapá e o forte Príncipe da Beira foram os pilares mestres da rede de fortificações criada pelo Gabinete de Pombal. Rede essa que tinha de permeio os fortes de São Joaquim, Forte de São José dos Marabitanas, Forte São Gabriel da Cachoeira, Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga e Bragança, conforme mostra o mapa 1. É só a partir destas implantações, que todas as terras situadas ao norte do rio Amazonas passaram a ser incluídas verdadeiramente como luso-brasileiras (MENDONÇA, 1963, p. 8).



Mapa 1-Localização dos Fortes e Vilas Fundadas a Oeste no século XVIII
Org.: Guilherme Vilagelim, 2016.

Ressalta-se que estas preocupações, na realidade, tiveram início com o Forte do Presépio em Belém (1616), na foz do rio Amazonas, e findou-se no Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (1766), no rio Solimões, na fronteira com o Vice-Reino do Peru, atual

Colômbia. Separadas por três mil quilômetros, ilustram bem a duração e extensão desse processo (OLIVEIRA, 2014). Localizados nos principais pontos de acesso, criava-se a proteção de toda região norte da Colônia formando uma linha de defesa por meio da ocupação da terra pela fundação das povoações. Com os fortes, assegurava-se o controle dos limites exteriores do território no sentido utilitário e, por meio da estratégia interior, investia-se na ocupação efetiva da terra fundando estabelecimentos que, mais tarde, dariam origem às primeiras cidades amazônicas (ARAÚJO, 1998).

Aqui a visão de território era marcada pelo paradigma de guardar os rios. Isso era feito com o controle dos *nós* da bacia fluvial salvaguardando as bordas por onde poderiam entrar os invasores estrangeiros. Os rios, os furos e igarapés foram importantes vias de comunicação entre núcleos populacionais, aglomerados em pontos relevantes às suas margens. Isso possibilitou a formação embrionária desses *nós* que se dava pelas trocas e a passagem de pessoas, ideias, mercadorias e informações entre colônias portuguesas situadas a leste e espanholas a oeste (QUEIROZ, 2015). Configurava-se, assim, naquilo que Roberto Lobato Corrêa (1997) denominou de *rede urbana dendrítica* comandada por Belém e que acabou construindo um modelo de rede urbana fluvial e coesa predominante até hoje.

Nesse contexto, o povoamento colonial do que hoje corresponde ao atual estado do Amazonas iniciava-se por volta de 1657. À época, os sertanistas e missionários jesuítas portugueses penetraram no vale do Amazonas com expedição voltada para exploração das drogas do sertão (canela, cacau, baunilha, cravo e outros) e captura de índios reduzindo-os à escravidão. Os missionários formaram uma expedição que penetrou no rio Negro e, na foz do rio Tarumã, fundaram a primeira missão. Reuniram 600 índios descidos e os levaram cativos para Belém visando formar outros povoados, além de ter a tarefa de civilizá-los e introduzi-los no sistema da divisão do trabalho organizado (REIS, 1989).

Do outro lado, tinham-se os missionários da Companhia de Jesus que se estabeleceram em Quito. Estes desciam o Napo, em direção ao Amazonas catequizando índios e os aglomerando em aldeamentos ao longo dos principais rios e seus afluentes, onde implantaram de 28 a 35 missões. Também tinham o caráter civilizador e político, conforme consta no Diário de Samuel Fritz, visto que os padres tinham de incorporar a terra e seus habitantes à igreja e à Espanha (REIS, 1989).

Deste modo, salienta-se que os principais núcleos setecentistas formados ao redor de Belém possuíam o desenho de plantas bem definidos. Nesse contexto, os missionários jesuítas tiveram papel relevante nos trabalhos urbanísticos e lançaram os fundamentos das primeiras estruturas com forma do estilo tradicional de arruamentos e casas como o Colégio da

Companhia de Jesus, Casa da Misericórdia, Conventos dos Religiosos, Igrejas, Casa da Câmara, armazéns e praças. Assim, tem-se o quadro urbano predefinido nos primeiros cinquenta anos de povoação. Este se encontrava esquematicamente esboçados e pontuados por edifícios que funcionavam como marco de expansão do desenho urbano antes mesmo que se desse a ocupação dos lotes (ARAÚJO, 1998, p. 85).

A metodologia do urbanizador aparece comprovada na documentação relatada por João Martins da Silva Coutinho em 1861. Nesta o mesmo faz a descrição de uma povoação jesuítica no Amazonas, nos dando a noção do que foi a vila do século XVIII no interior da Amazônia.

Os jesuítas tiveram em Borba uma olaria bem montada. No lugar em que esteve esse estabelecimento ainda vi escavações, donde se tirava o barro, e achei alguns pedaços de tijolos fabricados há mais de um século, em bom estado. Vi também os grossos alicerces d'uma igreja, que elles começaram, mas que não foi concluída. Existem ainda os restos de dous canos de esgoto subterraneos, que partindo do lugar do antigo hospício vão ter ao rio. O facto de não concluir-se a igreja parece provar que os jesuítas estiveram em Borba até a sua extinção do Brazil. Há um século, pois, que houve uma olaria nesse lugar, que trabalhava regularmente, fornecendo materiais para as construções (COUTINHO, 1986, p. 34).

Dessa forma, completa-se a primeira metade do século XVIII com um processo crescente do trabalho missionário configurado no vasto vale amazônico que estava dividido da seguinte forma: aos padres da Companhia de Jesus cabia administrar 19 (dezenove) aldeamentos em toda parte do Sul do Amazonas; os Franciscanos de Santo Antônio foram encarregados de 9 (nove) na parte que fica ao Norte do mesmo rio e o Cabo do Norte; os Franciscanos da Piedade foram encarregados de 9 (nove) e ainda o hospício do Gurupá, devendo missionar apenas os seus arredores e todas as terras para cima da aldeia de Urubuquará até o rio de Gueberí, compreendendo, portanto os rios Xingu e Trombeta; e, finalmente, aos Carmelitas foram confiados 16 (dezesseis) aldeamentos nos territórios desde o rio Gueberí, até a fronteira com Castela, ou seja o Urubu e Negro e o próprio Solimões (ARAÚJO 1998; REIS, 1989; OLIVEIRA, 1983).

A identificação do discurso dominante daqueles missionários se tornou hegemônico. E, por essa razão, tornaram-se indispensáveis para o serviço do Estado que pôde utiliza-los na administração particular dos índios em toda região com estratégias compreendidas em duas vias:

A fundação e manutenção de povoados pelos missionários religiosos no rio Solimões foi primordial para a gestão do território e o — ‘acultramento’ dos índios. Também foram úteis para ambas as coroas ibéricas, estas, por conseguinte, por intermédio dos trabalhos de catequização e evangelização dos gentios do novo mundo pelos religiosos dinamizaram seus respectivos objetivos de ocupação e colonização. Este pode ser considerado o primeiro sistema de controle territorial ibérico de impacto significativo na ocupação posterior do vale do Amazonas (QUEIROZ, 2015, p. 45).

Partindo desse pressuposto, a divisão do espaço foi dinamizada pela conquista espiritual da Amazônia estruturada em núcleos de povoamento. Não era mais possível encarar estes apenas como uma estratégia de controle territorial, mas como centros de poder de relações comerciais da nova sociedade instalada. Ali a produção de nova economia vigorava intensificando as relações de mercado. Nesse sentido, é necessário esclarecer que as mudanças marcadas pela “ocupação” e colonização da terra tiveram instruções que positivaram. Ressalta-se a distinção entre ocupação e colonização. A primeira está relacionada aos avanços das suas fronteiras em direção do Oeste da colônia do norte, ocupando áreas que eram consideradas da Espanha. A segunda dá-se pela exploração e organização da sociedade portuguesa estabelecida no contexto das demarcações. Isso se consolidou em torno da comercialização dos produtos da natureza, as chamadas “drogas do sertão”, em sua forma extrativista e também no cultivo agrícola, como por exemplo, o cacau, algodão e o café, além da exploração e comercialização da mão de obra indígena (REIS, 1989).

Tais ações buscaram condições de urbanidade, o que significa transformar espaços selvagens por meio das políticas de “civilidade”. A partir daí, assume-se uma política tratadística, que implicava na formação de novas espacialidades reveladas nas mais diferentes estratégias do Estado português em ampliar suas fronteiras o máximo que pudesse. Buscava contudo, defini-las em um acordo de paz com a Espanha, por meio de relações concretas, visando defender seus interesses que compreendia a construção da paisagem a partir das vilas, tidas como resultado das determinações geopolíticas.

A partir daí havia necessidade de se estabelecerem novos limites, já que o Tratado de Tordesilhas ficou num plano desprezível e os conflitos se intensificavam. Foi assinado novo acordo diplomático, o Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750. Com estes, se objetivava aceitar as demarcações imaginadas por Alexandre Gusmão, que definiu os limites das duas Colônias que formavam a América Portuguesa. Porém, para a Amazônia, procurou-se legalizar as conquistas alcançadas pelas missões, estipulando o princípio do “*uti possidetis*”,

isto é, que cada um ficasse com a parte que já possuía. Para tal processo, o tratado generalizou-se com poucos elementos informativos da cartografia o traçado dos limites de toda a região. Ressalta-se que o Tratado não foi criado para atender os interesses de Portugal na Amazônia. Tratava-se de um pensamento geral, para estabelecer os limites de todas as fronteiras do Brasil Colônia (REIS,1989). Desta forma, a fronteira da área que corresponde à amazônica ficava concentrada nos seguintes aspectos:

Na Amazônia, entrava pelo Madeira até o ponto situado a igual distância do rio Amazonas e da boca do Mamoré, dado como o formador, com o Guaporé, do Madeira. Daí, por uma reta de leste-oeste, à margem austral do Javari, baixando pelas águas deste até a sua foz no Solimões, pelo qual continuava ao encontro da boca mais ocidental do Japurá. Seguia pelo meio deste e pelos demais rios que se lhe juntassem e se acercassem mais do rumo do norte até encontrar o alto da cordilheira dos montes que entre o Orenoco e o Amazonas, prosseguindo pelo cume desses montes para oriente até onde se estendesse o domínio de ambas as monarquias (...). Apenas o trecho do Japurá ao Napo e uma faixa do Madeira passavam a incorporar-se em definitivo à Espanha (REIS, 1989, p. 103).

Ao se retomar o século XVII, o espaço amazônico compreendia espacialidades impostas pela Igreja e pelo Estado, representadas por instituições organizadas militarmente pelas estratégias de aldeamento e fortificações e que expressava, em certa medida, a afirmação da autoridade portuguesa no interior da Amazônia. Estas medidas mudaram nos últimos anos do século XVIII. A partir da nova política territorial e urbanística, implantadas pelo Marques de Pombal⁷, a ação de governo é identificada com o nascimento de várias vilas e lugares do espaço configurado como a Amazônia portuguesa.

Dessa forma, a construção do espaço foi ao longo do processo histórico, um projeto civilizatório que se configurou na compreensão de espacialidades impostas vistas por duas figuras fundamentais: o missionário e o militar. O missionário estabelecendo aldeamentos indígenas e o militar levantando a fortaleza, quase sempre aquele precedendo este, seguindo solitários em suas tarefas. De outro lado, tinha-se o espaço como “problema” ora de ocupação, ora de colonização de um celeiro aparentemente inesgotável de exploração dos recursos. Essas perspectivas, do ponto de vista da Geografia, acompanharam diferentes

⁷ Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, nasceu em Soure, no Norte de Portugal, em 13 de maio de 1699. Pertencia a uma família da pequena nobreza. Antes de passar a fazer parte do primeiro gabinete ministerial do rei D. José I, o que se deu a partir de 3 de agosto de 1750, serviu ainda como Sebastião de Carvalho e Melo, em Londres e em Viena d’Austria. Em Londres, nos vários anos que ali esteve, em substituição ao tio, ministro de Marco Antônio de Azevedo Coutinho, acumulou saber e experiência, tornando-se, desde então, grande conhecedor e decidido adversário dos ingleses (MIRANDA, 2009, p. 16).

processos de territorialidades que se fragmentaram determinando um modo de vida urbano diferente.

1.4 - A ação Pombalina na Amazônia

Na Amazônia, a segunda metade do século XVIII é marcada pela ascensão ao poder de Marquês de Pombal, conforme já referido, que herdara todas as complicações das disputas territoriais com Espanha ao subir ao trono em 3 de agosto de 1750 e permanecer no governo até 1777. Com a ascensão de Pombal ao poder, surgiu à figura de seu meio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado que passa a desempenhar papel relevante como governador das Colônias do Norte e com atuação nas demarcações das fronteiras espanholas e portuguesa na América.

A visão da política pombalina trouxe no seu bojo medidas reformista que revolucionaram radicalmente o século XVIII com transformações em todos os níveis: político, social e econômico. No Brasil, foi priorizado colonizar todas as terras que se encontravam “desocupadas”. Esse processo implicava no desaparecimento do antigo sistema de aldeamentos⁸ estabelecido pelos missionários e substituído pela criação de vilas, cidades e fortins baseados em princípios da racionalidade e da funcionalidade e surgem como a aplicação mais notável da busca da mudança de paradigmas do modelo colonial português.

Na Amazônia esse processo foi sentido com maior impacto. Em especial a criação de vilas e fortes militares que aparecem como imenso laboratório de experimentação de novas áreas e como campo de aplicação de novas ideias iluministas de Portugal⁹. O resultado foi à ocupação colonial da terra e regulamentação dos territórios conquistados nas regiões de fronteira. E, nesse contexto, o espaço da vila pombalina irá surgir como um conceito de

⁸ Prática desempenhada pelos missionários e colonos, em fazer descer os índios de seu estado primitivo das florestas numa tentativa de ‘civilizar’ e reuni-los em aldeias transformando-os em súditos do rei. Inicialmente esses aldeamentos compreendiam um amplo espaço geográfico, onde introduziram nas aldeias as missões religiosas, contavam com numerosas populações de índios, situados estrategicamente em locais privilegiados as margens dos rios. Suas aldeias se distanciavam dos núcleos de povoamento dos brancos para que eles não entrassem em conflitos. Esse modelo de colonização obedeceu à lógica defensiva do território ao longo do século XVII visto a necessidade de protegê-lo contra os avanços estrangeiros e do ataque de outros índios bravios (MOISÉS, 1998, p. 7).

⁹ O Iluminismo "representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. Tem coragem para fazer uso da tua própria razão"(KANT, Immanuel, 1990).

projeto urbano do iluminismo, cuja lógica estava submetida a razão e conceituação da cidade (ARAÚJO, 1998, p. 65).

O campo da atuação política fundamentou-se em duas medidas chaves: a Lei da Liberdade dos Índios¹⁰ e a instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esta medida sistematizava a organização econômica do território e revogou o projeto geopolítico ibérico de delimitação e “ocupação” da fronteira amazônica entre Portugal e Espanha, marcado pelo desdobramento do Tratado de Madrid assinado em 1750 que representou o encontro de dois mundos bem distintos (ARAÚJO, 1998).

Tais medidas foram desempenhadas na Amazônia por Francisco Xavier de Mendonça Furtado entre os anos de 1755 e 1759, devem ser levadas em consideração para melhor compreender em que bases se sustentavam a verdadeira transformação do quadro urbano da Amazônia colonial (ARAÚJO, 2012).

A primeira medida foi de cunho territorial. A ação pombalina estabelece a criação de leis que beneficiam os colonos com favores e garantias que lhes foram dado como prêmio: concessão de terras, que eram as sesmarias, ferramentas grátis, isenção de imposto, casamentos entre colonos e índias e cargos de funcionário régio, tais como, o de Intendente do Comércio, Agricultura e Manufaturas, cujo cargo tinha a função de supervisionar o desenvolvimento da lavoura, do comércio e da produção manufatureira que se principiava na Amazônia (REIS, 1953, p. 28-29).

A segunda medida baseou-se em ideais iluministas. A criação de vilas deveria exprimir uma ideia da urbanidade como elemento civilizacional (ARAÚJO, 2012, p. 52). Para tal, era necessário que se fizesse abolir o sistema de aldeamentos instituídos pelos padres que detinham a tutela dos índios e de todo controle do comércio das drogas do sertão, o qual se sustentava inteiramente pela mão de obra indígena¹¹.

¹⁰ A Lei de Liberdade dos Índios surge em 1548 no Regime de Tomé de Souza e recomendava que se cuidasse bem dos índios e punissem os delinquentes que lhes fizessem danos. Outras leis se sucederam todas com restrição do cativo dos índios. O fundamental desta orientação é que aos religiosos foram entregues o poder temporal das aldeias, a conversão e civilização dos índios e neste sentido, “a liberdade dos índios é pois, compreendida como liberdade que melhor pode servir à estratégia global da colonização do que a sua própria escravização: o índio livre sim, mas aldeado e pronto para servir nas tarefas militares de defesa quanto na prestação de serviços (BEOZZO, 1983, p. 24).

¹¹ Até a época pombalina, os missionários exerceram o governo temporal e espiritual dos aldeamentos, tendo um *Regimento das Missões* a partir de 1686 (Lei de 21-12-1686) para regular tais governos. Antes dessa época, os missionários Jesuítas já detinha o governo temporal das aldeias, o qual fora estabelecido, pelo padre Antônio Vieira, pelo “Regulamento da Aldeia”, do Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo que a mesma era dirigida por um Principal, ou seja, um chefe indígena. A ação dos religiosos se fazia por meio deste chefe (OLIVEIRA, 1983, p. 191).

Deste modo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado teve dificuldade em fazer abdicar a tutela que os missionários detinham sobre os índios. Tendo em vista a própria necessidade de os substituir nas tarefas de mediação, criou uma legislação específica para facilitar o processo. Em 3 de maio de 1757, o governador torna público o instrumento legal que lhe permitira mudar completamente o quadro urbano¹² e social da Amazônia. A nova ferramenta político-administrativa veio a ser confirmada pelo rei em 17 de agosto de 1758, era o Directório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão (ARAÚJO, 2012, p. 53).

Nesse sentido, o Directório Pombalino, ou dos Índios, surgido em 1757, composto de lei que garantia a “Liberdade Legal” do índio, visava substituir a tutela dos missionários pelos cuidados de um Diretor militar ríspido residente em cada uma das vilas recém-criadas. Cabia ao diretor recolher os índios para as vilas formando companhias militares para que reconhecessem obediência “obrigando-os a vestirem-se e aparecer frente as gentes, deixando os matos, e vindo mais vezes as povoações” (SPIX E MARTIUS, 1938, p. 93).

As vilas pombalinas, por natureza e por propósito deliberado, eram o instrumento e o espaço no qual deveria se processar a reprodução de uma nova sociedade, isto é, integrar o “índio selvagem” a um universo de socialização com um mundo colonial português. Por isso, surgem reações buscando garantia das diferenças e a superação das desigualdades. Nesse sentido, é importante mencionar as leis por Francisco Xavier de Mendonça Furtado que consistia no regimento dos 95 artigos do Directório. Este compunha um detalhado catálogo de instruções, normas práticas e justificativas que visavam fundamentalmente transformar o índio das missões, e eventualmente os povos indígenas, numa grande massa nativa, econômica e socialmente controlada e capaz de suprir, com a força de trabalho, o esforço de consolidar o domínio colonial português na Amazônia (MOREIRA NETO, 1988, p. 12)

Assim o próprio Directório era peça principal de um modelo implantado para o “ordenamento urbano afirmando ser evidentemente certo para o argumento das povoações e a nobreza dos edifícios” (ARAÚJO, 2012, p. 53). Por meio dele, a sociedade poderiam organizar-se e reproduzir-se espacialmente. Desta feita, traçava-se nas vilas uma nova ordem político-administrativa, onde os diretores tinham que estabelecer as casas e instituições de Câmara e Cadeias Públicas e as autoridades principais eram juízes e vereadores, no caso destes, compostos, em parte, por índios convertidos (ARAÚJO, 1998, p. 124).

¹² Entretanto parece prematuro registrar a existência de um quadro urbano na Amazônia nessa época.

Esta realidade foi relatada por Spix e Martius (1938, p.182) que enfatizavam a sua importância como parte do projeto civilizatório. Segundo os autores, o Directório visava criar um espírito de cidadania e uma benéfica “influência da sociedade” como parte do programa político amplo pensado para consolidação dos núcleos. De fato, tudo isso se realizou com intuito de civilizá-los e integrá-los na incipiente sociedade colonial que se iniciava nos aglomerados humanos para, assim, povoar e cultivar o solo (FLEXOR, 1998).

Foi a partir da criação destes novos papéis distribuídos para seus habitantes que o lugar ganhou sustentação política para se estabelecer com as possíveis relações de convívio, troca de experiências culturais, tanto pelo lado do colonizador como pelo lado colonizado. Todavia, as políticas também proporcionaram modificações de mentalidade das sociedades indígenas, multiplicando-se os contatos intergrupais e dando aos indivíduos outras ideias de espaço e de tempo.

Nesta perspectiva, a ordem do Directório foi construída por meio de contradições e conflitos por conta da imposição de um modelo que tinha como base a agregação de aldeias criando novos sítios, onde emergiam novas espacialidades impostas pelo colonizador.

Os diretores transformaram as aldeias em povoações civis de “índios livres” e fizeram cumprir nelas um valor elementar de um novo sistema dominante. As leis oriundas da Metrópole estabeleceram taxas e salários pelo trabalho indígena prestado aos colonos e o bom trato, pois os índios deveriam se sentir parte da vida portuguesa. Estas determinações vinham associadas à outra lei criada em 27 de maio de 1750, que recomendava a vinda de escravos negros oriundos da Ilha dos Açores para trabalhar nas terras da Fazenda Real no Pará que necessitavam ser cultivadas e, para tanto, era preciso mão de obra (MENDONÇA, 1963, p. 128-127).

A vinda dos escravos se harmonizava com a “liberdade do índio” e se constituiu como uma das medidas prioritárias do programa de colonização conduzido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Essa diretriz resolvia tanto a disputa de poder com os missionários, como a preservação das fronteiras nos acordos políticos que exigia a união pacífica com os naturais da terra. O governador teve de esperar cinco anos para pô-la em prática. O fez no contexto da instituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada pela lei 7 de junho de 1755 (ARAÚJO, 2012).

Esta lei visava organizar a economia da região de forma sistemática, a fim de acarretar mais lucro com a coleta das “drogas do sertão”. Nesse propósito, a Companhia protegia os privilégios do monopólio monárquico obrigando o transporte dos africanos e sua venda aos colonos do Pará e do Mato-Grosso. Esta atividade não se mostrou bem sucedida.

Por volta de 1794, não foi mais possível à compra de escravos em decorrência do alto preço. Em consequência, recorreu-se a exploração do índio, livre ou cativo, obtido com poucas despesas e relativa facilidade para empregá-lo no trabalho das lavouras. Além desses esforços, o índio passou a ter um valor econômico para as atividades extrativistas que dispensava a energia dos africanos. Pode-se inferir que o fortalecimento econômico da recém-criada Capitania do Rio Negro foi desde o início dependente da mão de obra indígena. Por isso, sua caça tornou-se um empreendimento comercial lucrativo para os colonos e a profissão de bugreiro passou a ser valorizada (REIS, 1989).

Assim intensificou-se a prática de descimentos de índios. As vilas e os lugares tornaram-se aldeamentos oficiais organizados com rigor militar (GRUYTES, 2011). Era a compreensão de que o Diretório havia sido implantado apenas para atender a uma situação criada para a falsa liberdade dos índios. Acabou por se tornar um instrumento de escravidão indígena. A escravidão seria assim, explicada como uma lei necessária em tempos de guerra, podendo apresentar-se ilusoriamente como redentora, uma vez que liberta também escraviza, literalmente, resgata índios prisioneiros da idolatria e da barbárie, cristianizando-os e convertendo-os em bens de utilidade econômica (ALMEIDA, 1997, p. 30).

As vantagens que se tinha são apontadas por Arthur Reis (1953) ao mencionar que Belém era uma feira movimentada e exercia todo controle econômico em largas proporções. Neste período, seus termos já possuíam núcleos urbanos bem estruturados. Já a área que corresponde ao Amazonas, que os sertanistas chamavam de “Certam da Amazônia”, não havia pousadas com ares urbanos. Para as gentes ibéricas ou mamelucas o que havia, de fato, eram sítios de evangelização dos religiosos e apenas feitorias que se mudavam quando o sertanista encontrava melhor apoio para a exploração das drogas do sertão (REIS, 1953, p. 28).

Os colonos penetravam o sertão e os altos rios à procura de grupos tribais fazendo-os descer para os povoados de brancos e mamelucos. Na maioria das vezes, os descimentos eram realizados com ou sem a presença inibida de alguns missionários que procuravam pacificá-los e aldeá-los com outras nações indígenas. Buscavam, com isso, estabelecer as vilas de moradores e serviçais para fazer nascer, a partir, dos índios outras vilas e novas espacializações (OLIVEIRA, 1983, p. 124).

Presume-se que as vilas não se efetuaram ao acaso, antes exprimiam uma visão de mundo para além de seus arredores. Prolongaram-se como parte de um planejamento de cidade agregando, em si, diversos tipos de funções, especialmente a de entreposto comercial e a de defesa. Em vista disso, as vilas se estabeleceram com forma de cidade para serem

importante espaço do novo modelo de ocupação. Era por meio delas que se efetuariam as mudanças na organização preexistente com emergência de novos padrões espaciais instituídos pela e para a economia voltada para o mercado (PINTO, 2005).

Eram nas vilas e lugares que os diretores se excediam nos maltratos e explorações do braço indígena. Utilizava-os indevidamente como guia, remeiro, pescador, coletor e os encarregava de serviços oficiais nas expedições demarcatórias dos limites. Os colonos infringiam leis por eles próprios impostas. Diante deste processo colonialista, a situação agravava-se de tal maneira que os ouvidores, como Pestana da Silva e Ribeiro Sampaio, foram designados para fiscalizar as vilas e o trabalho dos diretores, denunciavam os abusos e pediam providências as autoridades (OLIVEIRA, 1983, p. 124).

Tal situação relaciona-se à outras decisões pombalinas planejadas para a Amazônia dentre as quais acentua-se a integração do Estado do Maranhão e Grão-Pará¹³ formando, com o Estado do Brasil, o território da Colônia portuguesa na América. O estado do Maranhão e Grão-Pará ficou desvinculado do Governo Geral por quase dois séculos. Configurou-se como um mundo a parte sendo, portanto, uma colônia política e economicamente independente do restante do Brasil e vinculada diretamente à Metrópole (OLIVEIRA, 1983).

Depois da inserção do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Pombal reconheceu a necessidade de “ocupação” do interior. Para tanto, deu maior importância à Capitania do Grão-Pará, mudando o nome do Estado para Grão-Pará e Maranhão em 1751, com sede em Belém. Nomeando em 30 de abril de 1753 como Governador comissário e plenipotenciário das demarcações e limites, seu meio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado¹⁴. Como parte de sua missão, criou a Capitania do Rio Negro em 1755, estabeleceu os limites das capitania do Grão-Pará e São José do Rio Negro e criou o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, separado do Maranhão em 1772. Com tudo isso, apressou o “povoamento” da região. Estes desmembramentos facilitaram a eficácia e o controle do território no sentido de priorizar e proporcionar defesa mais rápida das áreas em questão, isoladas em quase todos os seus limites com as possessões castelhanas (ARAÚJO, 1998).

Nesse quadro geral das reformas ocorridas nas colônias brasileiras, houve a valorização do vale do Amazonas que passou a ganhar maior importância. De um lado tinha-

¹³ O Estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado pelo ato régio de 13 de junho de 1621. Interrompida a existência, em 1641, pela ocupação do Maranhão pelos holandeses, foi restaurado pelo rescrito de 25 de agosto de 1654, sendo a capital, São Luiz (QUEIROZ, 2015).

¹⁴ Também foi nomeado em 30 de abril de 1753 o comissário e plenipotenciário das demarcações e limites que no ato recebe uma cópia do Tratado de Madrid com as instruções da sua missão.

se a implantação dos fortins nas áreas de fronteiras, por outro as vilas como fator determinante na concretização do território a exprimir não somente a ideia da produção do espaço, mas enquanto espaço de domínio e de poder. As vilas pombalinas foram implantadas de forma sequenciada nas margens dos principais rios. Tinha-se em vista a inserção da região Amazônica como área estratégica na relação Colônia Metrópole. Aqui se acentuam as determinações da Carta Régia de 3 de março de 1755 de Dom José I que criava a Capitania de São José do Rio Negro com novos nomes portugueses direcionados para as nove vilas e vinte e três lugares recém-criados. As denominações eram advindas das Vilas da Real Casa de Bragança em Portugal que Mendonça Furtado conseguiu somar às terras da Rainha Nossa Senhora (de Espanha) e outras da Ordem de Cristo (ARAÚJO, 1998, p. 122).

Para Renata Malcher de Araújo, as vilas criadas na Amazônia foram projetadas com a pretensão de agregar a sociedade possibilidades de emersão de outros modos de vidas e outras formas de espacialização. A autora compreende a fronteira como fator determinante no processo de conquista da Amazônia não somente para a conquista de território, mas “a conquista ideológica, a de urbanizar” (ARAÚJO, 1998, p. 90). Para ela, as vilas implantadas por Marquês de Pombal garantiram a permanência de cidades existentes até hoje. Além disso, pensou-se a Amazônia como parte integrante do processo de colonização, no sentido de explorá-la economicamente.

As vilas foram elementos fundamentais na transformação do território. Esse processo se deu por meio de vários agentes da coroa, missionários, oficiais da justiça, da fazenda e militares designados para realização do serviço público, sendo, portanto, denominados de funcionários do urbanismo, portadores de diferentes práticas sociais e culturais (ARAÚJO, 1998, p. 28).

Estes agentes eram técnicos qualificados que vieram para Amazônia em 1753 para atuar nos serviços de Demarcação de Limites e Fronteiras e elaborar uma nova cartografia Amazônica baseada na cópia do Tratado de Madrid. Como já se disse, foi escolhido como comissário Francisco Xavier de Mendonça Furtado para demarcar as colônias do Norte. Este partiu com os técnicos para Mariuá onde se decidiu realizar as conferências entre a comissão portuguesa e a espanhola para delimitar definitivamente as suas possessões. A Espanha, apesar de ser contrária a esta decisão, organizou suas comissões para a execução do tratado. Entregou o comando a D. José de Iturriaga, Cavaleiro da ordem de San Tiago e chefe de Esquadra da Armada Real, que saiu para demarcar suas colônias com corpo de técnicos, menos qualificados, complementado por oficiais e padres (REIS, 1989). Todavia, essas demarcações não se efetivavam, por falta de tratado mais específico.

É importante destacar que o papel das comissões de demarcação estava plenamente de acordo com a conjuntura da segunda metade do século XVIII, marcado pela preocupação geopolítica de estabelecer os limites dos domínios territoriais entre Portugueses e Espanhóis na América do Sul. Ao mesmo tempo em que se fundavam vilas objetivaram mais a fixação dos limites do que imergir nelas um plano urbano específico. Uma prova disso é a documentação consultada por Arthur César Ferreira Reis que analisa a passagem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado pelo Amazonas reunindo informações cartográficas e estabelecendo guarnições militares por toda a região no sentido de defesa. “Guarneceu a região do Solimões ocupando militarmente a aldeia de Coari e, em seguida, partiu para aldeia de Tefé deixando ali outro destacamento militar” (REIS, 1989, p. 110-115).

Nesse contexto político é que surge a Vila de Ega, posicionada na região central do rio Solimões, próximo da confluência do Japurá com o Tefé, atraindo interesses governamentais que enxergavam nesta vila uma localização estratégica em potencial, tanto relacionada à defesa quanto à presença, posse e uso do território frente aos interesses castelhanos na região e aos interesses econômicos da Coroa portuguesa (QUEIROZ, 2015).

Conforme as ordenações estabelecidas na carta régia criada em 3 de março de 1755, como já foi dito, se assinalou por meio de Joaquim de Mello e Póvoas, Governador da Capitania, a elevação da aldeia missionária de Santa Teresa de Jesus à condição de Vila de Ega que manteve suas relações direta com o Grão-Pará (JOBIM, 1996). É a partir da sua implantação da aldeia em 1718 que a vila de Ega foi implantada em 1759 e atrairá interesses políticos ampliando-se territorialmente e se fortalecendo economicamente a ponto de se tornar sede da Comarca do Solimões no século XIX.

A interpretação de todos estes acontecimentos apresenta um aspecto muito amplo, porém a maioria, dos autores toma por base a economia política como desencadeadora do colonialismo na Amazônia. Até o final do século XVIII, essa base expressa à espacialidade produzida pela ação do Estado incorporando a população indígena em núcleos urbanos emergentes. Com isso, conseguiram retratar a imagem da Amazônia que, por via de regra, é revelada como um espaço por excelência de lutas sociais e marcado pelos conflitos territoriais nas definições de fronteiras e a exploração catastrófica dos índios pelos novos habitantes da região: os colonos portugueses. Assim, considera-se a Vila de Ega como importante espaço social concentrador e centralizador desse processo. No entanto, o conhecimento que se tem da Vila encontra-se revelado apenas nas iconografias, imagens cartográficas, nos aspectos da economia, expansão territorial e nos conflitos sociais inerentes a todo o processo colonialista. Mas são mediante os projetos de vilas pombalinas que se busca compreender quais foram às

relações pretéritas que determinaram a materialização e a permanência enquanto espacialidade da vila de Ega e como foram sendo criadas as condições para transformação na cidade de Tefé. É isto que será tratado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2- A IGREJA, O ESTADO E AS FRONTEIRAS NO MÉDIO SOLIMÕES

Este capítulo trata da análise da vila de Ega em tempos distintos, levando-se em consideração o avanço da fronteira da Colônia Portuguesa na América no Médio Solimões e como foram surgindo aldeamentos e vilas em locais estratégicos. O contexto histórico em que a vila surge, liga-se às dimensões sociais do projeto colonizador do Estado à época pombalina no século XVIII, cuja base era a exploração dos recursos naturais.

2.1- A Aldeia Missionária de Santa Teresa de Jesus

O projeto colonial que levou à vila de Ega se divide em dois momentos específicos. O primeiro ocorreu entre os anos de 1718 a 1759. Esse período foi marcado pela fundação da aldeia missionária de Santa Tereza de Jesus, que permaneceu 41 anos sob administração espiritual e temporal da Igreja e 4 anos como base militar portuguesa. Como resultado dessa dupla demanda, asseguraram-se as fronteiras setentrionais do Médio Solimões. O segundo momento, compreende os anos de 1759 a 1800, nesse período, legitima-se o reconhecimento das fronteiras entre Portugal e Espanha acordado nos tratados de Madrid (1750) e retificado pelo o de Santo Ildefonso (1777). Os tratados não significaram ausência de conflitos no lugar e, neste sentido, a vila de Ega sediou as disposições diplomáticas das pretensões das duas monarquias na fronteira norte.

Inicialmente, a expansão da fronteira colonial que corresponde às do atual Estado do Amazonas se dá em fins do século XVII. O diário do padre jesuíta Samuel Fritz relata informações da época, em que os portugueses adentravam para o interior, capturando índios por meio da guerra-justa, escravizando-os para coleta de recursos naturais. Embora os espanhóis utilizassem os mesmos métodos igualmente violentos, essas relações foram pacificadas por meio de uma conduta cristã marcada pela tolerância e pela cooperação mútua (PINTO, 2005, p. 103). Isto fez com que índios Omágua, também chamados de Cambeba, em 1685 subissem até o Napo e pedissem ajuda ao rei da Espanha para que lhes enviassem o Padre Samuel Fritz para livrá-los das mãos de seus opressores portugueses (PINTO, 2006, p. 21).

As descrições que Fritz faz não fogem das tendências que predominavam na época de perceber e interpretar a Amazônia numa visão diferenciada, do modo como às populações indígenas se organizavam em defesa do território. Neste sentido, Samuel Fritz foi designado para representar a autoridade da Igreja e da Coroa Espanhola sobre as terras indígenas

instituindo nelas missões religiosas, reunindo índios e transformando-os em súditos da Coroa de Castela em território considerado por Portugal como do seu domínio (FRITZ, 2006, p. 96). Aparentemente seu discurso era persuasivo, sem qualquer interesse político, mas desde logo se revelou como arma de ataque às autoridades portuguesas que pretendiam dominar estas reduções.

Entre os anos de 1689 e 1691 ele fundou 39¹⁵ missões que compreendiam a foz do Rio Napo, Solimões e foz do Rio Negro. No Solimões, fundou pelo menos 5 missões. Na frente da foz do Juruá fundou a missão de Nossa Senhora das Neves dos Jurimáguas, tomando-a por base para estabelecimento e descanso. Erigiu ali uma capela de madeira para realizar catequese, batismo e casamentos entre os índios (FRITZ, 2006, p.72). Mas tarde veio o padre jesuíta espanhol Juan Batista Sana para reorganizá-la e mudar o nome para Missão de Taiassutuba, sendo preservada a padroeira. Arthur Cézar Ferreira Reis, especifica outras missões no total de seis:

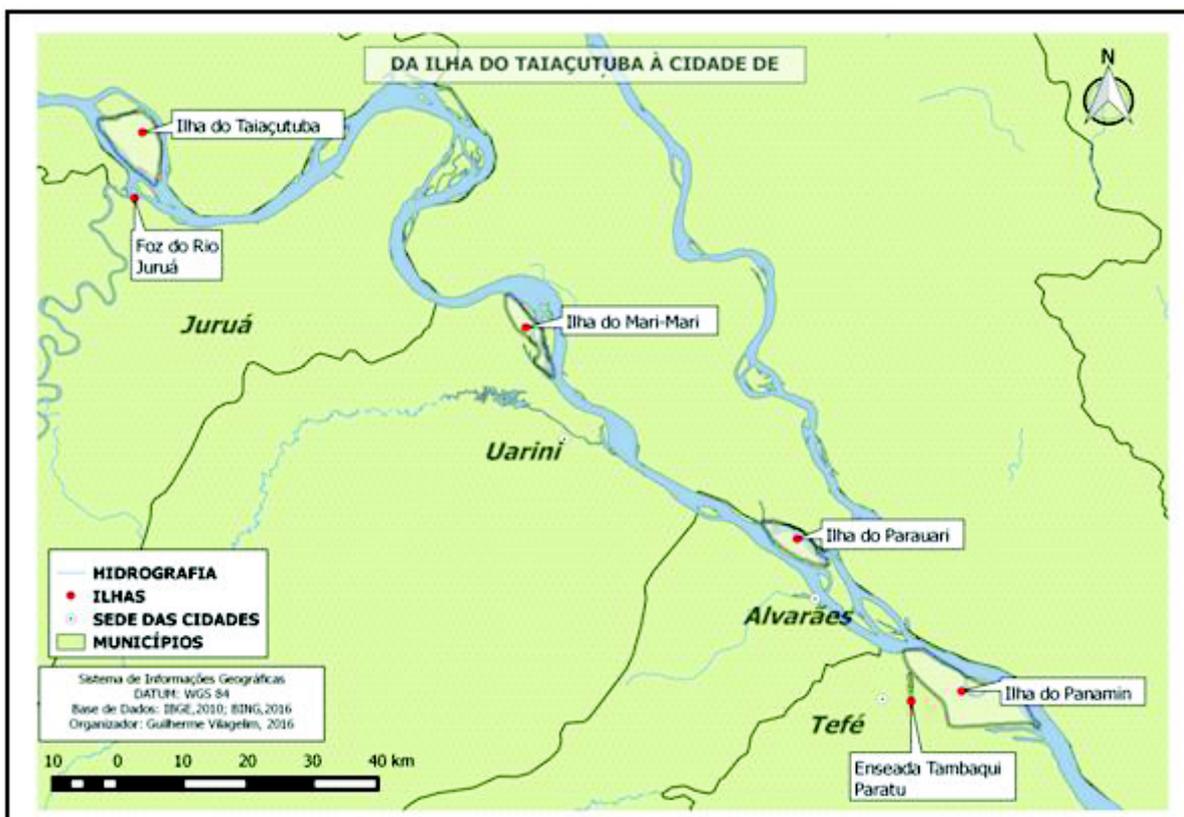
São Joaquim dos Omáguas, Nossa Senhora de Guardalupe, São Paulo Apóstolo, São Cristovão, Santa Tereza de Tefé e Sant'Ana de Coari, que foram destituídas pelos espanhóis, (...) e restauradas pelos carmelitas portugueses, que as trasladaram a situações melhores. São Paulo é São Paulo de Olivença; Nossa Senhora de Guardalupe, Fonte Boa; Santa Tereza de Tefé é Tefé; Sant'Ana de Coari, Coari; S.Cristovão foi povoado de Matura, mas tarde denominado Castro d' Ávelãs e hoje desaparecido. São Joaquim estava em território que é hoje Colombiano e foi por sede do Governo dessas missões (REIS, 2006, p. 133)¹⁶.

Feito isso, Fritz, na realidade, buscava pela Aldeia do Ouro ou Missão do Parauari, situada na atual região de Alvarães, onde Teixeira fincara um marco em 1639 para a Coroa de Portugal. Ali, Fritz efetuou mais um marco, tomou posse para Castela e estabeleceu uma missão “que lhe deu como Padroeira Santa Madalena dos Pazzis” (ALBUQUERQUE, 1942, p. 46). Ainda no Solimões continuou descendo o rio, foi para leste e, na entrada do lago de

¹⁵ Notas retiradas do mapa que Fritz desenhou da região (Cartografia do século XVIII, acervo digital da Biblioteca Nacional).

¹⁶ O padre Manuel Rebouças e Albuquerque, (1942, p. 34), baseando-se nos relatos de D. Juan de Velasco, na obra “História de Quito” parte III, p. 221, assinala que Tefé teria sido a última missão fundada pelo Jesuíta Samuel Fritz, depois de Nossa Senhora de Guardalupe dos Omáguas, de São Pedro e de São Paulo de Ticunas, aparece em último. Na primeira fez que Fritz desce o rio Solimões funda a povoação de Tefé dos Aisuares entre os anos de 1686 e 1688. Entretanto, Arthur Cézar Ferreira Reis comete um equívoco ao incluir Coari como missão jesuítica fundada por Fritz. Na verdade, a missão de Coari mudou seu sítio 4 vezes, o novo situava-se quatro legoas acima da barra do Coari. A primeira fundação foi o sítio Paratari, situado na margem direita do canal de Codajás. Depois foi mudado pelo padre carmelita frei José da Madalena, para o riacho Guanamás meia légua abaixo do rio Codajás. Depois o padre frei Antônio de Miranda mudou para sítio Guarajaratiba. Depois no século XVIII o carmelita frei Maurício Moreira mudou-a para o rio Coari onde permanece situada a cidade de Coari (NORONHA, 2006 p. 48).

Tefé, fundou mais uma missão denominando-a “Aisuares” (FRITZ, 2006, p. 72) ou Missão de “Tefé dos Axiuaris¹⁷” (ALBUQUERQUE, 1942,p.43). Eram povos indígenas que já estavam organizados antes da chegada do Jesuíta, especificamente no local chamado de Tambaqui-Paratú¹⁸, situado na atual na Vila Basto (mapa 2).



Mapa 2-Ilha redesenhada pelas Cartas de Praticagem da Flotilha do Amazonas/ Baseado nas Cartas Náuticas da Marinha do Brasil.

Fonte: Prelazia de Tefé, 2015.

¹⁷ Aisuares ou Axiuaris era a nação indígena mais importante do Solimões, integravam-se às suas reduções outros grupos, entre os quais estavam os Uainuma ou Beija Flores, Jurupixuna ou Jurí, segundo Albuquerque (1942, p. 39) estes foram originalmente os primeiros habitantes de Ega. Pessoa (2005, p. 21) aponta a ocupação inicial de Tefé pelos índios Tupebas.

¹⁸ Tambaqui – Paratú que significa prato de tambaqui, localizado na Vila Basto. Fica a uns 15 minutos da cidade de Tefé por meio de transporte fluvial, catraia. Esta antiga aldeia estendia-se de baixo para cima, na enseada da Vila Valente, até o igarapé Yanirauay (Andirobinha), hoje conhecido como Igarapé do Francês, por ter se estabelecido ali um soldado francês com nome de Jerônimo Forte, sendo a parte do terreno compreendida entre este igarapé e a ponta do Abial, sendo esta última destinada para o cemitério. A denominação Abial aparece pela primeira vez em 1900 no esboço da planta da cidade de Tefé elaborado pelo Intendente Atilio Nery. O Abial e a vila Basto são considerados sítios arqueológicos, pelo fato de ter sido encontrado ali, cacos de igaçaba, de louças, machadinhos de pedra e de outros artefatos de cerâmicas deixados pelos índios (ALBUQUERQUE, 1942, p. 38).

Na primeira vez que desceu o rio Solimões em 1686, Fritz projetava as missões fundando-as sobre *ilhas*¹⁹ formando o contorno definido da fronteira espanhola. Na segunda vez que desceu o rio Solimões em 1689, visitou algumas povoações que havia fundado, se estabeleceu por três meses na aldeia dos Jurimáguas, onde caiu doente de febres e hidropsia. Em 3 de junho de 1689, saiu em busca de recursos médicos até a cidade do Pará (FRITZ, 2006, p.72-82). Feita a prevenção necessária da sua saúde, saiu da cidade do Pará a 8 de julho de 1691, refez o mesmo percurso por onde havia fundado missões, na região central do rio Solimões, registrou em seu Diário a passagem por Tefé, em outubro. “No dia 6, de noite passamos a Ilha do Quirimatate, dos Aisuares. A 7 chegamos ao amanhacer a outra aldeia desses Aisuares da Ilha. A 8, cerca das dez, chegamos a Guaioeni, aldeia dos Aisuares” (FRITZ, 2006, p.109).

Pela forma como descreve o percurso, cabe aqui interpretar que a condição espacial das missões era a dimensão espacial do território em questão. Isso leva ao entendimento de que a sua ocupação foi planejada antes mesmo de sua entrada no rio Solimões. Percebe-se nos relatos que as missões situavam-se em pontos estratégicos do território. “Distavam uma das outras o espaço de um, dois ou três dias, em deslocamento regular de canoa na subida do rio ou pouco mais da metade do tempo na descida” (ALBUQUERQUE, 1942, p. 34), sendo muito próximas uma das outras.

Neste contexto, cabe interpretar a geografia da área considerando apenas a natureza, ou seja, o seu quadro natural formado por um conjunto de ilhas articuladas entre si. São elas que definem e informam o contorno da fronteira que vai se configurando de dentro para fora. São pontos de partida ou chegada para a conquista e ocupação do território. Isto implica na escolha da posição e de um sítio condizentes com essas funções que possibilitassem a formação de povoações. Aqui, a fronteira não surgiu de forma aleatória, mas desde o início revelou-se como parte de um projeto específico de governo e simultaneamente consciente a estratégia militar. É na fronteira, por exemplo, que se constroem as territorialidades e as relações pretéritas de poder ganham novos sentidos e novos significados.

¹⁹ O Governador e General Bernardo Pereira de Berrêdo, citado por Alexandre Rodrigues Ferreira, 1974, relatou que nestas ilhas, situava-se os índios Cambebas, chamado de tapuia pelos portugueses, com habitação assaz e incômoda, pelas anuais inundações do rio: mas conservavam-se nela, só para defesa dos seus inimigos, que eram poderosos. Estas populações indígenas eram as mais racionais entres os índios pelo fato de fabricarem e comercializarem roupas feitas de algodão. Em 1788 ainda habitavam na Vila de Ega alguns antigos Cambebas de cabeças chatas, esta característica resulta da compreensão de duas talas postas na testa dos recém-nascidos, faziam isto em protesto de não comerem carne humana, visando que os brancos não os levassem cativos e assegurassem a sua liberdade. Entretanto, deixaram esses costumes depois de instruídos e civilizados nas povoações (FERREIRA, 1974, p. 49- 53).

Entretanto, enquanto se dava esse processo para o estabelecimento de missões, abriu-se a questão de defesa da fronteira entre os governos espanhol e português o que apressou o envio de missionários para o Solimões. Nessa época, os portugueses agiam livremente no que seria mais tarde o território da Amazônia. Apelavam para o que teria sido combinado entre Pedro Teixeira e as autoridades espanholas em Quito, em 1637, onde se esboçou o princípio “*uti possidetis*” referendado mais tarde no Tratado de Madrid.

Na historiografia Amazônica, constata-se que Pedro Teixeira implantou, quando da volta de Quito, no Rio Napo foz do rio Aguarico, o marco divisório, e denominou o lugar de Franciscana, em 16 de agosto de 1639, estabeleceu os limites entre as áreas de influência de Espanha e Portugal (REIS, 19894, p. 60-61; OLIVEIRA, 1983, p.178; FERREIRA, 1974, p. 51). Na volta para o Pará, Pedro Teixeira implantou outro marco, na chamada ilha do Parauarí no dia 26 de agosto de 1639, e tomou posse em nome do rei Philipe IV da Espanha, que ainda neste ano era também rei de Portugal (LA CONDAMINE, 2000, p. 78-79; FRITZ, 2009, p. 96).²⁰

Do ponto de vista geoestratégico, Parauarí representava peça chave de todas as missões do Solimões. Era o ponto mais importante de partida e chegada para a conquista do território. Parauarí foi fundada no eixo central do Médio Solimões numa época em que as linhas divisórias não estavam determinadas e os limites do estado do Maranhão e Grão-Pará eram vagos.

O marco de Pedro Teixeira fixado em Parauarí foi considerado dentro dos domínios portugueses. É oportuno salientar a importância que espanhóis e portugueses davam a Parauarí a ponto de Samuel Fritz questionar o marco, junto as autoridades portuguesas do Pará, sustentando a ilegitimidade “da cédula Real Audiência de Quito” (FRITZ, p.94), pelo documento não ter a sanção do rei Philipe IV.

Em 1693, Samuel Fritz volta pela segunda vez ao Solimões, ratifica o direito às terras missionadas e recorre as autoridades de Lima convencendo o vice-Rei, Dom Melchior Portocarreo Vaca de la Vega, a tomar providências urgentes no sentido de aumentar o número de missionários e rechaçar o avanço dos portugueses.

Durante esse período Samuel Fritz aproveitava para evangelizar e batizar índios no Solimões. Em 1704, coordenou uma equipe de dezesseis padres jesuítas, entres os quais Juan Batista Sana já referido, mandado para a Missão de Parauarí afim de assegurar a posse

²⁰ O ouvidor Sampaio (1985, p. 49-50) expressa a difícil compreensão à localização correta do marco afirma que teria sido efetivamente colocado no rio Napo defronte à foz do rio do Ouro, que é o Aguarico. Porém La Condamine diz que o marco fronteiro foi implantado em Parauarí.

definitiva das terras para Castela. Estes padres atuavam em missões que abarcavam aldeias com mais de 6.000 índios, conforme consta nas notas do mapa elaborado por Fritz.

Contrariamente, Portugal não aceitava estas investidas às terras que considerava suas. Em 1708²¹ mandou tropas militares para expulsar os Jesuítas espanhóis do Solimões repassando suas missões aos carmelitas. O padre Juam Batista Sana retirou-se com seus colegas e os padres carmelitas assumiram as missões dos jesuítas, consolidando-as aos domínios portugueses. Entretanto, em 1709, os jesuítas voltam a missionar no Solimões, desta vez, acompanhados por tropas espanholas enviadas pelo governador de Quito D. Luís de Iturbidi, que mandou um contingente de oitenta homens para expulsar os portugueses e os carmelitas e reestabelecer as missões aos domínios de Castela (REIS In: PINTO, 2006 p. 140).

A tropa espanhola seguiu para Parauarí onde entra em combate com os portugueses. A luta se espalhou por todo o Solimões atingindo outras missões, principalmente a que estava na entrada do lago de Tefé, Missão dos Aisuares, e a Missão de Nossa Senhora das Neves (GRUYTERS, 2011, p. 190).

As aldeias foram todas incendiadas sendo capturados o Frei Baltasar da Madre de Deus, o capitão Inácio Correia e quatro soldados que foram mantidos como prisioneiros. Assaltaram a Missão de Taiassutuba e os índios da etnia Cambeba foram aprisionados e transportados ou para formar outras povoações em terras espanholas, ou incorporados à missão de São Joaquim dos Omágua (SAMPAIO, 1985, p. 59; ALBUQUERQUE, 1942, p. 45).

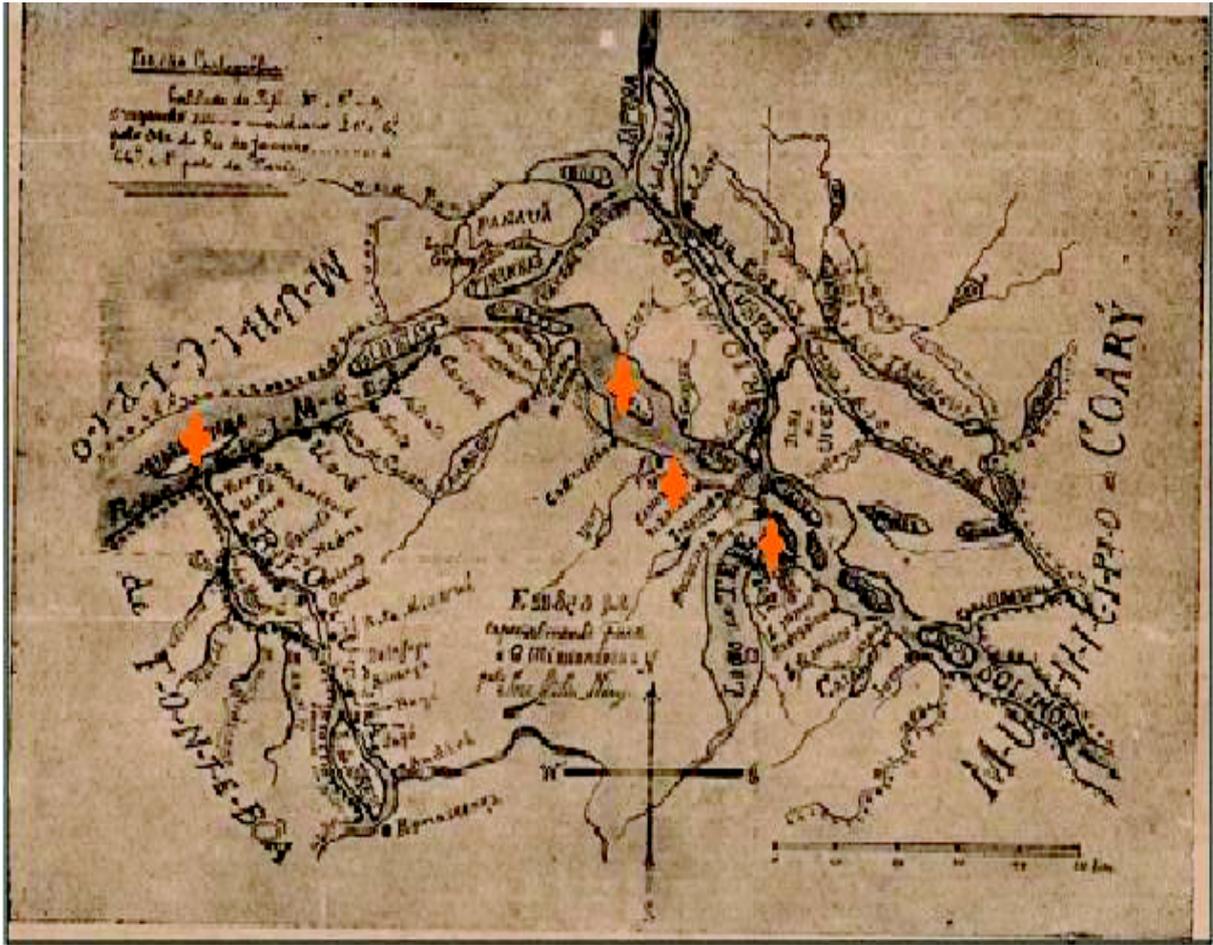
No ano seguinte, em 1710, os portugueses reagiram e mais uma vez entravam em combate com os espanhóis. O Governador do Grão-Pará enviou uma expedição com 21 embarcações que subiu o Solimões sob o comando do Capitão Cristovão da Costa Freire com uma tropa formada com 300 frecheiros e 150 soldados. Desta vez, os espanhóis foram derrotados e os padres jesuítas presos e trazidos para a cidade do Pará e depois deportados para Portugal, totalizando quatorze prisioneiros (REIS In: PINTO, 2006, p. 141).

Com a expulsão dos espanhóis, Portugal passa a ser mais presente no Solimões por meio dos carmelitas que passaram a atuar livremente na atividade missionária. Frei André da Costa, que sobreviveu aos conflitos de 1708, reaparece em 1710 dando continuidade ao

²¹ Ressalta-se que foi nesta data que pelo menos 4 carmelitas da Ordem dos Carmelitas Calçados, entre os quais estava frei André da Costa e Frei Baltasar da Madre de Deus, residiram em Parauarí, e partir dali, ocuparam as missões que eram dos jesuítas e trabalharam para integrá-las aos domínios Portugueses (ALBUQUERQUE, 1942, p. 46).

trabalho de aldeamento na Missão Parauarí. Registram-se pelos menos 4 tentativas de mudança da Missão para lugares considerados de melhor situação. Frei André transportou-a para Ilha dos Veados em 1712 e depois para o sítio da antiga Missão Tefé dos Aisuares e muda novamente em 15 de outubro de 1718 para Missão de Santa Teresa de Jesus conhecida como Aldeia de Tefé (ALBUQUERQUE, 1942, p. 48; GRUYTERS, 2011, p. 195, PESSOA, 2007).

Segundo o padre Manuel Rebouças Albuquerque (1942), Sana organizou três importantes missões que ajudaram no processo de formação histórica territorial de Tefé como centralidade no Amazonas, compreendendo as regiões de Alvarães, Uarini e Tefé: a Ilha de Taissutuba, (significa Ilha dos Porcos ou reunião dos porcos), a Ilha do Suassutuba (significa Ilha dos Veados), atualmente conhecida pelo nome de Ilha do Mari-Mari, e a Ilha do Parauarí. A ilha do Suassutuba teve por padroeiro São Joaquim dos Jurimáguas e foi criada no trecho central àquelas e situa-se na região do Uarini, em frente o canal Gi-Paraná, mas conhecido como canal do Paraná do Machado (ALBUQUERQUE, 1942, p. 47). Conforme mostra o esboço feito pelo superintendente Atilio Néry elaborado em 1936, a localização das Ilhas missionárias na região central do Médio Solimões, Latitude de Tefé 3° e 5' sul, pelo observatório do Rio de Janeiro e 66° e 8' pelo observatório de Paris.



Mapa 3- Área de localização das ilhas na região central do Médio Solimões - Tefé.
 Fonte: Albuquerque (1942, p. 39).

O padre Albuquerque (1942) informa que Frei André considerou o sítio de Tefé um dos melhores por oferecer condições propícias para o povoamento como lagos, campinas, vegetação e salubridade sendo o lugar ideal para se estabelecer a futura cidade. Por outro lado, Protásio Pessoa (2007, p. 12) entende que o lugar foi escolhido por razões estratégicas, vendo aí um “ponto logístico para defesa da Guarda Nacional”. Portanto, cabe intuir que a escolha do sítio correspondeu aos aspectos da natureza, todavia também se dá por importância e posição estratégica de onde poderia projetar-se sobre parcela do território com diferentes maneiras de espacialização das atividades econômicas impostas pelo colonizador.

2.2- A Igreja: da construção da Aldeia Missionária à produção da Vila de Ega

A Vila de Ega é um dos núcleos urbanos mais antigos do atual Estado do Amazonas. A compreensão dos relatos historiográficos possibilita entender a evolução urbana do

aglomerado analisada a partir da perspectiva econômica, política, cultural, demográfica e religiosa.

A oeste da Capitania de São José do Rio Negro, localizava-se a aldeia missionária de Santa Tereza de Jesus fundada em 1718 por Frei André da Costa que aí permaneceu até o ano de 1897 como sede das missões carmelitas no Solimões.

No Solimões, como já dito, o padre Frei André da Costa tomou conta das missões espanholas deixadas pelos jesuítas Samuel Fritz e Juan Batista Sana, restaurando-as, aumentando-as e alterando-lhes a situação por locais mais apropriados. Na entrada do lago de Tefé, em 1712, reorganizou a antiga Missão de Tefé dos Aisuares²², mudando o nome para Missão de Santa Tereza dos Aisuares. Esta situava-se no lugar Tambaqui-Paratú, atual Vila Basto. Era uma aldeia que oferecia insegurança e perigo aos índios aldeados que estavam sobre ameaça de ataques das tropas de resgate, dos comerciantes de escravos e sertanistas que assolavam o rio Solimões. Por esse motivo, Frei André da Costa mudou-se em 1718 para o sítio de Ega permanecendo até outubro de 1719 (PESSOA, 2005, p. 20).

A existência de uma praia abrigada e de fontes de água potável, a calma da baía rodeada de mata original e as pequenas enseadas, determinaram as condições e os meios apropriados para a sobrevivência de índios que desde 1709 se refugiavam no sítio onde mais tarde se organizou a Vila Ega. Colocaram alguns índios de sobreaviso na aldeia dos Aisuares e na entrada do furo do Abial²³ em defesa a ataques invasores. Isto explica porque Frei André da Costa escolheu o sítio para fixar a aldeia e reunir povos de várias nações. Eram Tupebas, Jurís, Uainuma, Miranha, Katukinas, Passés, Xanas, Camaris e Muras com os quais fundou a Missão de Santa Teresa de Jesus tomada por padroeira da povoação, e erigiu uma cruz como padrão de posse espiritual do lugar (PESSOA, 2005, p. 21). A partir daí, as relações sociedade-natureza produziram as condições favoráveis para a produção do espaço da aldeia que se organizou em função da Igreja e dos ditames do processo de colonização.

²² Conforme consta nos manuscritos do Padre Antônio Gruyters (2011, p.196), foi nesta Missão que o Frei Victório Pimentel esteve, entre os anos de 1702 a 1703, relatou como os missionários, muitas das vezes tinham que suportar doenças e febres; pois ele mesmo passou 20 dias deitado numa rede na aldeia na entrada do lago de Tefé, constantemente submetido as sangrias e purgações. Sendo que os próprios índios pareciam leprosos, pelas mordidas infeccionadas pelas picadas de pium. Por causa dessa realidade, eram poucos os religiosos que se ofereciam para o trabalho missionário. Entretanto, aqueles que vieram para as missões, vários tiveram que retornar a Portugal com a saúde arruinada.

²³ A caracterização do terreno foi um dos aspectos topográficos importantes para posição do sítio, que manteve suas relações socioespaciais articuladas com outros elementos, estivessem estes próximos ou distantes, pois o sítio de Ega tem a frente do terreno banhado pelo lago de Tefé, pelo lado direito é banhado pelo igarapé Xidarinin, cujo significado indígena seria “piranhas pequenas” (PESSOA, 2005, p. 21), possui um braço à esquerda ligando-se a outro igarapé, possibilitando assim a formação do que é hoje o bairro do Abial.

Depois que Frei André da Costa deixou a Missão de Santa Tereza de Jesus em outubro de 1719, outros carmelitas vieram trabalhar na região do Médio Solimões. Dentre eles, frei Baltazar Madre de Deus, Antônio de Andrade (1720) e frei Francisco de Seixas. Este último foi o superior da missão em Tefé (GRUYTERS, 2011, p. 191). Nas reduções de Tefé, os carmelitas fundaram as missões de Alvarães e Nogueira e restabeleceram a de Parauarí. Todavia, os carmelitas eram os responsáveis pela produção econômica e social da aldeia, ajudaram a florescer os povoados com a prática da agricultura e incentivaram o extrativismo, conforme as determinações da Carta Régia de 21 de dezembro de 1686 que estabelecia o sistema administrativo “Regime das Missões do Estado do Maranhão”²⁴ (BEOZZO, 1983, p. 44).

Entretanto, as missões nem sempre se realizavam com sucesso devido à reação dos índios contra os missionários. Quase sempre eram submetidos à escravidão decorrente das guerras justas e resgates autorizados pelo próprio governo quando eram combatidos e caçados para serem vendidos como escravos para os colonos. Tais fatores reforçavam a resistência indígena frente aos missionários, visto como o principal mediador das tropas de resgate entre os sertanistas e os colonos. Isso ocorreu conforme se registra nos arquivos do Conselho Ultramarino de Lisboa sobre o Rio Negro em 21 de março de 1730.

Sobre a guerra o Governador do Maranhão Alexandre de Souza Freire. Mandou fazer aos índios do Rio Negro, de que resultaram facilmente as muitas violências, e insultos, naqueles certões, contra os índios e missionários, a respeito do que se queixão do mesmo Governador, vários religiosos (...) (Manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. AH_ Rio Negro, caixa nº1. Doc. nº. 3).

Para tal, era preciso remover os obstáculos e vencer as dificuldades que a região apresentava, uma vez que mudavam as leis e também as estratégias administrativas.

²⁴ Este regime enfatizava a dilatação da fé, voltando-se mais para os interesses particulares de missionários que do Estado. As leis desse sistema buscava resolver a questão da mão de obra indígena, que era a problemática central da colonização. Determinava quatro aspectos: 1) que os padres fizessem o recrutamento da mão de obra indígena; 2) a organização desse recrutamento era fiscalizada e autorizada pela Junta das Missões; 3) os missionários deviam obrigar os índios a fundarem e a fazerem propriedades comunitárias agrícolas e estáveis; 4) cabia aos missionários dirigir os descimentos, as guerras justas, os resgates e agarrações (BEOZZO, 1983). Esta situação perdurará até 1755, ano que o Governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mudará substancialmente a prática vigente, ao retirar inteiramente da mão dos religiosos a administração temporal das aldeias, concedendo aos índios o direito à liberdade que se efetuou por meio do Regime do Directório formulado em 3 de maio de 1757 (REIS, 1989, p.113).

A chegada dos Jesuítas a Belém fez surgir os primeiros obstáculos a essas operações. O padre Antônio Vieira, desprezando ameaças e perseguições, levou à corte portuguesa as vozes de súplica da raça que se extinguiu. A lei de 9 de abril de 1655 procurou proibir os abusos. Entre outras providências (...) mantinha o cativo quando a guerra justa, autorizadas do reino, e pelo resgate, mas entregava a administração das aldeias indígenas aos principais delas, assistidos pela Companhia de Jesus (...) As tropas de resgate tornaram-se, por isso, menos constantes. Surgiu, em compensação, o regime dos descimentos (REIS, 1989, p. 66).

Na tentativa de descê-los e aldea-los, alguns missionários carmelitas acabavam mortos pelos indígenas ou morriam de doenças. Esse foi o caso do frei Antônio de Andrade. Depois de subir até o sítio Curubitiba na tentativa de fundar uma missão com os índios Yumá e Aisuares, foi morto nas margens do lago Cupacá²⁵ (NORONHA, 1786, p.59).

Depois que sucedeu a morte do frei Antônio no Cupacá, frei Francisco de Seixas continuou o trabalho de catequese na Aldeia de Tefé. Em 1730, foi substituído pelo missionário carmelita frei José de Santa Teresa Ribeiro que administrou a aldeia de Tefé até o ano de 1753. Construiu a Igreja Matriz de Santa Teresa de Jesus, localizada no centro da povoação. Acelerou o crescimento populacional por meios dos descimentos e casamentos entre colonos e índias. Fortaleceu a agricultura, abateu o mato, abriu as primeiras ruas e ampliou os quarteirões do lugarejo. Transferiu os índios da aldeia de Parauarí para o lago de Tefé e fundou a povoação de Nogueira, permaneceu sendo vigário das duas paróquias até o ano de 1775 (PESSOA, 2005, p. 24; GRUYTERS, 2011, p.195).

Não obstante, a Aldeia de Tefé era a sede principal das missões carmelitas no Solimões e apresentava melhor situação e posição em relação a um ponto de um vasto conjunto regional. No sítio, não se conhecia a escassez de gêneros alimentícios. Além de serem cultivados, eram também trazidos das circunvizinhanças, acumulava-se na aldeia de

²⁵ O lago Copacá, foi um dos lugares, mas violentos do Solimões, pelas revoltas cometidas pelos índios da nação Yumá contra os missionários carmelitas, este foi um dos motivos que levou o governador e capitão - general do Estado do Grão- Pará e Maranhão, enviar as tropas portuguesas da cidade do Pará a subirem com frequência o Solimões para puni-los, travando conflitos e castigando esta nação com todos os seus "parciais" de outras nações que se aliançavam a eles. Tal fato extinguiu a aldeia ali estabelecida e passavam para a Vila de Ega alguns índios da nação Aisuares que foram descidos para fazerem parte da população (NORONHA, 1768, p. 59). Ainda com relação ao lago ou rio Copacá, acrescenta-se, que ficou conhecido pela sua confluência com o rio Juruá, onde se realizou a diplomacia da Comissão de Demarcação e Limites entre portugueses e espanhóis, sendo o acordo invalidado, após as partes entrarem em conflitos, venceram os portugueses e obrigaram os espanhóis a se desalojar de suas margens (Jobim, 1937). O nome Cupacá foi escrito de forma variada, citado por Noronha, (1768, p. 59) como lago Cupuçá, e por Jobim, (1937: 42) como lago Cupacá ou Cupará. Entretanto foi identificado pela Comissão de Geografia e Estatística do IBGE (2010) com o nome Copacá, trata-se de um rio e não de um lago, sendo a sua denominação mudada para rio Uarini, conforme consta nos mapas atuais do Amazonas (CMGE, 2009).

Tefé e de lá saiam para abastecer a cidade do Pará (DANIEL, 1976, p. 270; SOUZA, 1989, p.17).

Essa compreensão do caráter estratégico e econômico revela-se na base da estrutura que se vai produzindo no povoamento da Aldeia de Tefé. Isso pode ser explicado pelo fortalecimento da atividade da agricultura estimulada pelo Directório e pela exploração das drogas do sertão e do tráfico de índios resgatados em guerras justas e descidos de várias partes dos rios Solimões, Japurá, Jutai, Javari e o Juruá (GRUYTERS, 2011, p. 24).

Para facilitar os descimentos dessas populações foi construído em Caiçara²⁶, hoje Alvarães, um posto na forma de um curral para depositar índios escravos que seriam distribuídos para a cidade do Pará e fazendas (SAMPAIO, 1985, p. 48). “De fato em Caiçara os peles vermelhas confinados sem distinção de tribo, idade ou sexo, esperavam morrendo como moscas, até que o seu destino fosse decidido” (MARCOY, 2001, p. 105). Estas práticas permaneceram até o século XIX quando Bates, em 1850, denúncia a irregularidade do não cumprimento da Lei da Liberdade. Ele encontrou em Ega um significativo número de índios de dezesseis nações diferentes sob o jugo da escravidão. A maioria havia sido vendida quando criança pelos caciques, fortalecendo o mercado local. Esse tipo de tráfico de indígenas, embora fosse proibido pela lei, era tolerado pelas autoridades porque os indígenas serviam como criados (BATES, 1979, p. 207-209).

Nesta perspectiva, a importância da Aldeia de Tefé era inegável e servia de parada obrigatória dos viajantes desde o século XVIII. La Condamine, por exemplo, a visitou por volta de 1743 quando descia o rio Solimões ao finalizar a viagem aos Altiplanos da América Meridional. Participava da expedição científica que media a circunferência da Terra. Assim descreveu a povoação:

Em 1743, La Condamine, descendo o Amazonas, visitou-o. Encontrou-se com que se lhe deparou. Em Teffé. Como em Coary, como nos outros sitios onde exerciam os seus misteres os carmelitas, o aspecto era surpreendente: capellas, presbiterios, casas de pedras ladrilhadas, os nativos vestidos, cercados de conforto em franca atividade agrícola (REIS, 1934, p. 134).

La Condamine provavelmente exagerou ou foi interpretado apressadamente por Reis, quando descreveu o aspecto das construções de casas que eram feitas de “pedras ladrilhadas” numa região onde não há pedras e nem registros que relatem neste ano a presença de olaria em Tefé. Após alguns anos da visita de La Condamine, a Aldeia de Tefé ganhou mais

²⁶ Caiçara significa no Tupi estábulo ou quintal.

importância tendo isso ocorrido por volta de 1755. Neste mesmo ano, Marquês de Pombal estabelece a política de modernização visando transformar o quadro regional político e administrativo do estado do Grão-Pará e Maranhão cujo primeiro governador foi Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

O Governador, em fins de 1753, foi nomeado, com funções especiais de Delegado do Rei, para direção dos trabalhos de demarcação das colônias do norte da América portuguesa. Sua instrução foi tomar precauções contra os demarcadores espanhóis que também vinham fazendo o mesmo pelo Orenoco e Cassiquiari. Reis (1989) aponta que a metrópole portuguesa temia o confronto entre os demarcadores. Marquês de Pombal ordenou, em 9 de maio de 1753, que Mendonça Furtado construísse alojamento em Mariuá para receber os espanhóis e fosse firme nas negociações, mas pacífico (REIS, 1989, p.107).

À medida que se construía a infraestrutura em Mariuá, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro em 1755, por determinações da Carta Régia de 6 e 7 de junho, publicadas em Belém em fevereiro de 1757. Além disso, foi instituído o novo governo político e civil nas povoações e o Diretório que estabelecia o novo ordenamento. Começava por extinguir as aldeias missionárias, retirando a administração espiritual e temporal dos padres, especialmente os jesuítas²⁷. Estes foram substituídos no domínio espiritual dos índios por padres de outras Ordens e cabendo a administração das aldeias aos diretores civis. Todos estes estavam subordinados e eram os responsáveis por fazer com que cada núcleo de povoamento se tornasse elo produtivo do sistema colonial (REIS, 1989, p. 11).

Neste novo regime, ao índio era atribuído cargos políticos tais como de juízes e vereadores das câmaras. Todavia, não estava preparado para isso. Neste sentido, a política despótica pombalina trazia uma proposta equivocada de liberdade. Na verdade, a tutela do índio passava do missionário para o diretor do povoado. Quase sempre esse cargo era ocupado por um militar tirano, inclinado a traficância, explorador de índios, que gozava da proteção dos capitães gerais e agia com rigor na aplicação das leis em vigor (REIS, 1989, p.114).

Os povoados se tornaram duas categorias de jurisdição: vilas e lugares, ou melhor, em termos eclesiásticos, paróquias ou freguesias, sob a jurisdição do bispo de Belém, Frei Miguel de Bulhões e este propôs, em 13 de abril de 1755, a criação da Vigararia Geral do Rio Negro que iria complementar e auxiliar a ordem pública da Capitania, nomeando o padre Monteiro

²⁷ Os jesuítas foram expulsos das colônias portuguesas em 1759 sendo acusados de conspirar na fundação de um governo teocrático na América, formando um governo independente dos tronos europeus (REIS, 1989, p. 116).

de Noronha para o cargo de vigário geral. Assim, surgia a formação de um aparelho administrativo político–judiciário organizando a vida civil e religiosa no Alto Amazonas (REIS, 1934, p. 9).

Neste período (1755), Francisco Xavier de Mendonça Furtado visitou povoações coletando informações e averiguando o estado de “civilidade” em que se encontravam as aldeias dos missionários. Estabeleceu guarnições para a região do Solimões, ocupando militarmente as aldeias de Coari e Tefé. “Mandou ocupar o Logar com um destacamento militar. Era uma providência estratégica contra possível incursão hespanhola pelo Solimões” (REIS, 1936, p. 134).

Reproduzimos a carta do governador na visitação que fez as aldeias da Capitania. A carta assinala as aldeias da Ordem do Carmo como uma das povoações indígenas mais “civilizadas” da região, pelo fato de realizarem as cerimônias religiosas em português.

Os da administração do Carmo estão no que diz respeito a Igreja VEx^a, (ilegível) emq’VEx^a os vio, alguns ousam de adiantados. Tem principalmente mulheres aos cultos divinos, ajudando as missas solenes cantadas entoando diversos hinos, antigos de N. S. Má. Sabendo muito bem a doutrina em portuguez, sendo os primeiros índios a quem ouvimos os mandamentos, das leis de Nossa Santa Madre Igreja, e se souberem portuguez, estavam completamente instruídos nos principais mistérios da nossa Santa Fé Catolica, porém como não falam e nem entendem uma unica palavra portugueza ficam dizendo tudo isto de oitiva da mesma forma rezem hinos latinos (...) (Manuscrito do Arquivo histórico do Conselho Ultramarino de Lisboa, caixa 1. Doc. Nº 13).²⁸

Considera-se a prática religiosa como resultado de civilização. Nestas aldeias, nada havia de excepcional além de um aglomerado de choupanas de índios, construções toscas de igrejas, que os padres mandavam fazer com estruturas de barro, e coberturas de palhas de onde se expandiam os núcleos em formação.

Depois disso, Mendonça Furtado seguiu para aldeia de Trocano e elevou a primeira vila da Capitania cumprindo, assim, as determinações da Carta Régia de 3 de março de 1755 (REIS, 1989, p. 112).

Porque no limite deste novo governo vedado compreende a aldeia de Trocano, eleita pela sua situação, é a mais propria, para acharem descanso, e

²⁸ 1755- 01-09. Ofício do Governador do Estado do Grão - Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o Bispo do Pará, (Dom Frei Miguel de Bulhões e Souza) sobre o estado de civilidade em que se encontravam as aldeias dos missionários por onde passou na sua viagem até o arraial de Mariuá.

refresco (...) para o mesmo Estado sou servido erigir a referida aldeia em uma nova vila a que imporei o nome de Borba a Nova. E por bem conceder a referida vila, e ao seus moradores todas as honras prerrogativas, privilegios e liberdades que pela sobredita carta concedo a outra futura Vila Nova de São José na criação dos officios da Camara de Justiça, alinhamento de praças, ruas, e edificios, afim publicos, como partiu fazer afinação de distritos para logradouros para as jurisdição dos serviços, para repartição da terra afim da Camara como dos moradores, observem nas referidas vilas o mesmo, sem alguma diferença. Escrita em Lisboa a tres de março de mil setecentos e cinquenta e cinco (Manuscrito do Conselho Ultramarino de Lisboa. AH_Rio Negro, caixa 1. doc. N° 16.)²⁹.

O que parece significativo na fonte é que Mendonça Furtado, ao elevar as vilas, considerava a posição topográfica em relação a um vasto conjunto regional. As articulava com vários sistemas relacionados às atividades econômicas e com as funções que o núcleo iria desempenhar tais como, defesa, entreposto comercial, representação do governo e das missões religiosas. Assim, Mendonça Furtado realizava em todas as aldeias por onde passava a solenidade da “proclamação das liberdades”. O objetivo era transformar as aldeias missionárias em unidades administrativa do reino. Nomeou diretores, empossou juízes e inaugurou Câmaras. Mandava erguer na praça o pelourinho, abria ruas e construía casas que, embora simples e em alguns casos toscas, serviam de sedes para repartições, capelas e moradias para os colonos.

Em 1759, terminou a fase das aldeias missionárias. Nesse ano a Igreja Católica enfrentava dificuldades de recursos para ampliar o sistema de missões. Deste modo, as missões se rareavam e os carmelitas, que se mantinham na hinterlândia em decorrência da nova legislação real, ficaram nas obrigações de capelão ou de pároco (REIS, 1989, p. 117).

Na Europa, a vida religiosa passava por profunda crise. As ordens entraram em declínio; e o governo não lhes solicitava mais missionários, e os últimos padres remanescentes continuavam como vigários nas antigas missões ou nos conventos sempre mais despovoados. Os carmelitas de Tefé e de outras missões pertenciam a conventos carmelitas em Belém ou São Luís. No convento do Carmo em Belém havia em 1784 ainda 44 religiosos; nove deles eram vigários de paróquias no Solimões e Rio Negro (GRUYTERS, 2011, p. 195).

Neste período, a aldeia missionária de Tefé foi oficialmente elevada à condição de Vila de Ega (1759) pelo primeiro capitão e governador da Capitania de São José do Rio

²⁹ 1755-03-03. Carta Regia (cópia) de D. José para o Governador Capitão – General do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a elevação da aldeia do Trocano a vila, com designação de Borba – a Nova. 1fl. Lisboa. AH_Rio Negro. CX. 1, D.16.

Negro, Joaquim de Mello e Póvoas. À época contava com 498 habitantes (PESSOA, 2005, p. 7). Em cartas enviadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador relata o estado em que encontrou as aldeias do Solimões e como elevou a aldeia de Santa Tereza de Jesus à Vila de Ega.

Depoiz de estar alguns diaz neste lugar (Alvellos) passei a Villa de Ega, onde achei hum comandante que o Capitam Simão Coelho para aly tinha mandado por não querer que o padre Manoel daz Neves tivesse jurisdição noz soldados que aly estavão cazadoz mandey logo embora o dito comandante (...) Segundo as ordens de sua Majestade que Vossa Excellencia me deychou Erigy em Villa de Ega esta, antiguamente Aldeya de Thaphé em que observey toda a formalidade que vy praticar Vossa Excellencia em todaz as Villas que Vossa Excellencia levantou a que eu tive a honra de asestir (Universidade do Amazonas, 1983, p. 176- 177).

Note-se aqui o início da passagem do poder religioso para o estatal. As cartas do governador demonstram o aspecto da aldeia antes de ser elevado à categoria de Vila de Ega, quando os habitantes se dedicavam à prática da agricultura de subsistência, provendo o abastecimento de farinha também para a vila de Alvellos, atual Coari. Ega possuía número significativo de habitantes mestiços, surgidos dos casamentos realizados entre soldados portugueses e as índias, indicando o cumprimento das leis em vigor estabelecidas em 1757, antes de ser elevada a vila. No período, a administração da aldeia estava sob a direção de um capitão que fiscalizava a economia, a igreja e uma escola, onde se ensinava a língua portuguesa aos índios. Na ausência deste, era substituído pelo padre Manoel das Neves (Universidade do Amazonas, 1983, 176).

Junto à solenidade de elevação da aldeia à vila, foi-lhe atribuída a titulação de paróquia de Santa Tereza de Jesus. O bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões, ordenou apressadamente que viesse certo número de seminaristas para as reduções de Ega, mesmo antes de terem completado o estudo de teologia, para que eles pudessem exercer o trabalho dos missionários (GRUYTERS, 2011, p. 115).

A partir desse período, a igreja começa a desempenhar o papel fundamental na espacialização da vila e de outros aglomerados acumulando um cabedal de terras que ganhava dimensão de paróquias e freguesias. A igreja atuava em toda a região com padres que eram funcionários públicos do Governo e compunham a estrutura hierárquica do clero secular³⁰.

³⁰ O clero secular era composto, por um lado, pela alta hierarquia da Igreja, os bispos, seguido posteriormente pelos arcebispos, e suas instituições correspondentes, como os Cabidos, os Tribunais Eclesiásticos, os Seminários etc. Os bispos (ou os arcebispos) instituíam normas, e em casos excepcionais

Eles representavam o segmento dominante sobre os índios e até certo ponto com os colonos estabelecendo relações de poder do Estado.

2.3 - O Estado: da demarcação das fronteiras à Vila de Ega.

A vila de Ega foi parte do projeto colonial português sendo, no final do século XVIII, um dos aglomerados mais importantes da região. A sua localização, como já assinalado anteriormente, não foi ao acaso, mas resultado de um longo processo que foi se estruturando de modo linear não necessariamente dinâmico.

O sítio onde se assentou a vila de Ega possui três aspectos relevantes que caracteriza a paisagem: a topografia do terreno, o porto e a forma urbana. A morfologia e topografia, compostas por rios e relevos, dão ao sítio a forma de um terreno levemente declinado. Uma parte mais baixa sujeita a alagações e a baía margeada por enseadas propiciavam a condição de um porto natural permanente.

As primeiras formas da vila surgiram por volta de 1775 num dos primeiros registros feitos no diário “As viagens do Ouvidor Sampaio”³¹. Neste é relatado a paisagem caracterizada pela inércia ou transformando-se lentamente.

O ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio esteve em Ega no ano de 1775 e seu relato aponta que a vila era formada por três ruas: uma pequena, que corria a frente do rio e mais duas que corre para o interior de grande extensão; e a igreja, com aparência grosseira carecendo urgentemente de reparos. O Diretor da Vila, cabo Victoriano Francisco da Roza Lobo, deixou-a em total desleixo, este foi negligente no asseio de ruas e das casas dos índios, achando-se um grande número delas sem portas. O ouvidor, na função de fiscalizador, o advertia seriamente sobre outras irregularidades (SAMPAIO, 1985, p. 45/143 e 157). Havia ainda uma casa de Câmara e um pelouro de justiça sob a responsabilidade do juiz, criados desde 1760 e instituídos para representar o poder local³² (GRUYTERS, 2011, p. 197).

organizavam sínodos, convocando a hierarquia religiosa da diocese (ou arquidiocese). A outra parte do clero secular correspondia aos vigários e párocos das matrizes e paróquias, que realizavam a administração cotidiana das células territoriais menores da Igreja. Inclui-se, também, parte do clero que se especializou, respondendo a determinados fins da sociedade, como os capelães militares (ABREU, 2006, p. 250).

³¹ A visita e correição as povoações da Capitania São José do Rio Negro (1774- 1775), publicado em Lisboa em 1825, e no Brasil em 1985, que traz a seguinte narrativa.

³² Além de símbolos de justiça da autonomia concelheira, os “pelourinhos” eram locais de execução pública de punição a transgressores. Geralmente colocados nos centros, o pelourinho foi a presença indispensável do poder municipal nas povoações de Portugal e do Brasil (ALMEIDA, 1997, p. 79). Nas povoações da Amazônia os pelouros eram cofres (urnas) onde se depositava os nomes dos juizes e oficiais da

Em 21 de outubro de 1775, Sampaio fez abertura do pelouro dando cumprimento às ordenanças e legislação em vigor. Renovou o quadro político da vila elegendo por meio do povo 4 vereadores e 2 juizes. A estes foram atribuído responsabilidades de informar ocorrências, exercer uma política urbana, julgar os casos de infração, entre outros. O ouvidor determinou a construção de uma olaria e uma cadeia. Na vila não havia Cofresonde pudessem guarda os pelouros que foram confiados ao Diretor de Nogueira, Felipe Coelho (JOBIM, 1933, 29-33; REIS, 1934, p. 134, SAMPAIO,1985, p.143/149).

Apesar da pouca infraestrutura, Ega tornava-se um núcleo institucionalizado, concentrava a instalação de um aparelho jurídico, político, militar e religioso que se traduzia num tripé – poder, força e importância. Por isso, em 1777, foi escolhida para sede da Comissão Demarcadora de Limites. As autoridades da vila foram responsáveis pelas construções de alojamento militares projetados às margens do lago num alinhamento de casas e um depósito de víveres (REIS, 1934, p. 138).

A Coroa, pela Carta Régia de 7 de janeiro de 1780, regulava os trabalhos de demarcação estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que ratificou o Tratado de Madrid de 1750 e estabeleceu os limites entre as colônias espanhola e portuguesa na América. Dessa forma, a expedição espanhola foi inicialmente comandada por Pizarro. Depois assumiu o comissário capitão de infantaria Dom Francisco de Requena e Errera que trazia uma comitiva de 300 pessoas. A expedição portuguesa era comandada pelo Comissário Constantino Chermont e a comitiva de 516 pessoas, formada por um corpo técnico e 4 engenheiros (REIS, 1934, p. 138- 139).

Os militares portugueses aportaram em Ega em março de 1781. O movimento de centenas de homens de múltiplas culturas e nacionalidades instalados ali emprestou à vila uma situação privilegiada. Em decorrência da sua dimensão espacial, Ega foi ampliada para alojar a base do quartel-general militar mais importante da região (REIS, 1934, p.139).

Dali seguiram à Tabatinga para encontrar os espanhóis e tratar da linha divisória na fronteira norte. O encontro com os espanhóis não se deu sem tensão. Quatro meses permaneceram ali, até 18 de agosto de 1781, sem entretanto, chegar ao acordo com respeito a entrega do forte estratégico de Tabatinga situado na foz do Javari e a devolução dos fortes de São Filipe e São Carlos, situados no rio Negro, que deveriam ser entregues aos espanhóis.

Câmara, candidados as eleições camarária. O Cofre ficava na responsabilidade do escrivão da Câmara e possuía três chaves, que ficavam na responsabilidade de três vereadores que faziam abertura dos pelouros em agosto de cada ano na presença dos membros da Câmara, declarando-se nele quem foram as pessoas votadas para os respectivos cargos (SAMPALIO,1985, p. 149).

Eram por meio destas fortalezas que hispanos lusitanos mantinham suas relações comerciais, situados na foz dos principais rios que serviam de pontos de saída para o escoamento dos produtos da Capitania e da Europa. Entretanto, não foi possível a entregar dos fortes, por causa da dúvida suscitada na alteração dos limites territoriais na fronteira, que havia sido ocupada pelos povoados espanhóis. A partir daí os comissários resolveram descer o Solimões, até Ega, na foz do Japurá. Antes, porém colocaram um marco, na foz do rio Javari, em 5 de julho daquele ano e deram início aos trabalhos de demarcação pela foz do Javari e a boca do Alty-Paraná. Em fevereiro de 1782, iniciava-se a demarcação pelos rios Japurá e Solimões que foram reconhecidos como do domínio português (ADONIAS, 1963, p. 14).

No processo de avanço da determinação da fronteira surgiram conflitos entre portugueses e espanhóis. Ambos defendiam os direitos de seus respectivos governos na fixação dos limites entre Peru e Brasil. Limites esses que Chermont colocava a oeste, na margem direita do Javari, mas Requena, por seu lado, queria fazer recuar para leste até o lago de Tefé. “O clima era de tensão, os espanhóis tinham as suas pretensões sobre a emergente vila e atribularam por algum tempo a inquietude dos seus habitantes” (MARCOY, 2001, p. 106).

Entre os anos de 1784 e 1788, Dom Frei Caetano Brandão visitava as paróquias de Ega, Nogueira e Alvarães. Esteve em Ega no ano de 1788 e relata os aspectos religiosos e a condição dos habitantes em relação à tropa Ibérica.

Esta vila, em si mesma pouco considerável, presentemente não deixa de o ser pela união de duas partidas, Portuguesa e Castelhana que nela residem para o fim da Real Demarcação dos Domínios de uma e outra Corôa. Contudo esta muito bem situada, ao longo de uma espaçosa baía. Livre de praga. Ar sadio. E fartura de peixe. Conta com quatrocentas e tantas almas, índios de maior parte, sem falar das pessoas pertencentes à Tropa. Algum tempo foi mais populosa, como todas as outras do Solimões; porém com o serviço da Demarcação, cada dia vai esvaindo sensivelmente e se a Soberana não dá alguma providência favorável, em pouco tempo ficara tudo deserto: por – quanto, empregados quase sempre os índios no Serviço não só Real, mais dos particulares, não tem tempo de fazerem roças nem de especarem casas, nem de cohabitarem com as suas mulheres; de sorte que muitos aborrecidos e desgostosos, se entranham nos matos sem aparecerem mais; servindo ainda de fazerem odiosos ao gentil o nome Português com a desagradável notícia que lhe anunciam da nossa humanidade. Em todo tempo que me demorei nessa Vila recebi obséquios mui distintos da Tropa Espanhola, singularmente do Chefe e de sua Família, pessoas muito civis, e de não menos probidade. Sempre me assistiram em todas as ações Eclesiásticas, as Práticas, ouviam-na com exemplar compulsão e muitos se confessam, como também dos nossos. Tenho motivo para dizer que a minha vinda a Ega foi útil a muitas pessoas pelo menos uma parece que estava esperando por mim: para surgir do pégo profundo, onde de muitos anos a

retinha o inimigo. Pode-se julgar do estado em que acham os costumes desta vila, pela qualidade das pessoas que nela existem: nada, porém, me afligiu tanto, como o escândalo público, que um dos principais entre os nossos tava dando a toda Capitania, com circunstâncias bem pouco decorosas á sua autoridade, e ainda á nação. Corrigiu-o particularmente, e com suavidade. Segurou-me que queria emendar, e deu algumas provas disso. Sempre me lembrarei com ternura do agasalho que deví áquela senhora castelhana (mulher do comissário): pois a modesta devoção com que assistia no Sagrado Templo, com as suas filhas e a bela educação, que dava a estas, fazendo-as confessar tôdos os mêses conservando-as exempta do luxo, ainda que ornadas descentemente; nunca ociosas, mas entretidas nos serviços mais humilde da casa, todo tempo que lhes restava do estudo do Francês e Latim, em que as fazia instruir! (Note-se que frei Caetano não completou a frase). Prouvera a Deus que este sistema agradasse a todas as senhoras Portuguesas (BRANDÃO, 1788, In: ALBUQUERQUE, 1942, p. 4-5).

Frei Brandão, ao realizar suas atividades eclesiásticas em Ega, mostra os excessos que se cometiam aos indígenas com a exploração do serviço de demarcação. Denunciava o apressamento por expedições particulares que os submetiam arbitrariamente a servidão. Spix e Martius (1981, p. 178) descrevem, a partir de relatos ouvidos, que os índios eram chamados à vila para o serviço da Comissão e, às vezes, retirados por anos de suas moradas. Isso concorreu para o despovoamento da vila.

O trabalho de demarcação da fronteira foi impedido de continuar em decorrência das epidemias de febres que assolavam o Solimões. O potencial militar desfalecia. Além disso, a Coroa portuguesa aproveitou para adiar a demarcação. Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, 1852, relatava as medidas tomadas pelo governo Português.

No ano de 1784, apresentou-se nessa Villa o Comissário Plenipotenciário Geral das partidas do Rio Negro e Mato Grosso, João Pereira Caldas, a conferir com o hespanhol Requena: e por todo o resultado, lavrou-se um protesto, que fez sobr'estar as demarcações até ulteriores instruções das respectivas Côrtes. A Partida Hespanhola demorou-se nesta Villa até 1790; tempo em que o Commissario hespanhol levou o abuso do caracter diplomatico a fundar tanto nella como no Cupacá consideraveis estabelecimentos, que servisse de pretexto á affluencia de Hespanhoes no Solimões (AMAZONAS, 1852, p. 343)

Depois que foram suspensos os trabalhos demarcatórios, os portugueses retiram-se da Vila de Ega. Todavia, ampliaram suas ação na Capitania do Rio Negro levantando mapas, tirando coordenadas e fazendo levantamento indígenas. Enquanto isso, os espanhóis aproveitavam para consolidar o seu domínio no Solimões. O plano de ocupação dos espanhóis pode ser nitidamente observado na figura 1, mostra uma parte do mapa que foi elaborado pelo Comissário Requena e Errera da Quarta Partida Espanholas de Limites.

O mapa em sua totalidade mostra uma parte do rio Maranhão e o trecho demarcatório compreendido entre a foz do canal Alty-Paraná à Vila de Ega. Esta possui o Lugar representado simbolicamente por duas cruzes: A cruz de um braço simboliza a Coroa portuguesa, e a cruz de dois braços simboliza a Coroa espanhola. O mapa é o resultado das observações astronômicas feitas pelo intendente da Marinha, Joaquim Victório da Costa e pelo tenente-coronel engenheiro José Simões de Carvalho. Essas observações feitas pelos dois astrônomos compreenderam São Paulo de Olivença e Castro de Avelãs, mostra a nomenclatura dos rios e povoados, aonde foram erigidos marcos de limites com os domínios espanhóis.



Figura 1-Vila de Ega em 1788.

Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional, 2016.

Requena continuou os trabalhos de colonização fundando estabelecimentos em Tefé e no lago Cupacá. Fundou fazendas de gado, incentivou agricultura, implantou feitorias de pesqueiro real³³ e ribeiras³⁴ para as embarcações “com as quaes podessem argumentar sobre o

³³ Estabelecimento onde se efetuavam as feitorias de pesca, salgas e secagem de peixes para abastecer as guarnições e a população da vila.

³⁴ Pequeno arsenal para embarcações de variados tamanhos.

mesmo o direito de posse que se lhes havia consentido no Rio Negro” (AMAZONAS, 1984, p. 335). Ele aproveitou a função de engenheiro para elaborar um plano para a Vila de Ega fincando alicerces urbanos da arquitetura de aspecto militar a uma vila espanhola. Mandava cortar madeiras para construção de casas, construiu uma carreira,³⁵ implantou 15 fornos para fabricação de farinha para ao abastecimento dos pequenos estabelecimentos militares, alojados na fronteira e nos arredores de Ega (REIS 1936, p. 140).

Em decorrência da atuação dos espanhóis, o núcleo criou certa dinâmica como o comércio da farinha e intensificou atividade, até então incipiente, que alcançou certo surto econômico e ensejou o crescimento da vila. Como já citado antes, havia um posto de captura e salga de pescado para abastecimento de todo o Alto Solimões, conforme mostra a figura a seguir.

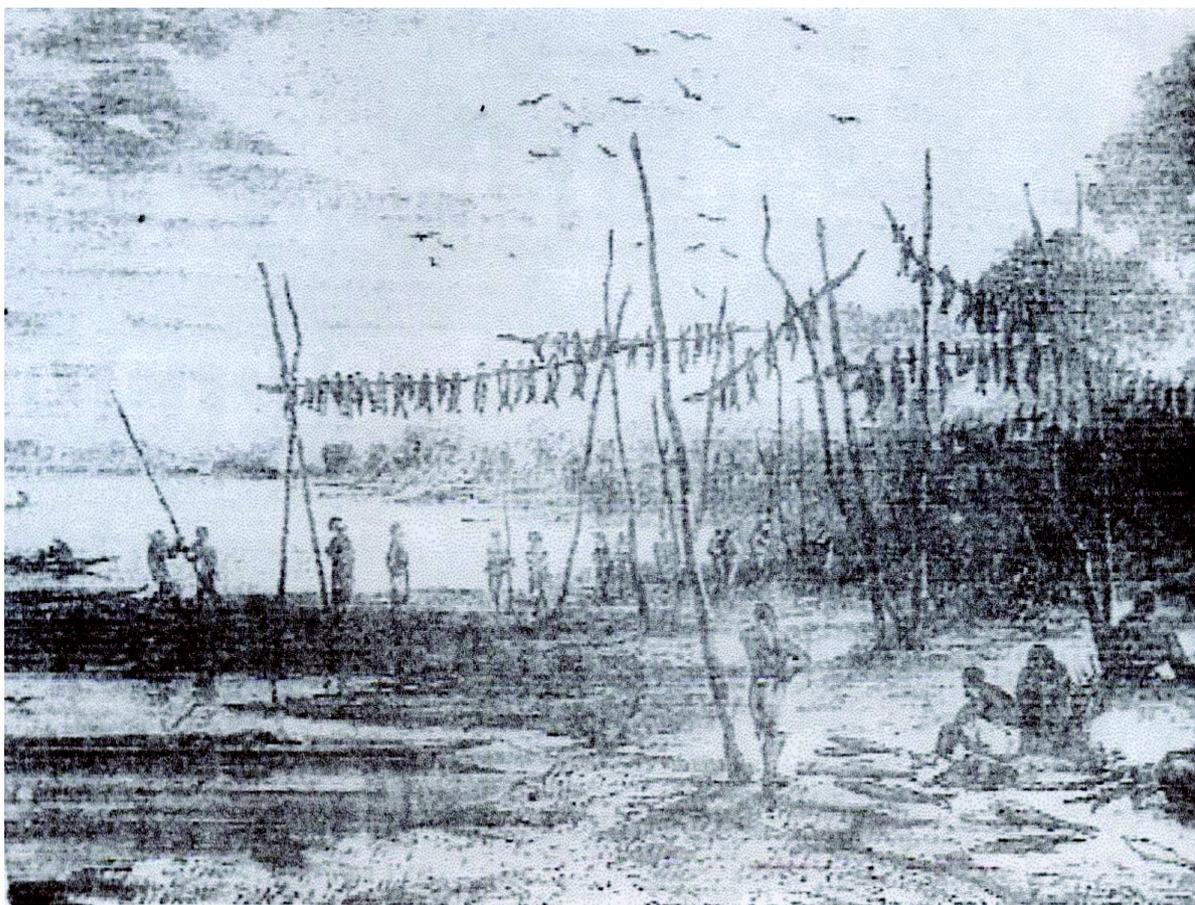


Figura 2- Feitoria da época onde se executava a salga de peixes.
Fonte: Protásio Lopes Pessoa (2014, p. 35).

³⁵ Significa, estaleiro para prática da construção naval.

Nessa época, a Vila de Ega atraiu negociantes o que levou ao crescimento econômico “relativamente considerável” (SPIX E MARTIUS, 1981, p. 178; REIS, 1940, p. 21). No início do século XIX, ainda se podia encontrar os resquícios dos produtos coloniais cultivados pelos espanhóis como café, cana-de-açúcar, algodão e bananas. Já os portugueses preferiam mandar expedições aos rios Japurá, Iça, Jutá e Javari para coletar produtos silvestres como salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba e castanha (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 178). A exploração dos recursos naturais foi, durante dois séculos, a base econômica de Ega que se consolidou como polo comercial para onde desciam os produtos coletados de diversas partes dos rios. Depois eram colocados nas “canoas de comércio” para serem escoados até a cidade do Pará. Nas primeiras décadas do século XIX, Spix e Martius, destacam a importância comercial da Vila de Ega.

Ega é o empório comercial da parte Alto Solimões e de todos os seus afluentes. Negociantes ingleses e brasileiros do Pará estabeleceram sucursais aqui, para a venda de mercadorias européias e para comprar, em primeira mão, dos produtos locais. Encontram-se aqui as mercadorias de maior procura: estampados, e tecidos de algodão riscados, alguma seda, chapéus, linhos, panos, artigos de ferro, aço, latão e cobre, louça de pó de pedra, vidros, porcelanas, vinho, aguardente, etc (SPIX E MARTIUS, 1981, p. 180).

Durante a permanência dos espanhóis por meio do comércio, houve o crescimento da vila de Ega. Este aspecto nos leva a retomar a discussão sobre o processo colonizador e as diferenças entre o fazer espanhol e o mandar português. Os espanhóis destacaram-se pelos métodos específicos de feitorização expressando um plano caracterizado “por uma aplicação insistente de assegurar o predomínio militar” (HOLANDA, 2008, p 95). Comparado à colonização portuguesa, que nada fizeram nesse sentido, distinguiram-se pelo “seu caráter de exploração comercial” (HOLANDA 2008, p. 98). Utilizaram-se da mão de obra indígena que coletava na floresta, os produtos silvestres para exportação e, de certo modo, cuidaram em feitorizar, buscar riqueza fácil menos em construir e planejar alicerces (HOLANDA, 2008).

Essas diferenças valorativas são evidenciadas na vila de Ega e no lago Cupacá pela construção de feitorias implantadas pelo espanhol Requena e Errera. Este construía estabelecimentos, fazia cobranças de impostos e fiscalizava as embarcações que subiam ou desciam o Solimões (REIS, 1940, p. 21). Também ergueram importantes edificações: a casa da câmara, casa de cadeia, igreja e o quartel-general no seu domínio. Emprestava-lhe o título de plenipotenciário político tornando-se delegado de Ega, legislou e fez cumprir suas leis imperativas. A postura espanhola em relação à portuguesa ficava denunciada desde o início,

pela apropriação do espaço imaginado por uma forma urbana no meio da floresta. Estas ações tinham como finalidade estratégica criar as condições para fazer de Ega a sede de um governo para a Espanha (REIS, 1936, p. 140).

A retomada por parte dos portugueses se inicia em 1784, quando Lobo d'Almada veio se juntar à comissão portuguesa. Nomeado governador da Capitania em 1788, deu nova dinâmica ao processo de retomada de Ega em janeiro de 1790 quando ocupou militarmente o Lago do Cupacá (REIS, 1989, p. 139 e 140). De fato, a retomada de Ega ocorreu em 1791, quando o plano de ação de Requena (de reforço das tropas espanholas) foi denunciado pelo tenente coronel João Henrique Wilkens de Matos ao governador e comissário chefe Lobo d'Almada. Este enviou reforço militar que se fez presente em Ega em 21 de maio de 1791. As tropas portuguesas retiraram os espanhóis estabelecidos no rio Cupacá, Ega e arredores e intimaram Dom Francisco de Requena a abandonar a vila e regressar a Maynas. No começo de julho de 1791, deixava Ega um grupo de espanhóis formado por 355 pessoas que viajaram em 45 embarcações. Requena partiu levando consigo as portas, as janelas e a cobertura das casas que construiu na vila. Arrancou as fechaduras das casas particulares onde residia a comissão que chefiava, deixando impressas na paisagem, marcas de um triste cenário de destruição (REIS, 1940, p. 23- 24).

A expulsão de Requena propiciou o fechamento da fronteira com o Peru e Lobo D'Almada mandou fortalecer o policiamento no forte de Tabatinga, marcando o fim da resistência espanhola.

Durante o período em que se está estudando, a sequência histórica é percebida com preocupação de defesa do território no Solimões. Ega foi sede diplomática das duas pretensões, marcada pela materialização do espaço que foi preliminarmente construído pela intervenção militar. Tal mudança foi facilitada, por um novo contexto político, cultural e ideológico, que modificava o espaço da vila para novas possibilidades de transformação.

Em se tratando de uma paisagem urbana, este processo se explicitará com mais ênfase no século XIX, quando a dinâmica da sociedade pela capacidade de produzir uma complexa estrutura permanentemente construída, foi retratada sobre olhares dos viajantes e cronistas do período. Abordagem essa que será tratada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3 - DA VILA DE EGA À CIDADE DE TEFÉ

Este capítulo trata da transformação da vila em cidade e como esse processo é tratado pelos viajantes que passaram por Ega no século XIX, período marcado pelas expedições dos naturalistas no rio Amazonas. Os viajantes que passaram pela Amazônia e aportaram em Ega estavam a serviço de universidades, instituições de pesquisa, academias de ciências e, mesmo, por curiosidade científica. Buscavam descobrir novas espécies de plantas, animais e minerais e fizeram da Amazônia um grande laboratório de experimentação científica que iria ser revelada em museus e anais do Velho Mundo. Os viajantes aportavam na cidade do Pará e adentravam para a Província do Rio Negro até o Alto Solimões. Relacionavam povoados, exploravam os rios, coletavam amostras de animais silvestres e vegetais, relatavam minuciosamente as riquezas de uma natureza exuberante e os modos de produção e organização do espaço pelas populações existentes.

Entre os viajantes naturalistas que vieram para as Províncias do Grão-Pará e Rio Negro entre os anos 1819 a 1866, são destacados neste capítulo os que deixaram relatos da vida cotidiana da povoação de Ega, tais como: Carl Friedrich Philipp Von Martius e Johann Baptist Von Spix que realizaram a viagem pelo Brasil, nos anos de 1817-1820; Robert Avé-Lallemant, que percorreu boa parte do território do Grão-Pará chegando a passar duas vezes por Ega; o naturalista Paul Marcoy, que legou a iconografia da vila em 1847; o Naturalista Henry Walter Bates (1850-1859), que morou quase cinco anos em Ega; por fim o naturalista suíço Louis Agassiz, a serviço dos Estados Unidos da América que, juntamente com a sua esposa Elizabeth Carry Agassiz, esteve na cidade de Tefé entre (1865-1866).

A análise do relato dos viajantes em relação ao entendimento da geo-história pode considerar vários aspectos. Neste capítulo, optou-se pelo plano da cidade e os padrões de moradia por se entender que estes dois aspectos podem revelar a morfologia da vila que possibilitou, do ponto de vista da espacialidade, as condições para a elevação à categoria de cidade.

3.1- Ega na visão dos viajantes

Quando Spix e Martius aportaram à Vila de Ega em vinte cinco de novembro de 1819, relataram a primeira impressão que tiveram da vila, em especial das casas que estavam assentadas numa rua irregular na margem do lago de Tefé.

As casas da vila de Tefé, numa rua ao longo da margem, são todas de um pavimento só construídas de taipa, com venezianas de madeira às janelas em vez de vidraças, é cobertas de folhas de palmeira. Só pelo tamanho e pelas fechaduras das portas é que se diferenciam das choças que tínhamos visto em muitas aldeias de índios. Elas formam uma rua irregular, ao longo da margem do lago, algumas viradas de lá para dentro e formando praças livres em volta da igreja e da casa do comandante militar, a única que tinha uma varanda como as casas de campo do Pará. O número de habitantes deve montar a umas 600 almas. Apesar dessas circunstâncias, ouve-se designar Ega como a corte do Solimões, nome que pôde ter merecido apenas na ocasião em que a última Comissão de Limites lusa-ibérica, reunida de (1782 a 1788), aqui estava estabelecida com o seu quartel-general (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 178).

No processo de ocupação e organização espacial da Vila de Ega, predominou a arquitetura portuguesa do período colonial. A condição de moradia no modelo triangular surgiu a partir das leis instituídas pelo Directório, baseava-se no artigo 12, determinada que os índios “fabriquem suas casas á imitação dos brancos”, mas nem sempre a lei se aplicou como plano edificador em todos os povoados. Numa vila recém-erigida como Ega, o viajante esperava encontrar um plano que se estruturasse de forma homogeneizada em suas dimensões espaciais, já que Ega era “a única cidade de certa importância que existia nas vastas e assoladas região do Solimões” (BATES, 1979, p. 191).

A dimensão espacial da vila consistia numa área de 40 a 80 hectares de encosta de morro (à frente do núcleo). Nos arredores havia uma extensa área desmatada pelos moradores e, ao derredor, predominava a mata original e solo fértil (BATES, 1979, p. 205). O núcleo cresceu em torno da faixa litorânea do lago, configurando-se pela rua tortuosa que corre paralela à praia. A ocupação do solo pelas casas “alinhadas” lado a lado na extremidade da rua retratava uma horizontalidade de fachada triangular ladeadas de frente para o rio (MACOY, 2001, p. 107). Isso se estendia de leste para oeste, indo da borda da areia branca até o “pequeno e rústico cemitério situado à borda da mata” (BATES, 1979, p. 204).

Na realidade, as casas eram desalinhadas em ângulos reentrantes pela irregularidade do solo, que não exhibe traçado de vila geometrizada, “e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (HOLANDA, 2008, p. 110). A casualidade pode ser um fator explicativo da

escolha dos terrenos sinuosos para o assentamento da vila. Sérgio Buarque de Holanda, ao observar a harmonia com que as cidades brasileiras da Colônia portuguesa se ajustam ao terreno acidentado onde são implantadas, pensou nessas construções como um dado de ausência de planejamento (HOLANDA, 2008, p. 109). Partindo dessa perspectiva para a vila de Ega, tem-se a interpretação de que os portugueses, em sua atividade colonizadora, reproduziram às mesmas ordenações topográficas empregadas na construção das primeiras vilas brasileiras. Segundo Murilo Marx (1991, p. 40), não se trata de uma mentalidade ou da incapacidade que os portugueses tinham de ordenar o solo, mas de uma tradição e experiência europeia transportada para a colônia da América.

A forma inicial que se projetava espacialmente na vila organizou-se na ausência de plano. Isto implica que a escolha do sítio com condições sanitárias devia ser considerada antes de a edificarem na ribeira de um rio. Isso seria útil para evitar enfermidades e os inconvenientes sazonais causados durante o período de chuvas (cheias), uma vez que as águas cobriam completamente a praia invadindo “os terrenos situados além da faixa de areia, atingindo o limiar das habitações” (AGASSIZ, 1975, p. 137). Um conjunto articulado de outras construções forma a planta de ocupação do solo e o próprio traçado da via. Armazéns, cadeia, igreja, capela, praça e o trapiche³⁶ são construções que constituem pólos de aglomeração no centro da vila. Estavam bem localizados geograficamente em relação aos demais. Conforme se observa na figura 3, iconografia de Paul Marcoy desenhada em 1847 levanta-se a hipótese de uma evolução urbana surgindo a partir deste local.

³⁶ Trapiche espécie de desembarcadouro construído precariamente onde se faziam comércio e o abastecimento das embarcações de vários tamanhos que eram amarradas aos mourões (BATES, p. 179 p. 201).

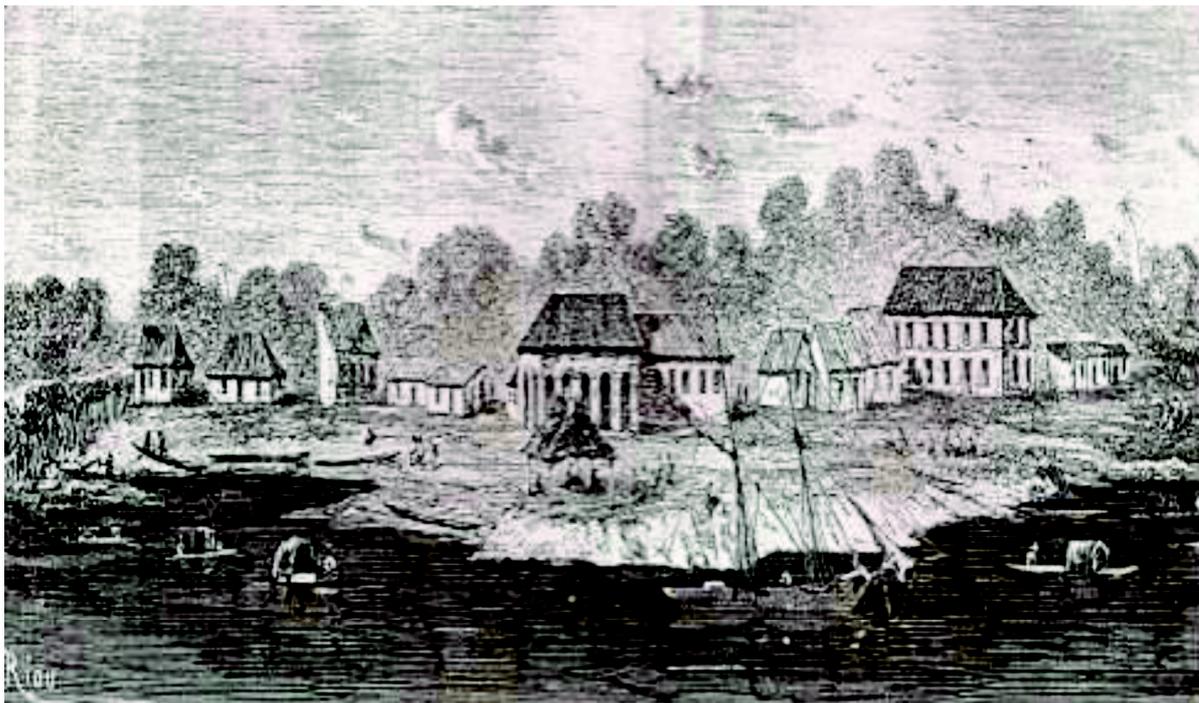


Figura 3-Vila de Ega, mostrando no centro a Igreja Matriz de Santa Tereza de Jesus, às margens o trapiche e um barco a vela.

Fonte: Paul Marcoy (2001, p.108).

Segundo Nelson Omegna, o plano da vila portuguesa inicia-se pela igreja com edificação quase sempre grandiosa, em contraste com o casario modesto. Localiza-se no centro da povoação marcando o auge da vida comunal e religiosa. Realiza duplo movimento de centralização no princípio e, depois, de descentralização urbana. Centraliza no sentido de atrair para junto de si, moradores, comerciantes e instituições como modo de se prestigiarem. Ergue-se na praça mais ampla onde possa destacar a soberania espiritual, moral e político que exerce nos povoados (OMEGNA, 1971, p. 23).

Na vila de Ega essa característica aparece nos relatos dos viajantes, em que a igreja não passa de uma construção tosca que se edifica com lentidão e pobreza. Para o naturalista Paul Marcoy (2001, p. 109) é um “longo edifício quadrangular coberto de palha”.

Havia ainda uma construção de barro anexada à igreja, conforme relatou Avé-Lallemant em 1859:

Por trás, haviam construído uma espécie de capela coberta de telhas. Através de diversos buracos e fendas, podia-se ver o interior do templo, que se poderia, tomar antes por uma maloca de índios mura do que uma casa de Deus. Dentro reina a mesma solidão e a mesma desordem (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 166).

O espaço que se formou em torno da igreja Matriz e da capela se convencionou chamar de praça da Matriz e surge como “o espaço urbano privilegiado é o espaço público utilizado como afirmação do poder sobre o espaço” (ARAÚJO, 1998, p. 64). Ali era implantada a cruz, o pelouro e a bandeira portuguesa, simbolizando o domínio, a justiça e o poder da Metrópole no lugar. Renata Malcher de Araújo, nos estudos das vilas portuguesas na Amazônia, salienta ainda que:

A valorização dos espaços–praças também não é original e marca sensivelmente o mecanismo instalador dos espaços coloniais e, inclusive, é a mais evidente representação espacial do poder do colonizador. É pela praça que se dá início aos núcleos, é na praça que se instala o pelourinho, é na praça que se condensam os edifícios (ARAÚJO, 1998, p. 64).

No caso específico, o espaço da praça e da Igreja ficou sendo a área de maior prestígio da vila de Ega e se constitui como elemento da paisagem posicionando a igreja e a capela no centro da povoação. Era o espaço da praça que movimentava a vida pública de uma determinada sociedade. O relato dos viajantes sobre a pequena vila e sua gente possibilitou a outros cronistas construir o imaginário sobre a civilização europeia no lugar. Neste caso, a praça da Vila aparece numa obra de ficção de Jule Venes em 1852 (figura 4), como dado de urbanidade, o “lugar de encontro para os baba cones, que passeavam com suas roupas européias” (VERNES, 1852, p. 146).

O cotidiano relatado pelos viajantes era basicamente reduzido à vida religiosa, por meio dos rituais coletivos ali praticados, além de festividades, comemorações e procissões. Tudo isso rompia e conservava elementos culturais étnicos, “misturando-se os rudes jogos indígenas com as cerimônias introduzidas pelos portugueses” (BATES, 1979, p. 211). Nesse sentido, Frei Caetano Brandão descreve como a Igreja exercia as práticas religiosas no povoado.

Engrandeci muito com uma rapariga índia, descida do mato havia pouco tempo; ouviu-me pregar à Igreja, foi para casa e pois-se instar com a senhora que a deixasse, que se queria ir com o Bispo; falei-lhe depois, e vi que insistia sempre na mesma piedosa teima; isto sem me entender palavra, nem eu a ela. A igreja é pequena coberta de palha, como tôdas as casas da vila, porém limpa, e tem alfaias suficientes: é dedicada a Gloriosa Santa Teresa de Jesus, da qual tem uma bela imagem em vulto. Aqui cantaram as índias o Tatum Ergo, e outras letras, com tanta graça, que me causou admiração: soube que tinham sido instruídas em outro tempo por quem entendia de música, e que chegaram a cantar missa de órgão: hoje restam poucas, essas já idosas (BRANDÃO, In: ALBUQUERQUE, 1942, p. 5-6).

Nessa época, a Igreja de Ega³⁷ dispunha de um órgão de tubo feito de taboca (bambu) e com um sistema de foles. Era uma relíquia deixada do tempo dos últimos carmelitas. Segundo o cônego Dupuy, acompanhada por esse órgão primitivo, as mulheres índias de Ega cantavam a missa em “concertada harmonia” (Livro de Tombo da Paróquia de Santa Teresa, 1894-1933, p. 22). Frei Brandão não se importou que as mulheres naquele tempo (1778) cantassem canto-chão, sendo que o canto litúrgico estava reservado exclusivamente para os homens (GRUYTERS, 2009 p. 12).

Quando de sua passagem por Ega, Paul Marcoy relatou como as mulheres se organizavam fisicamente para o rito cerimonial, ressaltando a função da capela na promoção do evento.

Felizmente o sétimo dia era domingo, postado defronte à capela à hora da missa, eu pude testemunhar um desfile da população de Ega, dividida como sempre em três categorias: meninas, jovens e matronas. Algumas dessas senhoras iam comungar e, conforme o costume do país estavam envoltas num véu de musselina grossa que lhes escondia o corpo e as feições. Entre as que não estavam assim veladas, observei que algumas eram muito atraentes. Se a sua versão amazônica da moda francesa iria chocar o gosto parisiense, o seu porte, os grandes olhos aveludados e o cabelo negro de um brilho azulado seriam dignos de um soneto. A pausa que fiz a bem da arte na porta da capela, além de enriquecer o meu álbum com diversos retratos, trouxe aos meus ouvidos as manifestações do cavalheirismo e galanteios de Ega (MARCOY, 2001, p. 109).

O naturalista Henry Walter Bates chegou a Ega no dia 1º de maio de 1850 e permaneceu na vila nesse ano e entre 1855 a 1859. Durante os quatro anos e meio que morou na Vila, relatou em sua obra vários apontamentos das relações societárias, como a expressão do movimento cultural e religioso, dando notoriedade à apropriação da praça pela população nos festejos de dias santos.

A padroeira do povoado é Santa Tereza, e sua festa, como a maioria das outras, dura dez dias. O começo é calmo, com ladainhas entoadas à noite na igreja; a maior parte da população comparece, todos vestidos com roupas limpas e festivas, de algodão ou cassa; as moças trazem jasmims ou outras flores nos cabelos, sendo esse o único enfeite que as mulheres-seja qual for a

³⁷ Esta igreja foi destruída em 1905, a pedido de Dom Lourenço de Aguiar quando esteve em Tefé em 1895, exigia a construção de uma nova Igreja Matriz, o padre francês Cassimiro Noberto Dupuy, foi vigário da Paróquia de Tefé de 1894-1906. Ao retornar de Roma encontrava na igreja somente alguns escombros. Durante a sua ausência, os padres espiritanos da Missão da Boca de Tefé em 1897, já tinham realizado os principais serviços de reforma na cidade. Dupuy passou a usar a casa paroquial como capela provisória, situada no terreno onde se encontra construída a parte mais velha do Seminário (GRUYTERS, 2011, p. 223).

sua classe - usam na cabeça. As noites são passadas agradavelmente; a igreja é iluminada no seu interior por velas de cera e do lado de fora por pequenas numerosas lamparinas de azeite- toscas taças de barro ou a casca de uma laranja cortada ao meio- as quais são fixas ao longo da fachada da Igreja. A congregação se mostra muito atenta, e a ladainha à Virgem, entoada por umas duas centenas de límpidas vozes femininas, ecoa agradavelmente no tranquilo povoado. Quando a festa se aproxima do fim começam os divertimentos. Os organizadores dos festejos mantêm suas casas abertas a todos, e durante cerca de dois dias e uma noite, sem interrupção, há danças, o baticum dos tambores e o repicar das cordas dos violões, tudo isso acompanhado de desbragadas bebedeiras das quais participam os homens e mulheres, os velhos e os moços. O comportamento do povo do interior nessas ocasiões festivas, que ocorrem várias vezes durante o ano, sempre me deixou a impressão de ser bastante semelhante ao que pode ser observado durante um velório à moda antiga nas remotas aldeias da Inglaterra. As pessoas idosas comparecem e põem a conversar animadamente, de copo na mão; as crianças também recebem permissão para ficar acordadas; os sujeitos taciturnos e reservados se tornam loquazes e se cumprimentam com vigorosos apertos de mão ou dando tapinhas nas costas uns dos outros, descobrindo de repente que excelentes amigos todos eles são. Os indivíduos quizilentos tratam de procurar briga, os amorosos se mostram exageradamente carinhoso. O índio, geralmente de pouca conversa, descobre o uso da língua e passa a contar com minúcia de detalhes uma disputa que teve com o seu patrão muitos anos antes, da qual ninguém mais se lembrava. Tudo isso é exatamente o que eu já havia observado na Inglaterra entre os trabalhadores rudes e ignorantes quando ficavam meios ‘tocados’. Diante dessas características de comportamento, não podemos deixar de refletir sobre as similaridades da natureza humana em qualquer parte do globo quando as condições de vida e o nível de cultura das classes são praticamente os mesmos (BATES, 1979, p. 211).

Como se vê na citação acima, a Igreja e a praça se constituíam na centralidade da Vila, pois eram nesses espaços, tornados públicos, onde ocorriam atividades religiosas. Os festejos da padroeira eram celebrados com muito gosto pelos habitantes e marcava o tempo da vazante. Nesse sentido, o espaço da praça aproximava as relações humanas, carregadas de significado simbólico e cultural expressadas pelas dinâmicas e costumes. Demarcavam, assim, o conagraçamento e a afirmação da vida naquele espaço que ia se produzindo no interior da Amazônia e que marca a passagem da vila à cidade.

A imagem de Santa Tereza era de madeira. Os carmelitas do século XVIII, a encomendaram de Belém, mas procedia de Portugal. Já no século XIX, a mesma imagem foi recoberta com gesso tendo um resplendor de prata atrás da cabeça e a pena de prata na mão direita que foi roubada. A imagem continua na paróquia de Tefé até a atualidade e é usada nas procissões (GRUYTERS, 2011, p. 223).

A iluminação da igreja à luz de vela não era a mesma utilizada para a iluminação pública da vila. Esta última se baseava no processo que utilizava óleo extraído dos ovos de

tartaruga,³⁸ e álcool, colocados nos lampiões, denominados “lâmpadas de álcool” (AGASSIZ, 1979, p. 149). Ou se recorria a lamparinas, que eram pequenas vasilhas bem côncavas, pendia-se sob a borda uma mecha de pavio fumacento, dentro se colocavam os óleos e, depois de acendê-las, eram espalhadas espaçadamente no chão da casa e iluminava o seu interior com uma luz indecisa e vacilante (AGASSIZ, 1979, p. 149). Do lado de fora da casa, penduravam-se os lampiões,³⁹ fazendo “aparecer às luzes de Ega” (BATES, 1979, p. 230).

Outro dado analisado nos relatos dos viajantes foram os padrões de moradia colonial de dois modelos representativos que, espelhados no modelo da metrópole, se podia dividir: “as casas térreas e os sobrados” (MARX, 1991, p. 90-91). A iconografia de Marcoy dá a noção de como eram as fachadas básicas das casas coloniais que se destacavam por uma porta frontal e duas janelas. O único sobrado de dois andares situado a oeste era a residência do “Sr. José Monteiro Crisóstomo, (...) era o homem mais rico da localidade” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 194). Jule Vernes ao fazer uma reprodução fictícia do vilarejo, assemelha a sua iconografia com a do naturalista Paul Marcoy, que não foge da realidade da época e se configura na interpretação paisagística.

³⁸ O sistema estabelecido era feito à direção de um militar, nomeado comandante da praia ou capitão da praia, empregava as famílias dos índios para escavação dos tabuleiros nas praias reais onde era implantada uma bandeira para a coroa. Sob a fiscalização do comandante, os índios executavam o processo de escavação, coleta, e purificação dos óleos. Os ovos eram jogados dentro das canoas e triturados com tridente de paus ou amassados com os pés dos índios nus, que ficavam lambuzados com as gemas compondo um quadro de verdadeira imundice. Após o término, despejava-se água dentro da canoa, e a gordura pasta que daí resulta era deixada por 3 ou 4 horas expostas ao sol, deixando o óleo subir a superfície. Esses óleos eram recolhidos com colheres de cabo comprido, as quais eram feitas amarrando-se conchas grandes de mexilhão na ponta de varas, e finalmente levados ao fogo em tachos de cobre, para purificação, produzindo-se a manteiga de tartarugas. Pelos menos 6.000 jarros de barro eram fechados com palhas de palmeiras ou entre cascas de árvores, contendo cada um três galões de óleo, que eram exportados anualmente ao Pará, onde iam ser usados para iluminação, frituras de peixes e outros fins. Calcula-se que pelo menos 2.000 jarros, ficavam no vilarejo para serem consumidos à beira do rio e os óleos de pior qualidade era empregado nas lâmpadas, como azeite de iluminação (BATES 1979, p. 242; SPIX e MARTIUS, 1981, p.164).

³⁹ Por volta de 1884, o governo da Província destinava para Tefé a verba de 1:500 \$000 réis para compra e colocação de 30 lampiões na cidade e colunas de Ferro (Coleção de Leis da Província, 1884 e 1886, p. 72 e 23, Biblioteca Mário Ipiranga,).

Henrique Lister Maw era um oficial da marinha que aportou em Ega em 1828 e, durante os quatro dias que permaneceu na vila, criticou o uso dos currais, que eram comuns como prática de encurralar índios, escravizá-los e vendê-los. Ressalta-se o relato que Maw deixou da povoação destacando a prática de canibalismo. Para Lister Maw era difícil acreditar que numa povoação civilizada como Ega, ainda se pudesse tolerar a prática tão absurda da antropofagia. Porém não duvidou que tal sistema existisse entre os índios residentes na vila sendo o fato, segundo ele, confirmado por várias pessoas (MAW, 1989, p. 188).

Com relação aos currais, Bates descreve de outro modo, como sendo casas com quintais cercados e dentro havia um pequeno tanque chamado curral onde era mantido um estoque de tartarugas e tracajás. Nos quintais, os moradores plantavam laranja, limão, banana e goiaba. Ao redor das cercas, outras frutas eram cultivadas anualmente como jabutipé, cumã, pamá, umari (mari), uixi, purumã, prumaí, uiqué, guajuru, caxipari- arapá, bacuri-siúma e bacuri-curua, pupunha, tucumã, coqueiros, cabaceira ou cuieiras, entre as espécies ainda pode ser registrada algumas oliveiras centenárias plantadas a beira do lago pelos primeiros carmelitas (BATES, 1979 p. 200/212/216 e 217; AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 166; MARCOY, 2001, p. 112; AGASSIZ, 1975, p. 146).

Ressalta-se que durante o período colonial a paisagem da vila é marcada pela predominância de casas de barro cobertas de palhas. No período imperial essa estrutura foi sendo lentamente mudada, com o aparecimento das casas de alvenaria cobertas de telhas, conforme se observa na edificação do sobrado, na figura 6.

As casas da vila ficavam distante uma das outras, a composição das toscas habitações baseava-se no uso de barro, madeira e, mais tarde, tijolos cuja aparência gerava opiniões divergentes. Paul Macoy (2001, p. 107) expressou que entre as casas de barros havia uma “esplêndida mansão assobradada (de) luxo arquitetônico”. Henry Walter Bates (1979, p. 200, 205) viu “um aglomerado de uma centena de choupanas (...) das quais não passam de miseráveis casebres de barro cobertos de folha de palmeira (figura 5) num vilarejo semi-índigena lembravam mais uma cidadezinha do interior, na Europa setentrional, do que uma colônia sul americana”. Robert Avé-Lallemant (1980, p. 193), pasmado diante das moradias, recorre ao criticismo mais contundente das habitações. Para este não passam de “casas miseráveis e desconfortáveis” que se parece com os estábulos medíocres da Alemanha, atribui tal descaso a um ato desastrado do Governo.

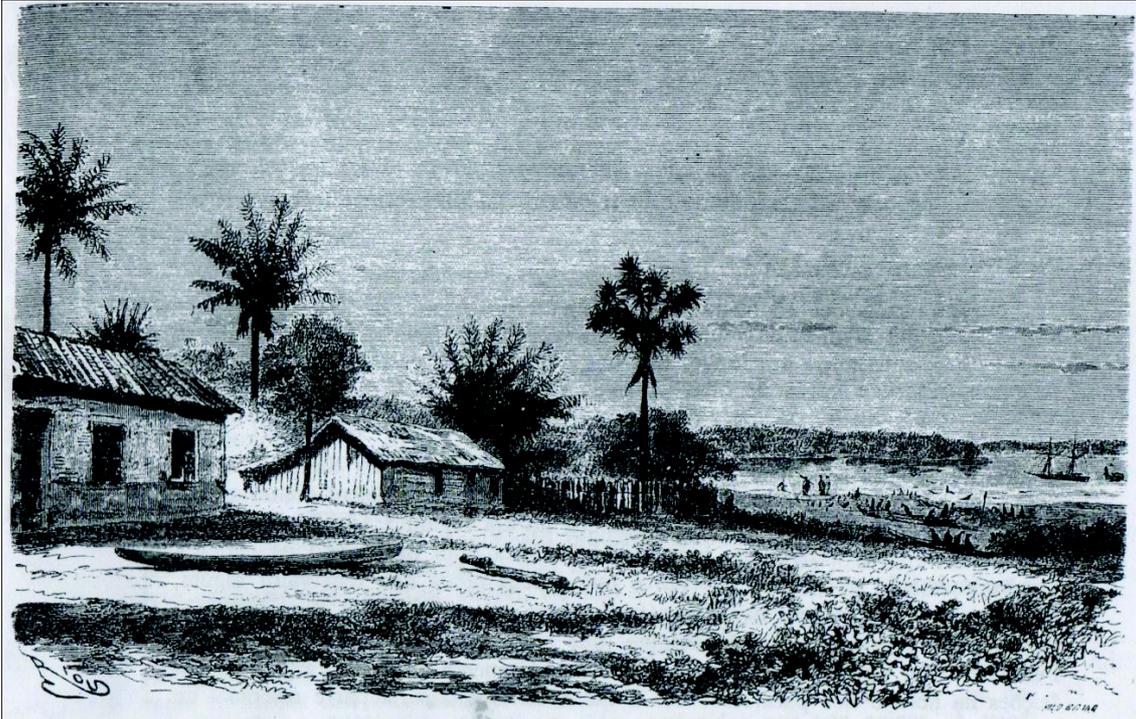


Figura 5-O porto de Tefé em 1865 e as casas com quintais cercados.
Fonte: Agassiz (1975, p. 141).

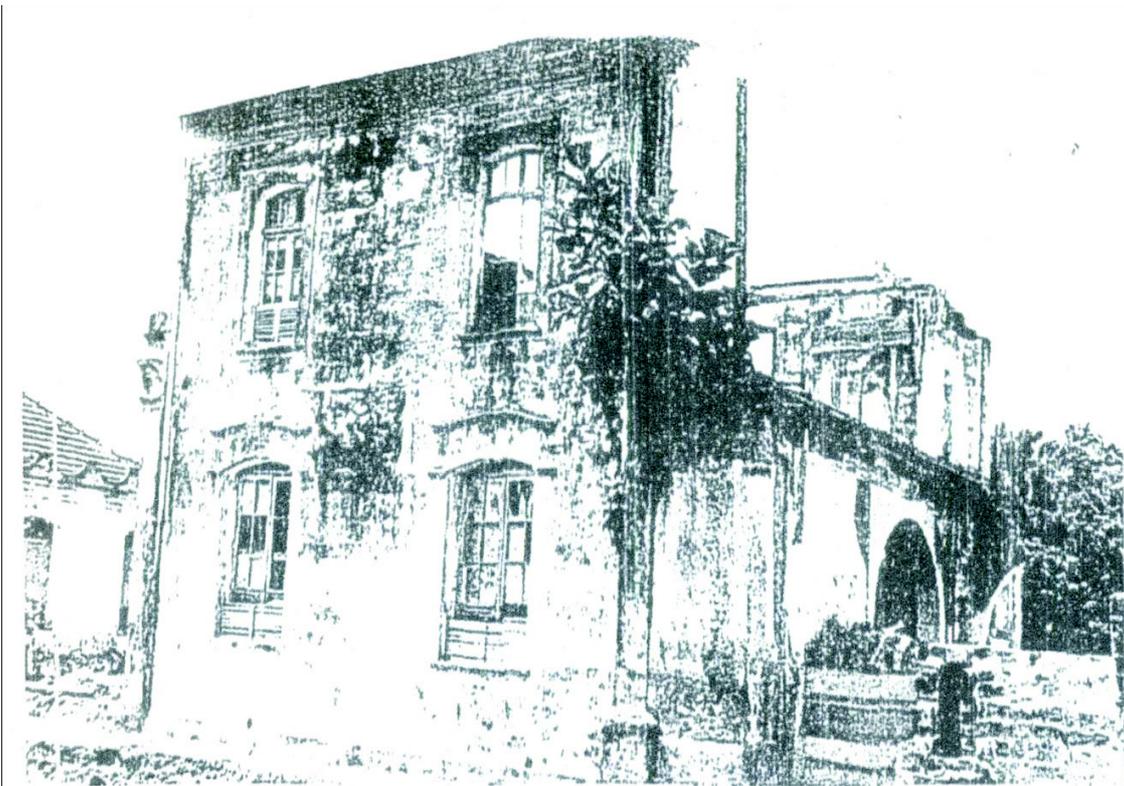


Figura 6-Ruínas do sobrado no Centro da cidade de Tefé em 1960, e ao lado esquerdo o tipo de habitação térrea, construída em 1942.
Fonte: Acervo da Prelazia de Tefé, 2015.

Contrariamente a afirmação de Avé-Lallemant, há que se considerar o padrão elaborado para as residências no século XVIII. Ega teve toda estrutura relacionada em dois

modelos exógenos, inicialmente estabelecido pelas metrópoles coloniais Portugal e Espanha. Em 1777, o governo estabeleceu o primeiro modelo baseado na arquitetura militar portuguesa para alojamento da “Comissão Científica” (BATES, 1979, p. 205) e recebeu a atenção dos primeiros técnicos e administradores envolvidos na construção das casas. Sete anos depois em 1784, o comissário espanhol e engenheiro Dom Francisco de Requena e Errera estabeleceu o segundo modelo característico das vilas espanholas. Neste, os tipos habitacionais não eram adaptações passivas do primeiro, mas parte de um projeto específico do governo castelhano altamente elaborado no decorrer dos anos de sua ocupação.

Com a retirada da tropa espanhola da Vila de Ega, o tipo de construção das habitações prevaleceu no modelo português. Ocorre permanente o processo de transformação da vila, em decorrência da apropriação do solo que guardou resíduos das relações pretéritas na forma de produção das casas. Estas guardavam sinais de resistência e, ao mesmo tempo, mostram sinais da novidade do que vem de fora.

Outro dado percebido nos relatos é a lenta transformação das habitações em períodos distintos que vai sendo modificada na aparência, e nos detalhes. A tipologia caiada da residência portuguesa não prevaleceu de maneira constante por falta de possibilidades, por exemplo, a falta de opção de tintas com diferentes cores. Aos poucos vai se superando isso, dando lugar ao uso de novas cores, em tons de azul e verde, utilizadas nas portas e janelas da maioria das casas que tinham “paredes de madeira ou pedras toscas (tijolos), coberta de telhas vermelhas e portas e batentes pintados de verde e azul brilhante” (MARCOY, 2001, p. 109). “No rés do chão úmido só havia um quarto ladrilhado; todos os outros tinham por piso a terra nua, fria e úmida” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 167). Quando chovia, a água entrava pela parte alta das paredes e beiral das portas tornando o chão lamacento (BATES, 1979, p. 202). A predominância de casas de chão batido era atribuída a pouca sedução que os portugueses tiveram em ladrilhar suas habitações ligadas ao conservantismo “do deixar estar” (HOLANDA p. 2008, p. 117). Isso esteve associado ao desleixo com que os portugueses construíram as suas cidades, fundando alicerces urbanos ao acaso, por meio de “processos errôneos sem método” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 167) sem leis rígidas e sem planejamento.

A criação da vila não estava baseada na ideia de urbanismo, mas na ideia de urbanidade como elemento civilizacional. Ao analisar os relatos dos viajantes e a iconografia da época foi possível elaborar um desenho imaginário da vila de Ega retratando aspectos naturais e sociais que marcam a materialização da paisagem, na passagem do período colonial ao imperial, ou seja da vila à cidade. Conforme se observa na figura 7



Figura 7-Elaboração do croqui imaginário da Vila de Ega,1850-1855, outubro de 2016. Idealizado por Sandrielle Pessoa dos Santos; Rascunho: Hellen Braga, agosto de 2016. Desenho: Laís Borges.

O desenho revela a dimensão do plano da vila pelas ocupações das casas de barro, que podem ser observadas em duas classificações: as casas cobertas de telha representam a moradia do colonizador português e as casas de palha à identidade indígena, esta última são vistas como submoradias. A evolução do plano não segue o modelo de traços retilíneos, antes se acentua pela topografia do terreno e ruas tortuosas. Aqui a materialização da paisagem é também simbólica, marcada pelos símbolos do poder localizados no centro da povoação: a bandeira representa a presença do Estado português, o pelourinho simboliza o poder municipal no lugar e a cruz representa a presença da igreja e sua soberania espiritual, moral, e religiosa.

Ainda é possível encontrar, na paisagem de Tefé, antigas casas não necessariamente do período imperial, mas utilizam os mesmos materiais, feitas de barro e cobertas de telhas vermelhas. São resíduos de uma tradição que mantém viva até agora a memória da cidade.

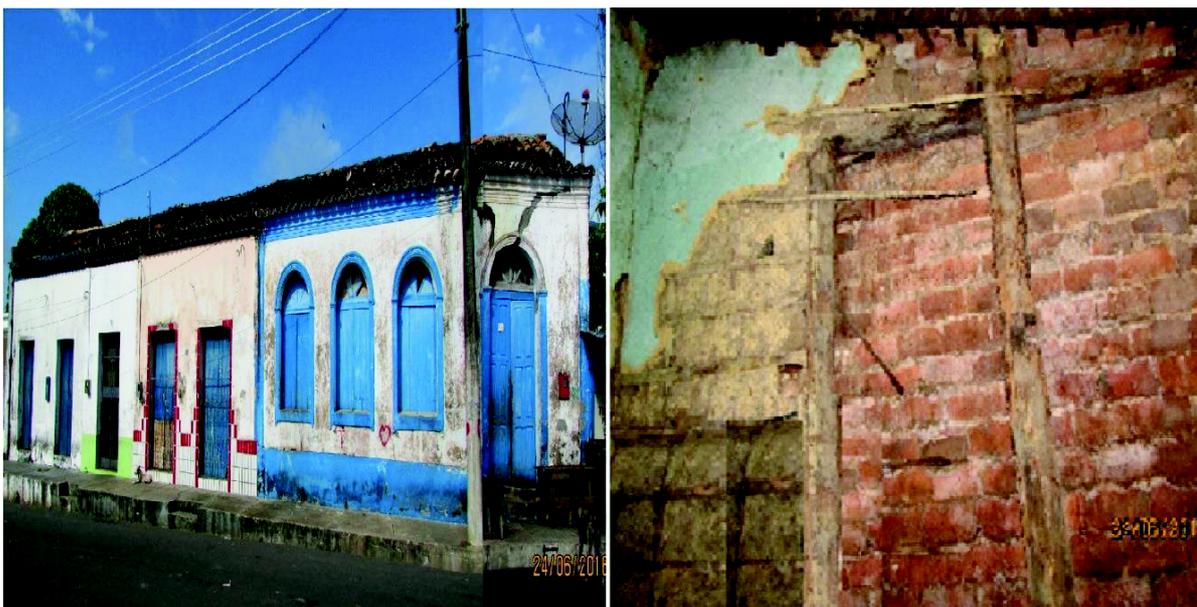


Figura 8-Fachada de casa antiga no Centro de Tefé, à direita os alicerces da casa azul com resíduos da parede de barro coberta com argamassa de alvenaria, em contraste com a parede de tijolos da casa branca, à esquerda. Foto: Sandriele Pessoa/ junho 2016.

A estrutura da cidade e forma de construção das moradias mudou a partir da segunda metade do século XIX. Com a elevação da vila à condição de cidade, transformações ocorreram no modo de morar. A olaria⁴⁰, implantada na Vila desde 1775, aumentou a produção de telhas e tijolos. As casas passaram a ter tijolos forrando o chão, que eram

⁴⁰ Lei nº 23-de 29 de novembro de 1853. Artigo 1º As Olarias estabelecidas nesta província serão isenta de todo imposto provincial, por espaço de 8 anos, contados do 1º de janeiro de 1854 (COLLECCÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS, TOMO II, 1853, PARTE 1ª).

decorados com tapetes de tupé⁴¹. Essa modernização foi relatada por Agassiz quando descreve “O soalho previamente coberto por uma dessas grandes esteiras de folhas de palmeira que se encontram na certa em todas as casas, forrando o chão de tijolos” (AGASSIZ, p. 1975, p. 146). Também foram construídas algumas casas de alvenaria, mais ainda predominavam “casas de barro com telhados de palha” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 166).

Quando de sua passagem por Tefé, por volta de 1865, Agassiz faz a descrição das residências do lugar:

Nossa moradia está situada num terreno descampado, que desce para o lago. Só há construções à direita e à esquerda; portanto, da frente de casa temos admirável vista da praia e do rio até à margem oposta. A outra face da casa dá para um pomar não cercado onde algumas laranjeiras fornecem sombra a um viveiro de tartarugas, preparados para alojar espécimes vivos. No pátio de todas as casas se encontra um desses tanques, sempre provido, pois a carne de tartaruga constitui a base essencial da alimentação dos habitantes; a alimentação pública depende desse animal. O interior da nossa casa é muito cômodo. A direita do corredor atijolado há uma grande sala, transformada em laboratório (...). Em frente do laboratório e do outro lado do corredor abre-se uma peça das mesmas dimensões onde os homens armaram suas redes. No fundo está o meu quarto, de cuja janela posso ver, no pomar, balançar-se a elegante açai e abrirem-se as flores das laranjeiras. Bem ao lado fica a sala de jantar, comunicando-se com ampla saleta por onde se pode sair (AGASSIZ, 1975, p. 137).

No mesmo livro apresenta a ilustração da casa onde se hospedava, mostrando os primeiros compartimentos de casas com piso atijolado e o teto coberto de palha, retrata a realidade das morarias da época.

⁴¹ Tecido trançado com folhas de palmeiras tarumã, em cores ou não, é usado como tapete e esteiras na decoração das casas tradicionais do Amazonas.

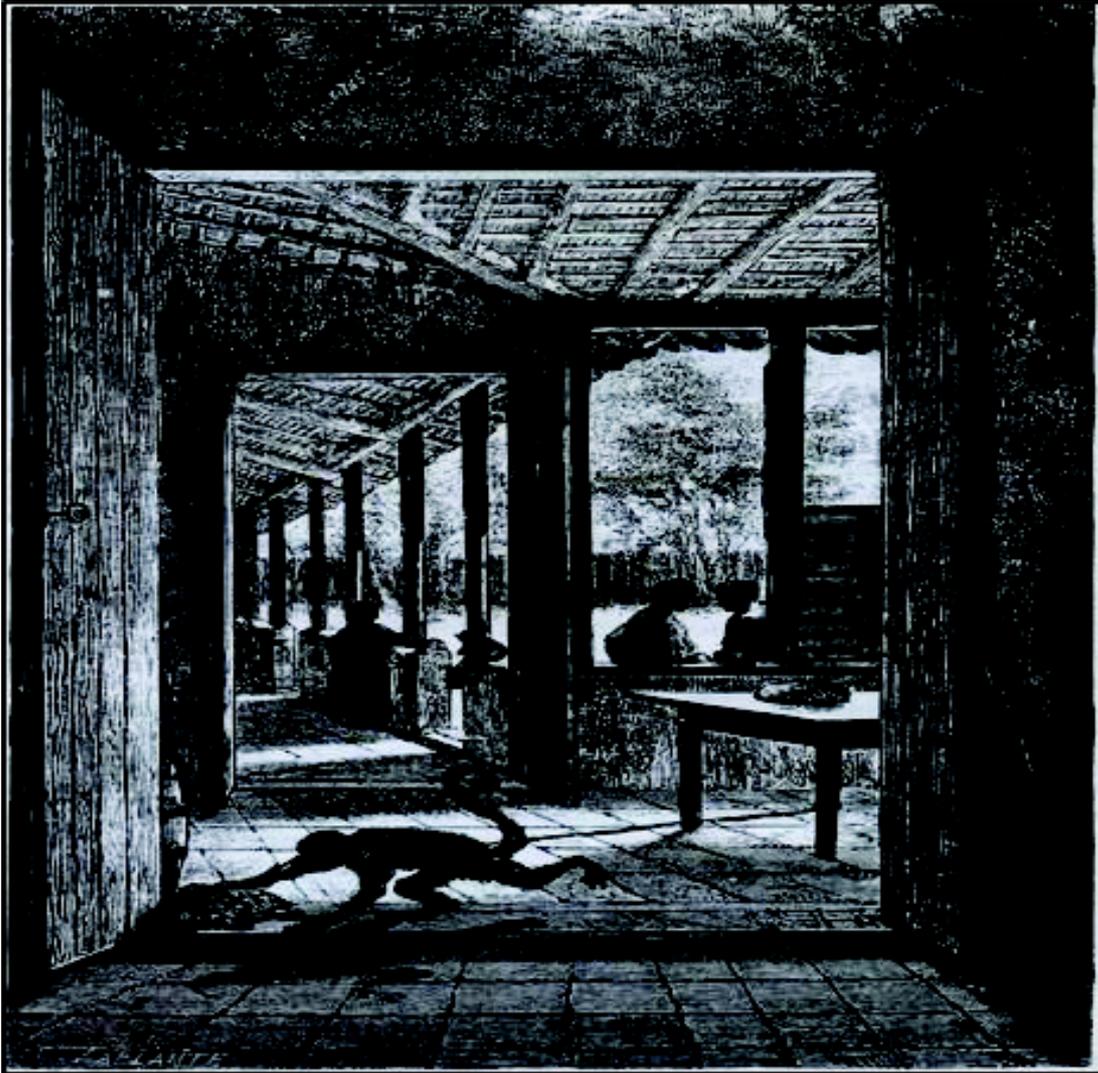


Figura 9- Residência com varanda e sala de jantar na cidade de Tefé em 1865.
Fonte: Agassiz (1975, p. 139).

Essa maneira peculiar de moradia foi sendo aos poucos melhorada no início do século XX pela introdução da cerâmica nas casas, com pigmentação branca e esverdeada. A cerâmica passou a ser fabricada nos fundos da Capela do Bom Jesus de Tefé, construída em 1884 pelo Cel. Hermelindo Contreiras em cima do cemitério da antiga vila (Figura 10). O cônego Dupuy, baseado nas informações dos moradores idosos de Tefé em 1894, menciona que depois das enchentes “alguns se lembravam ainda de estacas, restos de cruces, que sobressaia da areia. Por volta de 1930 alunos do seminário de Tefé plantaram mandioca no local” (GRUYTERS, 2011, p. 221- 222). Por volta de 1907, foi concluída a construção da capela às margens do Lago de Tefé. Obra do padre Afonso Donnadieu, a capela ampliou de modo que pudesse servir como igreja paroquial provisória. Ela continuou desempenhando essa função até 1935. Em 1989, o prédio foi cedido para a Marinha do Brasil. Ali funciona até agora como

sede da Capitania dos Portos em Tefé que se comprometeu em conservar a sua aparência de capela (GRUYTERS, 2011, p. 223).



Figura 10-Procissão em frente da Capela Bom Jesus em 1926, com o padre Tastevin.
Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé, 2015.

A Vila foi sendo construída ganhando novas formas e padronizações diferenciadas. Distinguiu-se a forma das moradias pela condição social dos moradores, especialmente os brancos, cuja denominação “são incluídos todos aqueles que são, diretamente ou por descendência, conectos com Europeus” (MAW, 1989, p. 185). Estes iam construindo suas casas de alvenaria ou cobrindo as paredes das casas de barro e o chão de tijolo com essa agarmassa (Figura 11). Enquanto isso, os moradores “os índios e os mestiços” (BATES, 1979, 203) permaneceram morando nas casas de barro e chão batido ou nas choças de índios, sendo algumas feitas de paxiúba, mas ambas cobertas de palha conforme se observa na figura 12. Por outro lado, não é possível identificar nos relatos dos viajantes diferenciações no espaço da vila, não sendo identificadas áreas em que predominava um tipo de moradia sobre o outro.

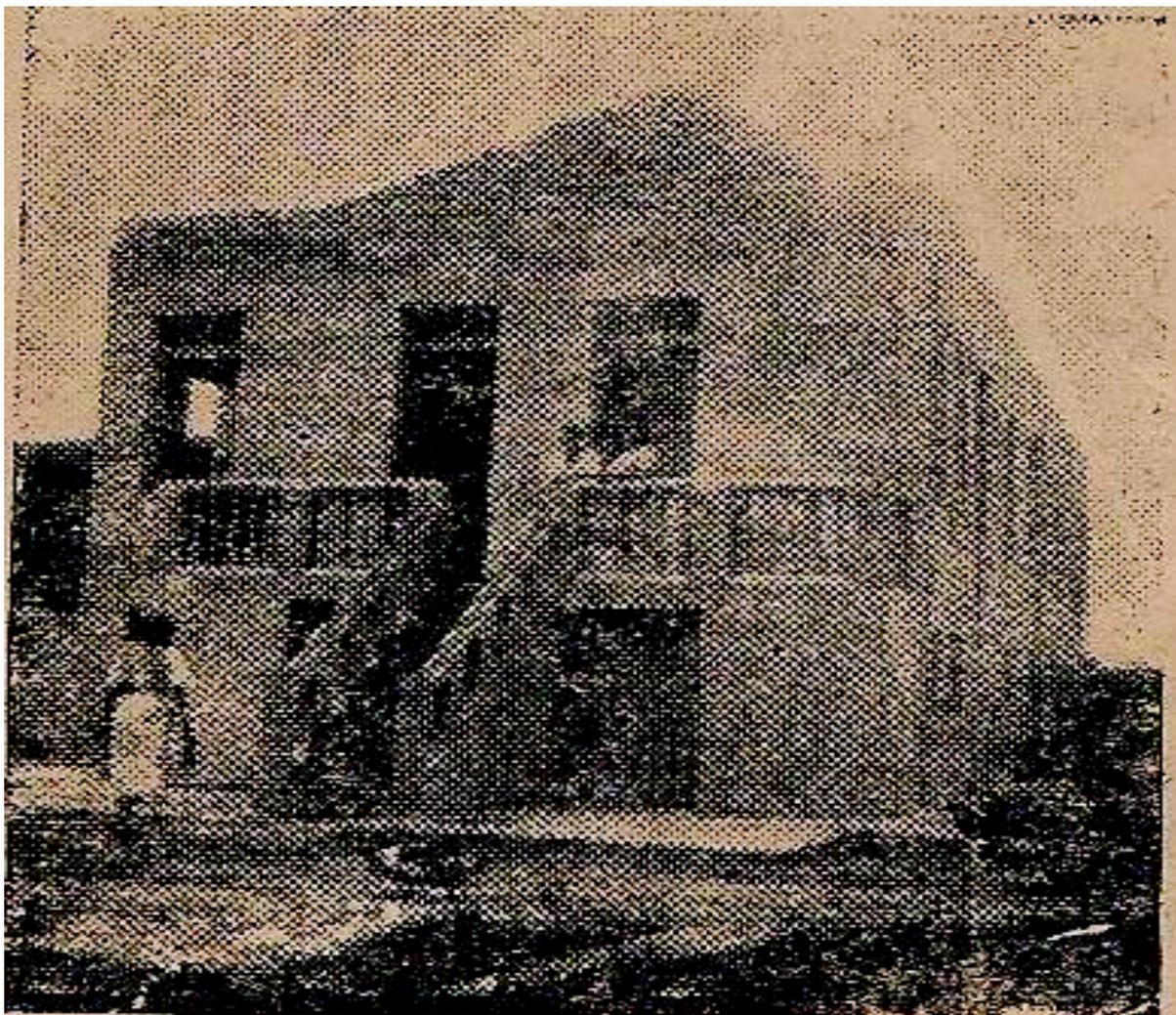


Figura 11-Residência particular em 1900, do prefeito Cleto Marques Praia, filho do coronel Isidoro Praia, o qual Bates se refere em 1850.

Fonte: Albuquerque (1942, p. 17).

Para manter a aparência da vila, depois cidade, aplicava-se leis de políticas públicas para limpeza dos quintais e dos terrenos pertencentes às residências, conforme pode ser aferido na citação de Bates:

Existe uma severa lei municipal que obriga todo morador a capinar um determinado trecho ao redor da sua casa. Todos os meses, durante o tempo em que ali morei, o lugar recebia a visita de um fiscal, que vinha munido de toda autoridade para multar todo aquele que não tivesse obedecido ao regulamento (BATES, 1979, p. 205).

Na frente ou por trás das residências bois pastavam colaborando com a limpeza pública das “ruas” que não existiam como tal, mas sim como chão batido, coberto pela grama que delineavam os caminhos das casas (BATES, 1979, p. 200; AVÉ-LALLENMANT, 1980, p. 166; AGASSIZ, 1975, p.137).

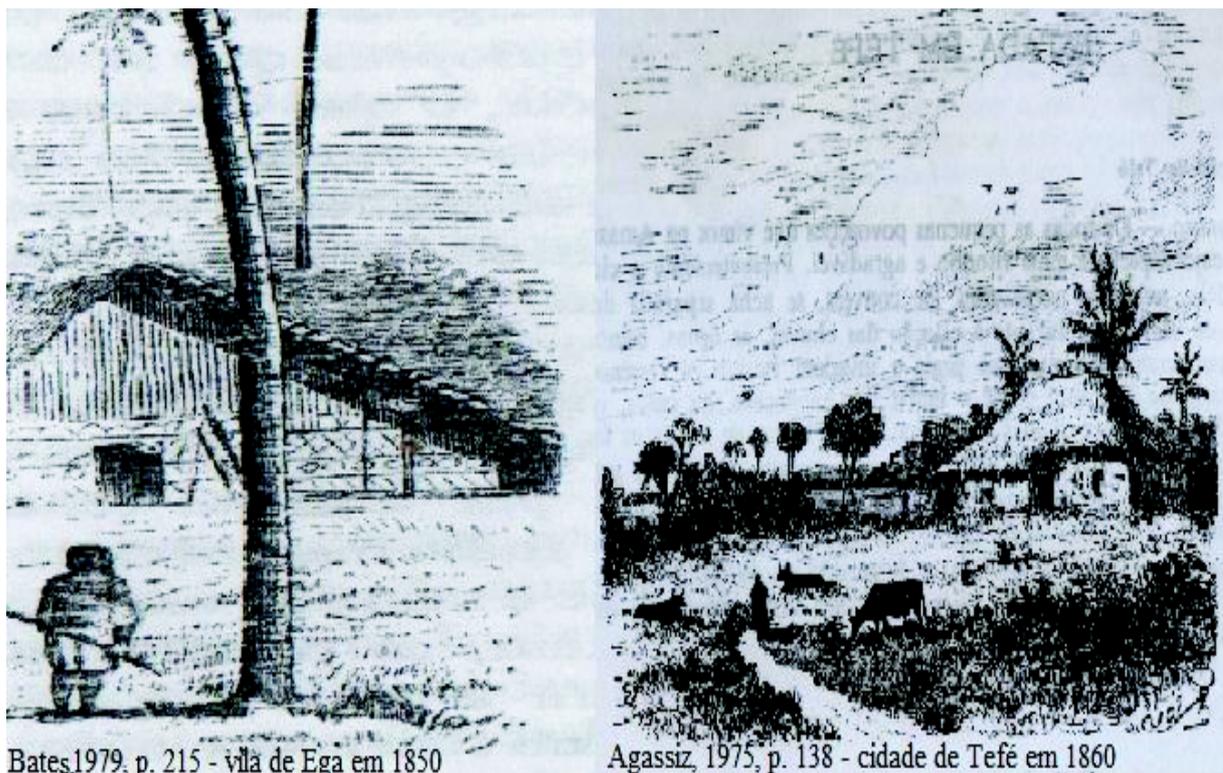


Figura 12- Padrões de moradias-choças de índios de 1850 a 1860.
 Fonte: constante em cada uma das imagens.

O núcleo da vila se expandia em permanente processo de transformação. Ampliava-se a área urbana em direção ao norte criando condições para oeste onde mais tarde ia se projetar a cidade, cujo limite estendia-se até a Rua da Campina onde ficava o antigo hospital São Miguel, hoje posto de Saúde. O número de casas aumentava na medida em que a população crescia, espacializando-se “em grupos separados, em fins de ruas e praças” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 166).

Entre os anos de 1771-1820, Ega tinha 10 casas e população de 600 habitantes (GRUYTERS, 2011, p. 172; SPIX E MARTIUS, 1981, p. 178). Segundo Gruyters (2011 p. 209), o Mapa Estatístico de 1840 aponta 837 habitantes morando em 90 casas. Um total de 81 deles eram “brancos,” o que na prática significava mestiços. Contrastando, o censo habitacional levantado por Paul Marcoy (2001, p. 107) em 1847 aponta o número de 1.500 habitantes morando em 60 casas. Em 1859 o número de casas dobrava para 107 agregando uma população de 1.200 habitantes (BATES, 1975, p. 205). Observa-se que o número de residências não é correspondente ao número de habitantes. Bates, ao observar o número geral de residências em Ega, considerou apenas a metade como tal, ou seja, as casas dos brancos, cuja população não passava de cinquenta (BATES, 1975, p. 205). Conforme se observa na tabela seguinte:

Tabela 1 - Habitação e número de habitantes de Ega, 1771-1859
Org. Sandrielle Pessoa dos Santos, 2016.

| Ano | Habitações | Habitantes |
|-----------|------------|------------|
| 1771-1820 | 10 | 600 |
| 1840 | 90 | 837 |
| 1847 | 60 | 1.500 |
| 1855-1859 | 107 | 1.200 |

O censo populacional e habitacional era feito pelos padres e registrados no livro de Tombo de 1894-1933 da paróquia de Tefé. Podia também ser registrado no *status animarum*, livros dos Paroquianos da Diocese do Amazonas (Figura 13). Nessa época Tefé contava com 109 casas e 1000 habitantes.

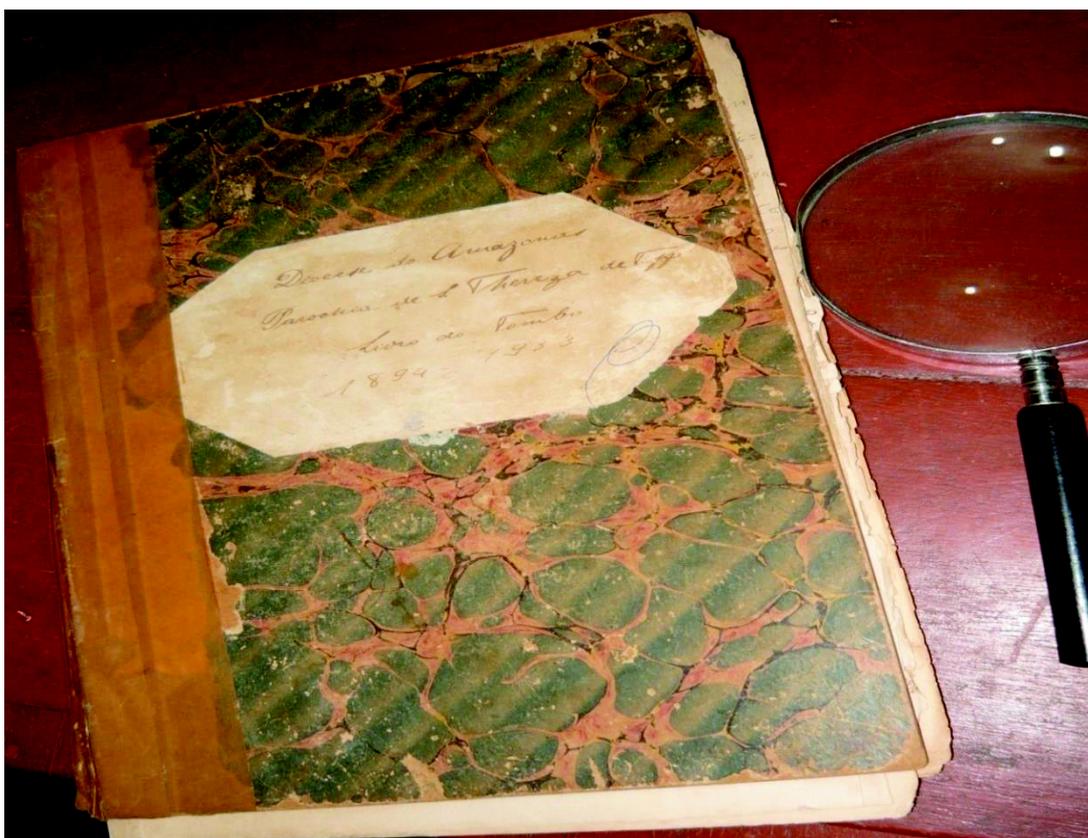


Figura 13-Paróquia de Santa Tereza de Tefé - Livro de Tombo 1894-1933.

Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé.

Foto: Sandriele Pessoa dos Santos /pesquisa de campo (jan. de 2015).

O Governo Provincial determinava por meio da Lei nº 41 de 5 de outubro de 1854 a verba de 1:930\$000 réis para a Câmara Municipal fixar as despesas das obras públicas da Villa. Deste montante, 4500\$000 réis destinavam-se a continuação da obra do Cemitério público (Collecção das Leis da Província do Amazonas Tomo III, 1854 parte 1º). Trinta anos depois, o Governador da Província determinava novamente a lei nº 646 e a lei nº 659 de 3 e 13 de junho de 1884, respectivamente, a verba de 18:300\$000 réis para a Câmara Municipal fixar as despesas das obras públicas da cidade, na perspectiva de viabilizar uma proposta urbanística capaz de modificar a sua forma e estrutura.

A partir daí o centro da cidade passou incorporar a maior parte das funções urbanas. As intervenções das políticas públicas trouxeram melhorias na infraestrutura dos espaços públicos determinando a limpeza de ruas e praças, iluminação pública, auxílio para casa de misericórdia, e para fazer reforma da cadeia. A nova organização autorizava, também, a Câmara reformar a frente da cidade, construir a Capela do Bom Jesus e a construção de um novo cemitério municipal num terreno mais afastado onde permanece até a data atual (2016) com nome de Catedral da Saudade. O cemitério foi “inaugurado em 1893 e benzido em 1º de março de 1895 pelo bispo de Manaus Dom José Lourenço de Aguiar, dedicado a São José da Boa Morte” (GRUYTERS, 2011, p. 221-222).

No ano de 1884, foi autorizada a construção do Paço Municipal, de uma escola noturna e da rampa em frente à cidade. Esta última existe até hoje e, durante a cheia, serve de porto para a colônia de pescadores. Outra intervenção ocorrida na mesma época foi à continuação do aterro do Igarapé da Intendência na frente da cidade. O objetivo era iniciar a modificação da morfologia da cidade criando às condições favoráveis a sua expansão. A área do aterro ficou conhecida como Remanso do Boto (Colecção das Leis da Província do Amazonas 1884, p. 31-33; 71-173)⁴². Nela, mais tarde, foi construída uma praça pública com mesmo nome e que existe até hoje.

Havia um processo de centralização administrativa visto que, para a realização das obras públicas, a Câmara tinha que encaminhar ao Presidente da Província o orçamento com a previsão dos gastos e a planta das construções que iriam ser realizadas na cidade. Tal premissa atendia ao estabelecido pelo Juiz de Direito Ernesto Adbipho de Vasconcellos Chaves, Presidente da Província do Amazonas, que decretou a lei nº 723 de 10 de maio de 1886, do parágrafo “V. Nenhuma das obras autorizadas na lei do orçamento ou em leis especiaes pode ser começada sem organização prévia e aprovação do governo, dos respectivos orçamentos e plantas” (Colecção das Leis da Província do Amazonas, 1886, p. 17).

Tendo em vista a expansão do núcleo da cidade, e o quadro mínimo de infraestrutura que a cidade apresentava, o Intendente Atílio Nery fez o primeiro esboço da planta no ano de 1900. Neste, foram nominandos os quarteirões com nomes de pessoas influentes que se apropriaram dos melhores terrenos e loteamentos do centro, por exemplo, Quarteirão dos Praias, do Juarez, do Bernardo Batalha e Rua Daniel Sevalho. Este dividiam com a Igreja os terrenos da cidade (Figura 14). Esta era detentora de terras e de equipamentos na cidade, tais como o Colégio Santa Tereza, o Hospital da Misericórdia, Convento das Franciscanas, o Seminário São José. Além dessas edificações, havia ainda as várias Capelas como a do Bom Jesus, a de São Miguel e a de Santa Tereza, que foi construída inicialmente ao lado do Colégio e posteriormente transferida para a Praça da Matriz.

⁴² Biblioteca Mário Ipiranga.

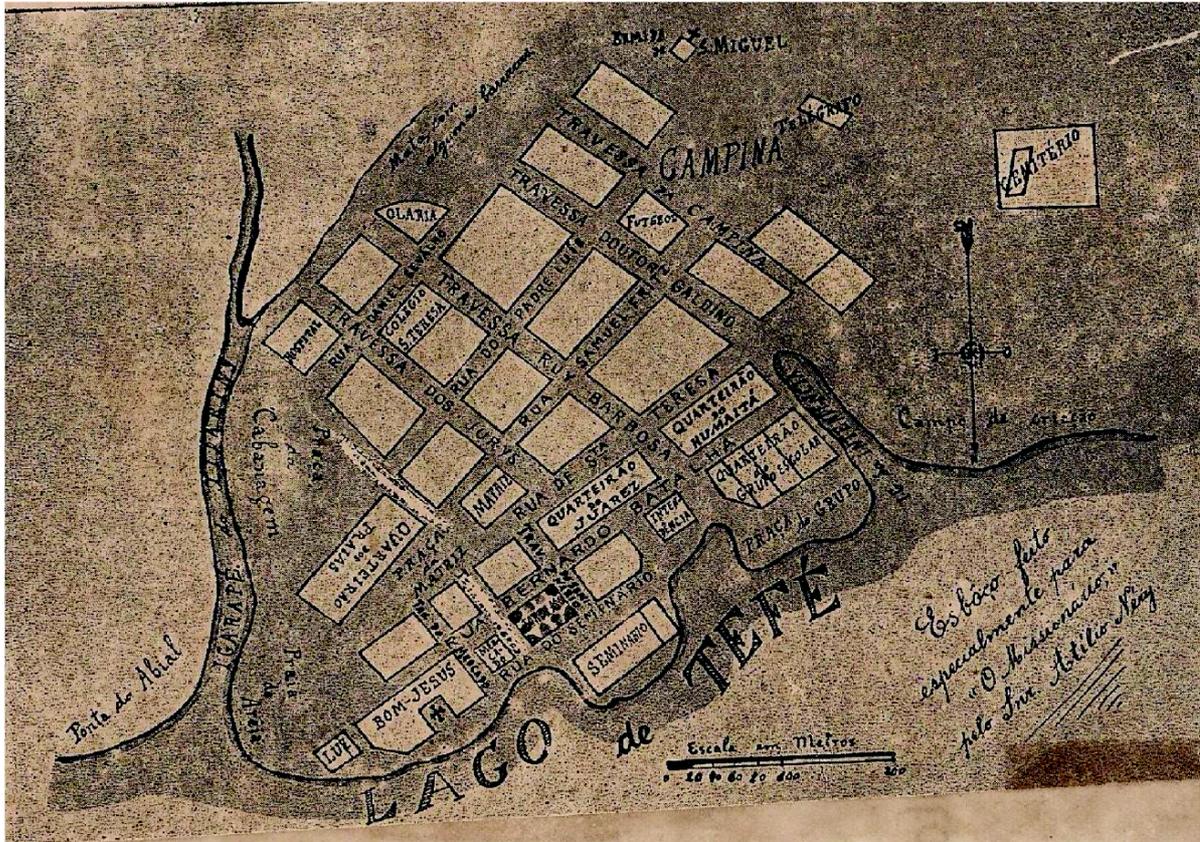


Figura 14-Planta da cidade de Tefé de 1900, compreendia a rua Campina atual Marechal Deodoro, Centro.
Fonte: Albuquerque (1942, p. 1).

No período Colonial, a administração municipal estava baseada no Regime das Missões. A Aldeia de Santa Tereza de Jesus estava sob direção do primeiro administrador o padre carmelita frei André da Costa (1718). Com a elevação do Governo Pombalino (1750), o sistema do Directório entra em vigor e permanece de 1757 a 1798. A Vila de Ega ficou na direção do Diretor e contava com ajuda de Juízes administrativos. Em 1769 criou-se a Câmara de Conselheiro da Vila. Neste ano se deu a primeira eleição de Juízes municipais. Os vereadores foram eleitos somente em 1775 com o nome de Conselheiros. No século XIX, o período imperial traz uma nova organização administrativa, a cidade era governada por juízes e superintendentes. No período da Primeira República (1889-1930) a cidade se estruturou com os equipamentos urbanos instalados pelo estado e pela igreja. Por volta de 1890, as Câmaras Municipais passaram à condição de intendência e os juízes a superintendência. O Superintendente era também Presidente do Conselho Municipal (a Câmara) e os conselheiros, os vereadores.

O século XX caracteriza-se como período de importantes transformações políticas em Tefé. Em 1910 foi instalada a prefeitura Apostólica tendo como prefeito Monsenhor Miguel Alfrêdo Barrat. Em 17 de abril de 1926 foi eleito Superintendente, e nomeado pelo

governador do Estado Ephigênio Sales. A partir desta data, os Superintendentes passaram a denominar-se Prefeito Superintendente e a Superintendência denominar-se Prefeitura. Porém os Conselheiros Municipais (os vereadores), de acordo com a Lei nº. 1289 continuaram como intendentess (SOUZA, 1989, p. 50- 54).

3.2 - Da vila à cidade nas Cartas dos Governadores da Província 1852-1857

A divisão territorial e administrativa do atual Estado do Amazonas tem início no século XIX, quando, em 1832, o governo imperial promulga o Código Criminal do Império extinguindo a Capitania de São José do Rio Negro. Este código passa a ser executado em 1833 estabelecendo a divisão de termos. São criados quatro: Lugar da Barra, Ega, Maués e Mariuá e a Comarca do Alto Amazonas subordinada à Província do Grão-Pará (REIS, 1989, p. 167). Ao mesmo tempo, o Conselho Provincial do Pará estudava as estratégias de organização do território submetendo-o à fragmentação com a extinção de municípios, redução de vilas e freguesias, e criação de termos.

O período Imperial se inicia com aplicação do Código o que tem implicação na espacialidade da antiga Capitania de São José do Rio Negro. É proposta uma nova divisão do espaço e a substituição da toponímia de nomes portugueses para nomes locais. Por razões políticas, o embate no Parlamento, os motins, a Cabanagem e a divisão da Província, o Código não teve aplicação efetiva e não conseguiu prevalecer, sendo apenas minimamente aplicado na Comarca do Alto-Amazonas.

As demais vilas foram extintas e tornaram-se freguesias, perderam a visibilidade política e passaram a ser dependentes dos termos. O Lugar da Barra, pela sua posição estratégica, começa a ganhar importância e passa a articular rede embrionária de lugares, herança do período colonial e passa a desempenhar outros papéis. Porém, do ponto político, este papel era diminuído pela falta de autonomia em relação à Província do Pará. O termo da Barra compreendia Silves e Serpa que, como os demais lugares, retomam os nomes de Saracá e Itacoatiara. Além destas, compreendia ainda Ayrão que passa a denomina-se Santo Elias do Jáu. O Termo de Maués compreendia Borba, com o nome de Arararetama e as freguesias de Villa Nova da Rainha, com o nome de Tupinabarana e Canumã. O Termo de Tefé compreendia São Paulo de Olivença, com o nome Javary, e as freguesias de Coary, Fonte Boa, Amaturá e Tabatinga. O Termo de Barcelos compreendia Moura, denominado Itarendaua; e Thomar, com nome de Bararoá; e as freguesias de Carvoeiro, denominada

Acari; Moreira foi renomeada de Caboquena, Carmo, Santa Izabel e Marabitanas (REIS, 1934, p. 16).

A Comarca do Alto Amazonas esperava por sua autonomia desde 1822 nesse período ocorreu a independência do Brasil. Nessa expectativa, o Dr. Romualdo Antônio de Seixas, em 27 de maio 1826, apresentou na tribuna da Câmara Federal o projeto de divisão da Província do Pará em dois territórios elevando a Comarca do Rio Negro à categoria de Província independente do Pará, com auxílios fornecidos pelo Maranhão até que suas rendas lhe bastassem (SOUZA, 1950, p. 226).

Esse projeto teve de esperar 24 anos para ser aprovado pela lei 592, de 5 de setembro de 1850, que decretou a criação da nova Província com nome de Amazonas. A capital escolhida foi à cidade da Barra do Rio Negro. A nova Província tinha oito deputados à assembleia, um representante ao Senado e dois à Câmara. A província ficava com a mesma extensão e limites da antiga Capitania de São José do Rio Negro. A divisão era de suma importância para o governo imperial porque envolvia a defesa de suas fronteiras, que se encontrava abandonada exposta a invasão de estrangeiros e pelo potencial econômico que ela representava para Brasil (SOUZA, 1950, p. 229-230).

Para oficialização da criação da Província do Amazonas e a sua real autonomia em relação à Província do Pará, a Assembleia Provincial recomendou ao primeiro Presidente da Província João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, documentos que comprovassem o limite territorial entre as duas Províncias.

Documento nº 1. Officio em que o Presidente desta Província do Amazonas dirigindo-se ao do Pará, lhe pede as informações exigidas pela Circular de 11 de Março de 1848, afim de ser esclarecido do que tiver ocorrido por aquella parte que vai ser desmembrada da Provincia do Pará. Também que haja de expedir suas ordens para que se prestem pela Secretaria do Governo da Provincia, os actos Legislativos, e regulamentares, os Relatorios, e esclarecimentos precisos, a fim de continuar a serem regidos por elles, na nova provincia na parte puramente Provincial em quanto pela Assembléia Legislativa e Presidencia della não forem outros confeccionados e pelo Thesouro peculiar d'esta Provincia os Balanços e todos os esclarecimentos precisos, e relativos á administração e arrecadação da Fazenda na Parte que pertence áquella. Os mappas, documentos, e informação sobre o território, e limites por aquella parte, confinantes com Estados estrangeiros, e que foraõ explorados, e descriptos pelos Commissarios encarregados d'esses trabalhos, e finalmente, que o Secretario, e o Inspector da nova Thezouraria estavaõ encumbidos de irem pessoalmente receber, e colligir os ditos documentos nas Repartições assima mencionadas, si porventura o Presidente achasse esta rogativa digna de sua contemplação (Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1851-1852 p. 100).

A Província foi instalada no dia 1º de janeiro de 1852 pelo então presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que foi nomeado desde 7 de julho de 1851, governou apenas seis meses, deixando como seu substituto o Vice-Presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda, que governou até 22 de abril de 1853, conforme consta no relatório do auto de instalação da Província:

No anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cincoenta e dous, trigésimo primeiro da Independência e do Imperio, ao primeiro dia do mez de janeiro do dito anno nesta cidade de Nossa senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, e Paço da Câmara Municipal respectiva, pelas dez e meia horas da manhã, onde se achava reunida a mesma Câmara, e sendo ahi presente o Excellentissimo Snr. João Battista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que acabava de prestar juramento e tomar posse do Cargo de Presidente desta Província por ter sido nomeado por Carta Imperial de 7 de Junho ultimo, nos termos da Lei; e depois de tomar o juramento e dar posse aos demais Empregados nomeados pelo Governador de SUA MAJESTADE O IMPERADOR para Chefes de diversas Repartições; e em presença da mesma Camara, de todas as Authoridades Civis, Militares, Ecclesiasticas, e de grande concurso de Cidadãos, que se achavão reunidos no dito Paço, declarou o mesmo Excellentissimo Senhor: que em virtude da dita Carta Imperial, e das instrucções do Governo de SUA MAJESTADE O IMPERADOR installava a Província do Amazonas creada pela Lei geral numero quinhentos e oitenta e dous de cinco de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, para que nessa Cathegoria entre em suas regalias. E, para constar, mandou lavrar este Auto que assignou o mesmo Excellentissimo Senhor, e ápoz delle todas as demais authoridades, tanto desta Capital, como das Villas e Freguesias da Provincia, que se acharão pressentes. E eu João Wilkens de Mattos, Secretario do Governo por SUA MAJESTADE O IMPERADOR o escrevy (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas - 1851-1852, p. 14).

Com a elevação do Amazonas à categoria de Província, a nova organização judiciária e administrativa ficava dividida da seguinte forma:

Toda a Provincia forma uma só Comarca, e contém 2 Termos com fôro independente, 4 Municípios, 20 Freguesias, 18 Districtos de Paz, 2 Delegacias, e 11 Subdelegacias. O Juiz de Direito da Comarca foi, por Decreto de 31 de Julho próximo passado, removido para a de Bragança e nomeado para o substituir o Bacharel Manoel Gomes Correia de Miranda, por Decreto da mesma data. Ambos os termos se achão vagos (Relatório da Província do Amazonas, 1851-1852, p. 16).

Embora estivesse previsto 4 Termos (Barra, Ega, Barcelos e Maués) a citação acima mostra que funcionou apenas dois. Barra formava um Termo com Tefé e Barcelos, enquanto Maués, por ser considerado um ponto estratégico, formava o outro Termo (REIS, 1934).

Com relação à Vila de Ega, no ano de 1841 pelo decreto de 11 de junho, foi criado um Termo com um juiz Municipal de Órgão. Mas, em 20 de maio de 1843, voltou a ser dirigido por Manaus. Somente em 7 de dezembro de 1853 foi instalada definitivamente como Comarca do Solimões, com sede em Ega e tendo como 1º Juiz o Bacharel Felix Gomes do Rego.

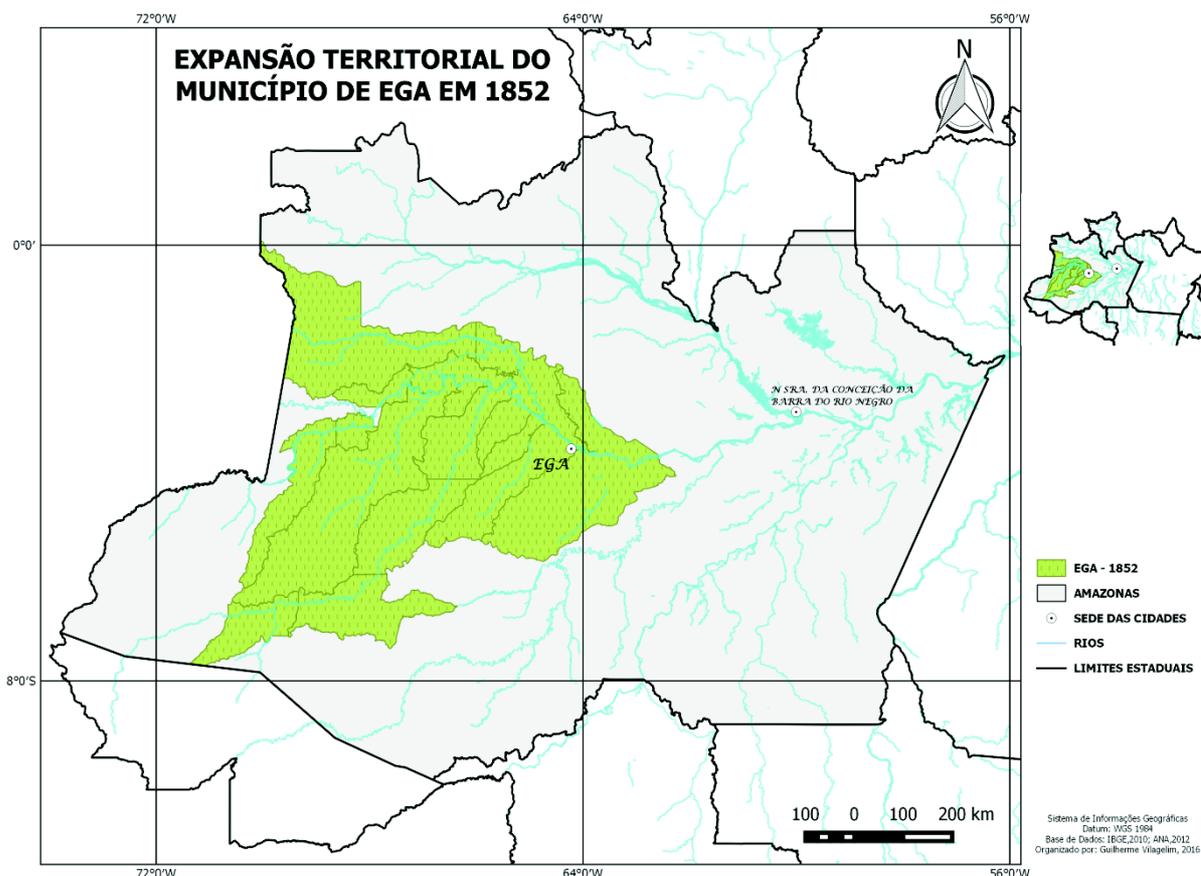
A divisão civil e judiciária desta Província, a maior de todas as do Brasil, sendo ainda a mesma que ultimamente tinha a Comarca do Alto Amazonas, merece certamente ser reconsiderada, em razão das distancias em que se achão os povoados, do crescimento que vai a ter a população civilizada, das demoras e dificuldades das viagens dos moradores Jurados e Testemunhas para chegarem ás cabeças dos dois unicos Termos, onde se preparaõ e tem andamento os Processos. O antigo e longinquo Termo de Ega reclama sua reentregaçaõ, alegando aquelles embaraços dificies de vencer; todavia aguardo que essa pertençaõ seja acompanhada de dados estatístico dos Cidadãos no caso de poderem ser Jurados, para á submetter á alta contemplação do Governo de sua Majestade O imperador (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1852-1857, p. 14-15).

Em 22 de abril de 1853, Manoel Gomes Corrèa de Miranda entregou a administração ao conselheiro Herculano Ferreira Penna que passa a exercer a Presidência da Província. Este criou a Comarca do Solimões por meio da Lei 26 de 7 de dezembro de 1853.

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sancionei a Lei seguinte: Artigo. 1º Fica Creada n'esta Província uma nova Comarca com a denominação de Comarca do Solimões, que abrangerá todo o território actualmente comprehendido nos limites do Município da Villa d'Ega.

Artigo 2º ficam revogadas as disposições em contrario. Mando por tanto á todas as Autoridades á que o conhecimento, e execução da referida Lei (Colleção das leis da Província do Amazonas Tomo III, parte 1, 1853, p. 59).

A comarca do Solimões, com sede em Tefé, neste momento possuía *status* de município e compreendia uma extensão territorial de grandes proporções: em torno de 500.000 Km² (QUEIROZ, 2015). Isto dificultava o planejamento no povoamento e nas técnicas e na ampliação das atividades econômicas. Considerando-se o atual território do Estado do Amazonas, vê-se quão importante era a área da Comarca, compreendia territorialidades dos antigos lugares; localidades, missões, fortificações e vilas desenvolveram-se para uma organização urbana. O município de Tefé agregava os territórios dos atuais municípios de Coarí, São Paulo de Olivença, Fonte Boa, Eirunepé, Carauarí, Maraã, Japurá, Juruá, Jutai, Uarini, Alvarães, Amaturá, Tonantins e Itamarati.



Mapa 4- Dimensão territorial do Município de Ega em 1852.
Org.: Guilherme Vilagelim, 2016.

A Província ao ser instalada gera certa euforia, porém, é uma época de profunda decadência econômica. A euforia inicial não consegue superar os problemas políticos e sociais que retornam ao final do século XVIII, período final do modelo pombalino e, com a extinção do Directório em 1798, houve uma crise de representatividade quando os diretores são rebaixados ao título de encarregados da Aldeia. A isso se junta os constantes conflitos com os índios, especialmente os Mura, que atacavam com certa frequência as povoações, inclusive Ega. As recorrentes epidemias como a varíola e a cólera-morbus trazida pelos soldados vitimavam populações inteiras de povoados. A extinção da Capitania revolta dos cabanos, que atinge especialmente as áreas à jusante da Barra. Tudo isso contribuiu para diminuição das populações e consequentemente o desaparecimento de vilas e lugares do Amazonas, especialmente no vale do Rio Negro como a vila de Thomar, Logares de Lamalonga, Carvoeiro e Castanheira. Estas hoje são fragmentos e ruínas que restaram para a triste recordação do que foram aqueles lugares assolados pelas epidemias, por conflitos e pela crise econômica (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1852-1857, p. 21- 51; SOUZA, 1950, p. 270).

Quando da instalação da Província do Amazonas, não havia um aparelho administrativo qualificado, tudo tinha que ser resolvido na cidade de Belém, Província do Pará. As medidas tomadas pelo Presidente Tenreiro Aranha para restabelecer o sistema econômico se utilizava do mesmo método do período colonial, tais como: contrato com missionários para trazer novamente os índios para catequizá-los e com eles fundar povoações e depois utilizá-los como mão de obra na exploração dos recursos naturais.

Para resolver esta situação, o governo nomeou o secretário João Wilkens de Mattos com o título de Diretor Geral dos Índios e, com isso, estabelecia em outros patamares o sistema do Directório no Amazonas e o Regulamento das Missões de 1845. O objetivo era apaziguar os índios, que revoltados atacavam embarcações, praticavam crimes, ameaçavam a segurança das povoações que se encontravam em quase total abandono. Os encarregados (diretores) nada podiam fazer para dominá-los (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1852-1857 p. 18; REIS, 1989, p. 201).

Para amenizar a situação nas povoações, o governo investiu na vinda de missionários, inicialmente da Província do Pará. Vieram o carmelita frei José dos Santos Inocentes e o Capuchinho Frei Gregório José Maria de Bene que foi enviado para missão de Uaupés e aquele para missionar da Capital até a fortaleza dos Marabitanas (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1851-1852, p. 50-51). Segundo Gruyters (2011), o governo repassava para cada padre anualmente a quantia de 400 mil réis⁴³. Mesmo assim, os poucos que vieram para o Solimões não conseguiram atender a todas as paróquias. A crescente ausência de missionários levou o Presidente da Província Francisco José Furtado em 1858, a reduzir a quantidade de freguesias. A situação das Igrejas é observada no relatório do Vice-Presidente da Província, Manuel Corèa de Miranda.

Este importante ramo do serviço público se acha em sensível atraso pela falta de Missionários, porque faltando a sua poderosa vós, não é fácil chamarem-se os Índios à civilização. Já representei ao Governo Imperial acerca dessa falta, e espero providencias, afim de se poder estabelecer Missões. Grande numero de principais tem vindo se apresentar ao Governo e prestar preito e homenagem ante o retrato a S.M.I., e com agrados, e alguns brindes elles tem promettido, que vaõ fazer descer as suas tribus e fundar suas aldeas (...) No tempo em que esta Província era Capitania achavaõ-se nella bem providas 25 Villas e Freguezias, agora contem sòmente 1 Cidade, 8 Villas, e 17 Freguezias das quaes apenas 9 se achaõ com Parochos. A falta

⁴³ Como já referido, quase 100 anos depois se tenta retomar o processo utilizado na época da Colônia, quando o quadro de servidores da coroa se dividia em quatro grandes grupos dentre os quais estava o clero secular “os filhos da folha eclesiástica” (Araújo, 1998, p. 28/29).

delles tem concorrido para o desaparecimento de algumas Povoações, e para a emigração dos habitantes do Amazonas para os Estados visinhos em procura de pasto espiritual (...) e a Província inteiramente exausta de Ecclesiasticos precisos, taõ cedo não poderão ter todos os habitantes do Amasonas os nomes e o sacramentos de Cristaõs. Pede pois a religiaõ e a sociedade que da Côrte e das outras Províncias do Império, venhaõ Sacerdotes com espírito evangelísticos tomar a seus cargos os exercícos parochiais nas Igrejas vagas, e em muitas outras que de novo se estaõ edificando nesta Província (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1852-1857, p.13-16).

Com certo número populacional o governo conseguiu empregar vários trabalhadores nos serviços rurais. O indígena descido foi utilizado na pesca e na lavoura, ajudando a fortalecer o sistema econômico de núcleos agrícolas fixados em determinados pontos do território, onde eram cultivados produtos como café, algodão, cacau, baunilha, cana-de-açúcar e arroz destinados ao abastecimento interno e à exportação. Tendo em vista alcançar melhores resultados das lavouras, o Governo insistiu em trazer braços de outros lugares. Introduziu na Província Norte militares alemães para trabalhar nos postos da fronteira e nas plantações. Do sul do Brasil vieram os gaúchos e mineiros para trabalharem na prática da agropecuária (SOUZA, 1950).

De muitas e differentes Tribus tem vindo apresentar-se com saudações, ante a Effigie de Sua Majestade O Imperador, os Principais Chefes dellas, constantes da lista n.º 43, e eu lhes hei dado Titulos ou Patentes com expressas clausulas de fundarem novas Povoações, de chamarem das matas para ellas os Indios, e de os fazerem applicar à cultura das terras, à pesca, e a outros trabalhos uteis à elles próprios, aos outros homens e ao Estado, e também lhes hei mandado dar fardamentos e algumas fazendas para vestuarios, e instrumentos proprios para agricultura e pesca, isto com a maior parcimonia, porque elles com pouco se contentaõ, e a quantia consignada para esse ramo de serviço, inclusivo o pagamento a Missionários, nestes seis mezes, he sòmente a de 1: 350\$000 reis (Relatório dos Presidentes da Província – 1852-1857, p. 22).

Outro aspecto que marca a economia da Província é a navegação que foi estabelecida no rio Solimões a partir de 1855.

O naturalista Henry Walter Bates embarcou num barco no Pará com destino a Vila de Ega em 1850. Ele relata que, em 1855, um vapor regularmente ligava o Rio Negro a Nauta no Peru, de dois em dois meses, fazendo escala em todos os portos ao longo do rio. Gastava dezoito dias para fazer o percurso de 1.800 quilômetros rio acima. O naturalista descreve o cotidiano da Vila relacionado ao navio a vapor, com a existência do porto e as pessoas tomando banho entre as embarcações que se constituía como diversão. “Um punhado de

nativos de pele morena tomavam o seu banho matinal no meio das embarcações de vários tamanhos que se achavam ancoradas ou amarradas nos mourões dos embarcadouros” (BATES, 1979, p. 200-201).

A introdução da navegação a vapor deu certo impulso à Vila, apesar do pouco aumento da população, conforme o relato de Bates:

Em Ega, o comércio e a população não aumentaram, entretanto, com essas mudanças, o povo tornou-se mais ‘civilizado’, isto é, começou a se vestir segundo o último figurino de Paris, ao invés de andar de tamancos sem meias e sem mangas de camiseta; além disso, adquiriu o gosto pelo dinheiro e pelos cargos públicos, dividiu-se em partidos e perdeu-se uma parte de sua primitiva simplicidade de maneiras (BATES, 1979, p. 204- 205).

A navegação autorizada para o interior do Amazonas atraía muitos comerciantes ilegais considerados pelo Governo como contrabandistas. Eles se utilizavam de regatões e canoas para realizar o tráfego de exploração ilícita dos produtos silvestres prejudicando, mais ainda, a situação econômica da Província. Em relatório, Tenreiro Aranha escreve que:

O commercio interior tinha desaparecido quasi todo dos povoados, e se dirigia em direitura das feitorias, estabelecidas nas matas, para o Pará, ou se fazia à retalhos, pelos rios, lagos, sitios e aldeias do interior em pequena canoas, como se fossem lojas e tabernas fluctuantes em que, sem paragens direitas, por veredas tortuosas, iaõ os mascates e regatões illudir a singeleza dos indios, embrutecel-os e central-os ainda mais; e, com toda à sorte de mal versões, fraudes e sisantias, afugental-os dos povoados, e exauril-os de tudo quanto pelos matos podiaõ apanhar para os traficos desses atravessadores, que muitas vezes erõ victimas, às mãos infensas desses mesmos selvagens que assim iaõ embrutecer, ao passo que o commercio mais licito e regular dos povoados de dia em dia ia desaparecendo, e sendo naturalmente prejudicados, por não poder compettir com o daquelles extraviadores (Relatório dos Presidentes da Província 1852-1857, p. 65).

Após o governo proibir a irregularidade desse tipo de tráfego comercial a Recebedoria das Rendas Gerais do Estado chegou a arrecadar mais 200 contos de réis dos produtos importados. Apontava-se, assim, para o aumento da prosperidade florescente das principais vilas da região, dentre as quais Ega, conforme o Relatório,

As Colletcorias, especialmente as Villa Nova, e de Ega, e sobre todas a desta Capital, pelas Instrucções que hei expedido, e pela disvelada exacção dos Collectores, vaõ mostrando com a evidencia dos Algarismos os melhores resultados, porquanto a somma da Receita por ella e por todas as mais effectuadas nestes primeiros quatro mezes já eh de Rs. 6:958\$890 e mostra

augmento na razão declupa do que d'antes era (Relatório da Província do Amazonas, 1852-1857, p 80-81).

Das medidas governamentais, podem-se considerar aquelas que se aplicaram na reforma do ensino elementar de toda a Província do Amazonas que, até então, era realizada pelos padres. Para resolver o problema da alfabetização, Tenreiro Aranha mandou construir oito escolas públicas “para a instrução primária das quais, achão-se apenas com professora as das Villas de Maués e Ega” (Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1852-1857, p. 3-6). Criou estabelecimento de instrução para formação de professores habilitados a lecionar nas escolas criadas e por criar. Os professores eram escolhidos mediante o concurso público visando avaliar os conhecimentos gerais. O governo exigia os melhores educadores, cujos salários pagos eram de 300\$00 réis anuais. As Câmaras Municipais eram responsáveis pela fiscalização e a inspeção dos trabalhos didáticos. Os diretores ou delegados das vilas se faziam presentes nas salas de aula com a função de fiscalizar as aulas ministradas e eram encarregados também de enviar os relatórios das escolas ao Presidente.

A rigidez da educação parecia ser bem mais acentuada do que aquelas oferecidas pelos padres. Diante disso, criou-se o regulamento que organizava o magistério, dividido em seis classes que compreendia “a educação phisica, a moral, e a intellectual com o ensino de leitura, calligraphia, doutrina Cristã, numeraçãõ e principais regras d'arithmetica, grammatica da língua nacional, noções de geometria applicada às artes, história natural, da sagrada e do Brasil e de geographia” (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas 1852-1857, p. 128). Ainda conforme o Relatório havia o regulamento das escolas que determinava a maneira de como deveriam funcionar:

Art. 2º - Haverá um Director, e um Vice-Director da instrucção Primária da Província, um Delegado, e os Professores precisos nos lugares em que houvessem escholas;

Art. 14 - As casas para as escholas terão accomodações para a residencia do Professor, salas para as classes e exercicios de instrucção; duas ou três alcovas para dormitórios para discipulos internos; Oratorio para a educação moral, e casa e quintal para os exercicios da educação phisica e da ornicultura (Relatório dos Presidentes da Província dos Amazonas, 1852-1857, p. 1-5).

Também foram criadas outras instituições como a secretaria geral, sub-delegacias de polícia, o serviço de vacinação, Coletoria da Câmara Municipal e cadeias públicas para os quatro municípios da Província, a saber:

A Província comprehende 4 Municipios, o desta Capital, de Maués, de Barcellos e de Ega. As três Câmaras Municipais do interior apresentaõ o relatório do estado dos seus Municípios, de suas necessidades, e artigos de Postura que entendem devem ser adoptados, que vos serão apresentados (Relatório dos Presidentes da Província dos Amazonas, 1852-1857, p. 19).

Para a Cadeia Pública de Ega foi designado o 1º delegado e dois carcereiros visando recuperar aquele estabelecimento. Para tanto, passou a receber auxílios anualmente visando cobrir despesas com a manutenção, que já se fazia urgente, como pode ser aferido no Relatório:

Além da desta Capital, que consta de quatro prisões commodas e bem arejadas nenhuma mais merece este nome. A cerca da d'Ega diz a Comissãõ que a Câmara nomeou para a examinar, que o seu estado he muito ruinoso, e que o meio de melhora-la é fazel-a de novo (...) Consinta V. Ex^a que lhe declare que com muita difficuldade se encontraõ pessoas indonêas que se queiraõ sujeitar a aceitar o lugar de Carcereiro, por serem os ordenados muito diminutos (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas 1851-1852, p. 6).

Com relação ao serviço de vacinação, foi instituído para cada uma das vilas um vacinador provincial para prevenção da varíola, que era uma das epidemias nocivas da época. Para o exercício da atividade os funcionários públicos eram nomeados mediante ao officio.

Documento nº 91 - Officio do Commissario Vaccinador Provincial, remettendo a Portaria de nomeaçãõ de Vaccinador da Parochia de Alvellos ao Cidadãõ Antonio José Pereira Guimarães, e também laminas de bom pûz vaccínico; recommenda-lhe suas obrigações, que as transmite por copia. Documento nº 92 e 93 - Iguaes officios ao acima, dirigidos aos Cidadãos Romaõ Rodrigues Palmella, e Francisco Joaquim Batalha, remettendo a este a Portaria pela qual he nomeado Vaccinador do Município d'Ega; (Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1851-1857, p. 28).

Apesar das dificuldades, a Província vai criando a infraestrura básica da vila para elevá-la à condição de cidade. Mais tarde, isso vai ocorrer, conforme já apontado anteriormente, por meio da resolução nº 44 de 15 de junho de 1855, determinada pelo Juiz de Direito da Comarca do Amazonas e primeiro Vice Presidente da Província Manuel Gomes Corrêa de Miranda que proclama o ato:

Faço Saber á todos os seus habitantes que Assembléia Legislativa provincial Decretou, e eu Sancionei a Resolução seguinte: Artigo único. Fica a Villa d'Ega elevada à categoria de Cidade com a denominação de Cidade de Teffê –

revogada as disposições em contrario (Collecção das Leis Provinciais do Amazonas-Tomo IV, parte 1ª de 1855).⁴⁴.

Termina assim um longo período que vai de 1759 a 1855, quase cem anos e Tefé passa à condição de cidade. Ainda no século XIX receberá as influências do ciclo da borracha que estava se iniciando.

⁴⁴ Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período Colonial, que se segue à criação da capitania do Rio Negro em 1755, se constitui do ponto de vista da espacialidade como um dos períodos mais importantes para se compreender a cidade na Amazônia. A partir desse período são criadas as primeiras vilas embriões das cidades atuais da hinterlândia amazônica no que corresponde hoje ao Estado do Amazonas.

Dentre as cidades, atualmente existe uma que retorna para este período. É Tefé com alicerces que remontam aos setecentos com a Aldeia de Tefé (1718) e depois Vila de Ega (1759). Para se compreender este processo, ou mesmo lançar novas ideias e questionamentos sobre a cidade na Amazônia, faz-se necessário compreender os fatores que levaram a localização das vilas, a estrutura básica, os agentes produtores do espaço, missionários, militares, sertanistas, viajantes, cientistas, indígenas, oficiais de justiça, juizes (uns designados para o serviço da coroa e outros que por lá passaram) todos da Igreja e do Estado.

Partiu-se da ideia de investigar se as cidades construídas na Amazônia, sua localização e a estrutura do espaço, guardavam relação com um planejamento ou resultava do acaso, tema esse discutido na literatura brasileira especialmente na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Embora se constitua um tema sobejamente debatido e, até certo ponto, superado, resolvemos investigar a partir de fontes históricas ainda pouco trabalhadas pela geografia, como isso se aplica as cidades do Amazonas, especificamente a cidade de Tefé.

A pesquisa possibilitou compreender a existência de um plano estratégico pensado para reprodução espacial de vilas na Colônia. Em contrapartida, tem-se a ausência de plano, em espaços transformados em vila. Neste caso a Vila de Ega se organizou de frente para o lago do mesmo nome, em função da igreja e dos ditames da colonização, configurando-se numa estrutura precária de habitações construídas ao acaso. Estes fatos fazem desse trabalho uma abordagem geo-história da cidade. Isso significa tratar da espacialidade de um lugar num período específico que, no caso do recorte temporal para essa pesquisa, vai da criação da vila a sua elevação à condição de cidade.

Neste sentido, as ideias de Sérgio Buarque de Holanda são em parte verdadeiras considerando-se a análise da vila de Ega, visto que em boa parte do processo não havia planejamento, sendo a estrutura da vila construída ao acaso. De outro lado, também é possível identificar que a localização do sítio não foi ao acaso estava articulado a estratégia da Coroa portuguesa de ocupação e consolidação do território da Colônia do Norte, o que demonstra a

consecção de construção de vilas na Amazônia proposta pela política pombalina especialmente no século XVIII.

Esse processo se inicia antes da política pombalina. Já se sabe que a Amazônia passa a ser “ocupada” pelo colonizador português a partir do século XVII com a criação de aldeamentos, fortes e missões em locais determinados às margens dos rios. A interpretação de tais acontecimentos apresenta um espectro amplo, mas a maioria dos autores toma por base a economia política como desencadeadora do colonialismo na Amazônia. Até o final do século XVIII, essa base expressa a espacialidade produzida pela ação do Estado, incorporando a população indígena em aglomerados que emergem como povoados e vilas que se constituíram como a base do embrião da rede urbana regional. Sobre isso, Roberto Lobato Corrêa (1977) já discorreu em um texto seminal sobre o tema.

Não se trata apenas do resgate histórico, mas também do reconhecimento de sua própria Geografia, do modo como o espaço foi se produzindo em sua forma, estrutura e função, que são elementos essenciais para compreender a construção do urbano na espacialidade amazônica. Neste sentido, esta dissertação dá os primeiros passos e outros virão...

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade do Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias e outros (Orgs.) *Brasil: questões atuais do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.155-183.

_____. Apropriação do Território Colonial no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas*. 2. ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.197-241.

_____. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502- 1700)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

_____. Espacialidades e Temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; Lemos, Amália Inês Geraiges (Orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

ADONIAS, Isa. *A cartografia da Região Amazônica: Catálogo descritivo (1500-1961)*. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1963.

AGASSIZ, Louis e Elizabeth Gary Agassiz. *Viagem ao Brasil (1865- 1866)*. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. São Paulo, 1975.

ALBUQUERQUE, Manuel R. *Tefé e os missionários espíritanos*. Tefé/AM: Tipografia da Prefeitura Apostólica, 1942.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALVES, Dysson Telles. *Urbanização e Cultura na Amazônia do século XVIII: índios e brancos em Barcelos, Manaus*: Universidade Federal do Amazonas. Dissertação (Mestrado em História), 2010.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Dicionário Topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Typografia Commercial de Meira Henriques. Nova Edição facsimilar. Manaus, 1852.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII—Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

_____. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no Século XVIII—povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sé, vol. 20, n.º 1. 41-76, jan-jun., 2012.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: FFCL, Boletim 2008, 1956.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Tradução Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, v.20, 1980.

- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, v. 53, 1979.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das missões política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edição Loyola, 1983.
- BRAUDEL, Fernand - O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo. Lisboa: Edições Dom Quixote, 1995. Vol. 1.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORTEZ, Claude. *Geografia Histórica*. México: Instituto Mora/UAM, 1991.
- CHAUMU, Pierre. *História da América Latina*. Trad. Miguel Urbano Rodrigues. 4. ed. São Paulo -Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- COUTINHO, João Martins da Silva. *Relatório sobre alguns logares da província do Amazonas: especialmente o rio Madeira*. Manaus: Codeama/ IGHA, 1986.
- DANIEL, João. Tesouros descobertos no Rio Amazonas. *Separata dos anais da biblioteca nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão – Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memória antropológica. Conselho Federal de Cultura, 1974.
- FRITZ, Samuel. Da descida do padre Samuel Fritz, missionário da Coroa de Castela no rio Marañon, desde São Joaquim dos Omáguas até à cidade do Grão-Pará, no ano de 1689; e volta do mesmo padre desde a dita cidade até à aldeia de Laguna, cabeça das missões de Mainas. In: PINTO, Renan Freitas (Org.) *O diário do padre Samuel Fritz*. Manaus: Editora EDUA, 2006.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 2008.
- JOBIM, Anísio. Panoramas amazônicos III- Teffé. Manaus: TYP Phenix, 1937.
- KANT, Immanuel - Resposta à pergunta: o que é o iluminismo, *A paz perpétua e outros opúsculos*, Lisboa: Edição 70, 1990.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de (1701- 1774). *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Imprensa Oficial. Manaus, 1978.
- MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Tradução, introdução e notas de Antonio Porro. Manaus: 1ª Edições do Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001 [1869].
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.

MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico através do Andes nas províncias do Norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas até no Pará*. Liverpool, 1831. Manaus: Associação Comercial do Amazonas. Fundo Editorial, 1989.

MELO, Jayro Gonçalves (org). Geografia, História e a Teoria das Escalas Geográfica. IN: *Espiral dTopônimos amazonenses*. Manaus: Governo do Estado , 1967.

MELLO, Octaviano. *Topônimos amazonenses*. Manaus: Governo do Estado , 1967.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: 1ª correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. Tomo 1.1v.

MIRANDA, Elis. Urbanização da Amazônia: O Projeto Pombalino e as Pequenas Cidades Ribeirinhas. In: *Pequenas e Médias cidades na Amazônia*. Saint – Clair Cordeiro da Trindade Jr.; Guilherme Carvalho, Aldebaram Moura; João Gomes Neto (Orgs). Belém: Federação de Órgãos Pará Assistência Social e Educacional/ Fase; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ UFPA. Observatório Comova, 2009.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 115-132.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria(1750 - 1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

NORONHA, José Monteiro. *Roteiro da Viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)*. Introdução e Notas Antônio Porro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana da Amazônia. In: SALTI, Eneas *et. al*(Orgs.). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq, 1983.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *As cidades amazônicas: a ilusão da busca*. Manaus: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Manaus (2) 23-41, 1995.

_____. Das cidades da natureza às cidades do Amanhã. In: *Revista Valer Cultural, Amazônia em Cena* , n° dez/ jan, 2014.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: Ebrasa, 1971.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. In: Dossiê da Amazônia Brasileira. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP/IEA, vol. 1, n.º 1, 1987.

_____. *O Diário do Padre Samuel Fritz* (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

PESSOA, Protásio Lopes. *História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas*. Manaus: Novo Tempo. LTDA, 2007.

PHILO, Cris. História, Geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). *Geografia Humana:*

sociedade, espaço e ciência social. Tradução: Mylan Issack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *A formação histórica do território Tefeense*. Curitiba: CRV, 2015.

_____. *Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia), 2015.

REIS, Arthur César Ferreira, *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia. Manaus, 1989.

_____. *Manáos e outras Villas*. Manáos:[s.n.]1934.

_____. *Lobo d'Almada um estadista colonial*. Manaus: [s.e.]1940.

_____. *A conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1950.

_____. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1953.

RIBEIRO, Raimundo Colares. *Viagem “à Corte do Solimões”*. Manaus: Gráfica Rex, 1996.

RODRIGUES, Eúbia Andreia. *Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do médio Solimões*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Geografia), 2011.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Geografia: Introdução à ciência geográfica*. São Paulo: Avercamp, 2008.

SALGUEIRO, Tereza Barata. A idade Artefato cultural do espaço e do tempo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; Lemos, Amália Inês Geraiges (Orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SANTOS, Milton . *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Augusto Cabroliê Gonçalves de. *Tefé e sua História*, SEDUC- Amazonas, 1989.

SOUZA, João Mendonça de. *O Grande Amazonas: mitologia, historia e Sociologia*. Editora Sergio Cardoso & Cia. LTA. Manaus- Amazonas, 1950.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1819 – 1820)*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp. Livraria Itatiaia ,1981, v.3

_____. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, v. 1.

VERNE, Jules. Fyrahundra mil pá Amazonfloden. Nirole. Bohusläns Grafiska AB. 1992.

FONTES CONSULTADAS NA INTERNET

ABREU, Maurício, Almeida de. Sobre a memória das cidades. Departamento de Geografia-UFRJ/ *Revista da Faculdade de Letras-Geografia* I. Série, vol. XIV. Porto, 1998, pp.77-97. Disponível <<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>> nov/05/ 2014

BARROS, José D'Assunção. *Sobre a Geo-História, "O Campo da História"*. 8.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. Disponível <<http://ning.it/evbrn>> Acesso em: mar/5/2015.

FLEXOR OCHI, Maria Helena. As vilas pombalinas do século XVIII: estratégias de povoamento. In: *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo: Puccamp, 1998. Disponível <<http://www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index>> Acesso em 24/8/2015.

LIRA, Larissa Alves de. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Pesquisadora FAPESP, 2005-2007. Confins: Revista de Franco - Brasileira de Geografia. Disponível em: <<http://confins.revues.org/259?lang=pt>>. Acesso em julho/ 2014.

MEDRANO, Ricardo Hernán. Notas sobre o Barroco e o Urbanismo Ibero-Americano. *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. São Paulo (S/d). Disponível em <<http://Upou.es/depa/webdhuma/areas/art/40b/Ricardo%20Hernán.pdf>>. Acesso em mar /5/2015.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Seminário do Instituto de Estudos Brasileiros da USP/ IEB*. Universidade de São Paulo, 2011. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=x9-IZ9qzCGI>> . Acesso em 3 mar/9/ 2014.

SCHÜRMAN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. *Textos de História*, vol. 7, n.º 1/2, 1999. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11861/1/ARTIGOURbanizacaoColonialAmericaLatina.pdf>>. Acesso em ago 24/8/2015.

CMGE- *Comissão Municipal de Geografia e Estatística* <<http://www.ibge.gov.br/Censo_Demografico_2010/_ordinarias_da_cmge/la_reuniao_ata_ata_instalacao_cmge/amazoanas/uarini_rl.pdf>. Acesso em dez de 2015>.

BIBLIOTECA NACIONAL < <https://www.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia>>. Acesso em agosto de 2015.

RELATÓRIOS E MANUSCRITOS

Cartas do primeiro Governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas 1758 – 1761. Universidade do Amazonas. Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1983.

Carta de consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. José sobre a guerra feita pelo governador do Maranhão, Alexandre de Souza Freire, aos índios do Rio Negro, e consequencias que daí resultaram. Projeto Resgate. Arquivo Histórico do Conselho

Ultramarino-Brasil, Rio Negro, Lisboa 1º de março de 1730. Rolo 1. Peça AHU_ACL_CU_020, caixa: 1, documento nº 3.

Carta Regia (cópia) de D. José para o Governador Capitão – General do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a elevação da aldeia do Trocano a vila, com designação de Borba – a Nova. Projeto Resgate . Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino- Brasil, Rio Negro, 1fl. Lisboa. AH_ Rio Negro 3 de março de 1755. Rolo 1,. Peça AHU_ACL_CU_020, caixa. 1, documento N°.15.

Ofício do Governador do Estado do Grão - Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o Bispo do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões e Souza, sobre o estado de civilidade em que se encontravam as aldeias dos missionários por onde passou na sua viagem até o arraial de Mariuá. Projeto Resgate. Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino- Brasil, Rio Negro, Mariuá 9 de janeiro de 1755. Rolo 1. Peça AHU_ACL_CU_020 caixa: 1, documento nº 13.

Relatório dos Governadores da Província do Amazonas época do império correspondências do período de 1º janeiro de 1852 a 14 de junho de 1857, reeditados em 1905, na Reprografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro-Brasil.

Collecção das leis da Província do Amazonas de 1853. Barra do Rio Negro Typographia de Manoel da Silva Ramos. Tomo II, parte 1. Lei nº 23 de 29 de novembro de 1853 (Isenta os impostos das olarias).

Collecção das leis da Província do Amazonas de 1853. Barra do Rio Negro Typographia de Manoel da Silva Ramos. Tomo II, parte 1. Lei nº 26 de 7 de dezembro de 1853 (Criação da Comarca do Solimões).

Collecção das leis da Província do Amazonas de 1855. Barra do Rio Negro Typographia de Manoel da Silva Ramos. Tomo IV, parte .Resolução nº 44 de 15 de junho de 1855 (Eleva a vila Ega à cidade de Tefé).

Manuscrito do padre Antônio Henrique Gruyters. Mímio: Capítulo15- O Período final da colônia e as primeiras décadas do século XIX ao Capítulo 18. A Igreja Paroquial de Tefé, 2011.138-217.

ANEXOS

1-Manuscritos do Arquivo Historico Ultramarino de Lisboa

D. José Manoel

de 1730

Do Conselho Ultramarino

Sobre a guerra q' o Gov. do Maranhão Alexandre de Souza Freire fez aos Índios do Rio Negro, de que resultou a morte de m^{tes} Indios, e a destruição naquelles Cartões contra os Índios, e Missionarios, a respeito dos' Sequeizaes do mesmo Gov. nem de Relizios, estendendo tambem contra elle o Gov. da fazenda do Pará, e as cartas, informaçoes, e papeis que se allega.



A.

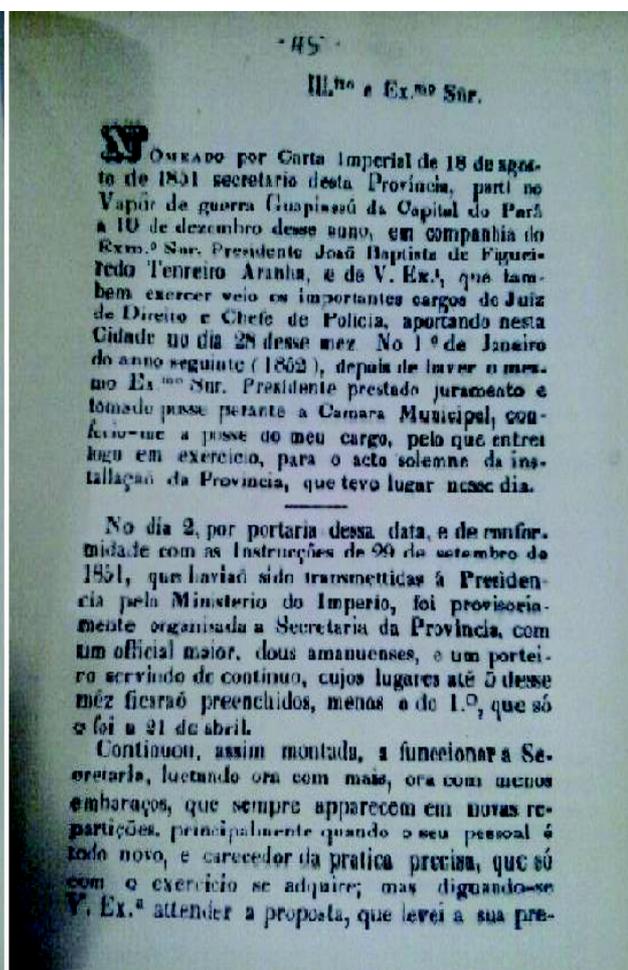
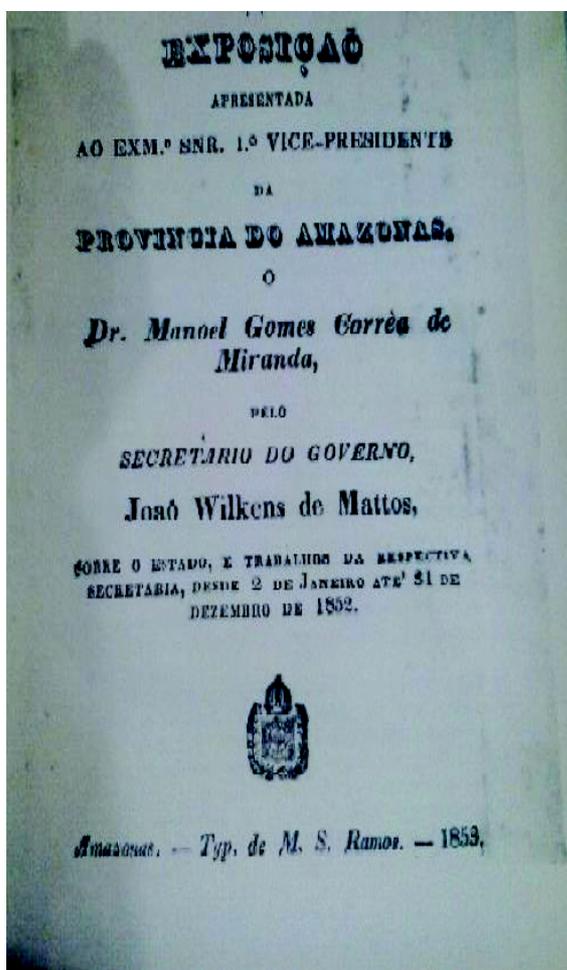
228

1-Carta de consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. José sobre a guerra feita pelo governador do Maranhão, Alexandre de Souza Freire, aos índios do Rio Negro, e consequencias que daí resultaram. 21 de mar de 1730 Cx.1, Dc. N°3.

Reg. no. 175.
 Copia.
 Francisco Xavier de Mendonça Furtado
 do Governador, e Capitão General do Gran Parã,
 e Maranhão, e Arago. Eu o Rey vos envio mi-
 to e guardar. Por Carta firmada nella minha de-
 as e mão na mesma data desta houve por bem
 nelleo motivo nella declarada. Criar neste Ca-
 rado a nova Capitania de Almeida do Rio e Ne-
 gro, com Governo politico, e Civil, na qual os
 Elmoradores daquelle parte occidental achem ma-
 is facil a administração da Justiça, que he tam-
 necessaria para se conservar a paz, e boa Ordem
 dos Estados. E por que nos limites deste novo Go-
 verno se ha de comprehender a Aldeya do Tro-
 cano, e esta nella sua situação he a mais pro-
 pria para acharem de uantio, e depreco os meus
 Saldos, que he querendo a navegação de esse
 Estado não se ha de voltar de aquellas
 Aldeyas para o antigo Estado: e he devido
 origin a depreco da Aldeya em humra nova Si-
 lla, a que se opporá o nome de Borba Nova. E
 heo por bem Conceder a depreco da Villa, e aos seus
 Elmoradores todas as honras, prerrogativas,
 privilegios, e liberdades, que nella e sobredita
 Carta Concedo a outra futura Silla Nova de Almeida,
 e que na criação dos Officiaes da Camera
 de Justiça, alijammente dos Juizes, Escrivães,
 e Alcaides, apim publicos, como particular, a
 assignação de desbrito, para os logradouros,
 e do termo para apim a divisão da terra, e para
 a depreco da e terra, apim da Camera

3-Carta Regia (cópia) de D. José para o Governador Capitão – General do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a elevação da aldeia do Trocano a vila, com designação de Borba – a Nova. 03 de mar de 1755. Cx1. Doc. Nº15.

2- Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas.



3- Coleções das Leis da Província do Amazonas.

